



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPTº DE HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO

A ETNOARQUEOLOGIA NO BRASIL: CIÊNCIA E SOCIEDADE NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO

(Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia -
Especialização em Teoria e Métodos da Arqueologia)

RITA JULIANA SOARES POLONI

Faro

2008

Nome:

Rita Juliana Soares Poloni

Departamento:

História, Arqueologia e Património

Orientador:

Dr. Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho

Co-Orientador:

Dr. Pedro Paulo Abreu Funari

Título da Dissertação:

A Etnoarqueologia no Brasil: Ciência e Sociedade no Contexto da Redemocratização

Júri:

Presidente:

Dr. João Pedro Pereira da Costa Bernardes, Professor Associado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

Vogais:

Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, Professor Titular da Universidade de Campinas, Brasil

Dr. Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho, Professor Associado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

Dr. Luíz Miguel Oosterbeek, Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Tomar

Dr. António Manuel Faustino de Carvalho, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

*Dedico este trabalho a todos aqueles que me ajudaram a tecê-lo,
na medida em que teciam a mim,*

*À minha mãe, Cecília, ao meu pai, Elias, e ao meu irmão, André,
que são parte inalienável de tudo aquilo que penso e que faço,
de tudo o que alguma vez fui ou virei a ser.*

*Ao Leandro, que, por acreditar em mim,
fez-me acreditar na vida, como jamais pensei que pudesse.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só tornou-se possível devido a inúmeras pessoas que estiveram ao meu lado nesse árduo e longo caminho. Dentre elas agradeço, nominalmente:

Aos meus orientadores: ao Professor Nuno Bicho, que desde os primeiros contactos, ainda no Brasil, mostrou-se sempre interessado em me ajudar nesta minha incursão pelos horizontes científicos da Arqueologia e ao Professor Pedro Paulo Abreu Funari, que, mesmo sem me conhecer pessoalmente, aceitou o desafio de me orientar, e desde então, sempre esteve disponível para apontar caminhos e propor questões.

A todos os pesquisadores com quem entrei em contacto e que prontamente autorizaram a utilização de seus trabalhos para a execução desta pesquisa, aos que têm seus trabalhos nominalmente citados e analisados neste estudo e àqueles cujos trabalhos contribuíram para o amadurecimento de meus conceitos em relação à Etnoarqueologia por outros meios: Ana Lucia Herberts, Denise Pahl Schaan, Dione Rocha Bandeira, Fabíola Andrea Silva, Flávia Prado Moi, Francisco Silva Noelli, Luciane Monteiro Oliveira, Robson Antonio Rodrigues e Sergio Batista da Silva.

À toda a família Home Sweet Home SA, que foi, realmente, a minha família aqui em Portugal e que sempre esteve presente tanto nos momentos ruins quanto nos bons, em especial ao Sr. Ferraz, à D. Natália, e às “meninas”: Susana Fernandes, Teresa Pimenta, Elsa Oliveira, Gisela Martins, Ana Luisa Palma, Rute Guimarães, Dora Carvalheiro e Jandira Orvalho.

Às minhas tias Odília, Celina e Adelina, por todo o apoio e incentivo que sempre me deram em toda a minha vida, e por nunca terem desistido de sonhar os meus sonhos e de acreditar em mim.

À D. Zita, Valéria e Danielle, por nunca me fazerem descer que as verdadeiras amizades duram eternamente e que seu poder transcende até mesmo a morte.

Aos amigos brasileiros, de tantos caminhos e “histórias”, Paula, Sandro e Josimara, por fazerem parte da minha vida e por estarem sempre por perto, mesmo estando longe.

RESUMO

As questões relativas à etnicidade têm sido muito importantes para a construção da identidade do povo brasileiro, e como tal constituem foco de interesse de muitas ciências humanas e sociais, dentre as quais a Etnoarqueologia, assim como de várias organizações governamentais e civis. Assim, o presente trabalho tem como finalidade investigar as perspectivas teórico metodológicas empregadas em textos científicos em Etnoarqueologia, publicados no Brasil a partir da década de 1980, período a partir do qual aprofunda-se o desenvolvimento em nível nacional de duas importantes vertentes desta ciência, a abordagem processualista, desenvolvida internacionalmente a partir da década de 1960 e a contextualista que tem início já na década de 1980. Para tanto serão analisadas teses de mestrado e doutorado que se enquadrem no período e no campo científico em questão, com o objectivo de delas extrair as metodologias empregadas e o campo teórico que as embasa, bem como de construir um quadro representativo da actuação deste campo científico no Brasil. Tem também como objectivo analisar o trabalho desenvolvido, durante o período em questão, por Organizações Não-Governamentais envolvidas com questões relativas à etnicidade, em especial o trabalho do World Archaeological Congress, com o objectivo de perceber de que forma a Arqueologia e mesmo outras ciências, têm provocado questionamentos sociais acerca dessa temática. Todos estes dados serão relacionados às transformações sócio-políticas do Brasil durante as duas últimas décadas com a finalidade de perceber de que forma o contexto histórico do país tem interferido na forma como este campo científico é abordado e em seu poder de influência social.

Palavras-chave:

Etnoarqueologia; Arqueologia; Teoria; Métodos; Sociedade; Brasil.

ABSTRACT**The Ethnoarchaeology in Brazil: Science and Society in the Context of the Re-Democratization**

Questions relative to the ethnicity have been very important for the construction of the identities of the Brazilian people, and constitutes focus of interest of many social and human sciences, amongst which the Ethnoarchaeology, as well as of some governmental and civil organizations. Thus, The aim of the present work is to investigate the theoretical and methodological perspectives used in scientific texts in Ethnoarchaeology, published in Brazil from the decade of 1980, period from which it is developed in national level two important sources of this science, the Processualism, developed internationally from the decade of 1960 and the contextualism that has beginning already in the decade of 1980. The focus of this study are MA thesis and PH dissertations from the above mentioned period and related to scientific field treated here, to obtain information on the employed methodologies and the theoretical field, as well as constructing a picture of penetration of this scientific field in Brazil. Another objective is to analyze texts divulged, during the period in question, from Non-Governmental Organizations about ethnicity, in particular the work of the World Archaeological Congress, with the objective to perceive how the Archaeology and other sciences have provoked social questionings concerning this theme. Finally these data will be related to the social and political transformations of Brazil during the two last decades with the purpose to perceive how the historical context of the country has influenced this scientific field and its power of social influence.

Key-Words

Archaeology; Ethnoarchaeology; Theory; Methods; Society; Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO	9
------------------	---

CAPÍTULO I

A ARQUEOLOGIA E A SOCIEDADE BRASILEIRA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

1.1- DA COLÔNIA PORTUGUESA AO PAÍS DOS BRAVOS ÍNDIOS	18
1.2- DA REPÚBLICA VELHA AO ESTADO NOVO	25
1.3- DO POPULISMO À DITADURA MILITAR	30
1.4- DA NOVA REPÚBLICA AOS NOSSOS DIAS	36

CAPÍTULO II

TEORIAS E MÉTODOS DA ETNOARQUEOLOGIA

2.1- O NASCIMENTO DA ETNOARQUEOLOGIA	41
2.2- DEFINIÇÕES E USOS DA ETNOARQUEOLOGIA	42
2.3- DOIS ENFOQUES TEÓRICOS EM ETNOARQUEOLOGIA	45
2.4- MÉTODOS DO TRABALHO DE CAMPO EM ETNOARQUEOLOGIA	52
2.5- A ETNOARQUEOLOGIA VIVIDA	53

CAPÍTULO III

A ETNOARQUEOLOGIA NO BRASIL: UM PANORAMA

3.1- QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA	56
3.2- DISSERTAÇÕES DE MESTRADO	61
3.2.1- SEM <i>TEKORÁ</i> NÃO HÁ <i>TEKÓ</i> : EM BUSCA DE UM MODELO ETNOARQUEOLÓGICO DA ALDEIA E DA SUBSISTÊNCIA GUARANI E SUA APLICAÇÃO A UMA ÁREA DE DOMÍNIO NO DELTA DO RIO JACUÍ-RS	61
3.2.2- A PRODUÇÃO CERÂMICA COMO REAFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE ÉTNICA <i>MAXAKALI</i> : UM ESTUDO ETNOARQUEOLÓGICO	67
3.2.3- CENÁRIOS DA OCUPAÇÃO <i>GUARANI</i> NA CALHA DO ALTO PARANÁ: UM ESTUDO ETNOARQUEOLÓGICO	72
3.2.4- ORGANIZAÇÃO E USO DO ESPAÇO EM DUAS ALDEIAS <i>XERENTE</i> : UMA ABORDAGEM ETNOARQUEOLÓGICA	79

3.3- TESES DE DOUTORAMENTO	85
3.3.1- AS TECNOLOGIAS E SEUS SIGNIFICADOS: UM ESTUDO DA CERÂMICA DOS <i>ASURINÍ</i> DO XINGU E DA CESTARIA DOS <i>KAYAPÓ-XIKRIN</i> SOB UMA PERSPECTIVA ETNOARQUEOLÓGICA	85
3.3.2- ETNOARQUEOLOGIA DOS GRAFISMOS <i>KAIGANG</i> : UM MODELO PARA A COMPREENSÃO DAS SOCIEDADES PROTO-JÊ MERIDIONAIS	94
3.3.3- OS CAÇADORES-CERAMISTAS DO SERTÃO PAULISTA: UM ESTUDO ETNOARQUEOLÓGICO DA OCUPAÇÃO <i>KAIGANG</i> NO VALE DO RIO FEIO/AGUAPEÍ	103
3.4- TRAÇANDO UM PANORAMA DA ETNOARQUEOLOGIA BRASILEIRA	112

CONCLUSÕES

A ETNOARQUEOLOGIA E A SOCIEDADE BRASILEIRA: ENTRE O PRESENTE E O FUTURO	130
HORIZONTES CIENTÍFICO-SOCIAIS DA ETNOARQUEOLOGIA NO BRASIL (OU DA NECESSIDADE DE CONVERTIBILIDADE DO OUTRO)	142

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA GERAL	149
TESES UTILIZADAS COMO BASE DESTA PESQUISA	153

INTRODUÇÃO

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.”¹*

Se por um lado a Arqueologia, enquanto vertente científica entendida nos moldes modernos, com um campo teórico-metodológico e objectos específicos, surge somente no século XIX, e a Etnoarqueologia – campo ao qual prende-se este trabalho – é ainda muito mais nova, nascendo como horizonte científico somente em fins da década de 1960, as questões étnicas em si, não em sua versão mais elaborada, construída por pensadores e cientistas ao longo dos últimos cinco séculos, mas em sua versão vivida pela humanidade diariamente, digerida por cada um de nós – e por cada um deles – sempre que o contacto com “o outro” nos leva a (re)pensar e a (re)definir nós mesmos, essas, são talvez tão antigas quanto a nossa capacidade de nos distinguirmos como seres humanos.

Quando me refiro às questões étnicas, me aproprio da idéia de “*ethnos*”, no sentido mais simples da palavra, ou seja, no sentido de “povo”, como um grupo de pessoas que se identificam entre si, em certa medida, como “iguais”. E como é próprio do ser humano o viver em comunidade, em grupos mais ou menos alargados de pessoas que interagem umas com as outras de formas singulares, diversificadas e em constante mutação, ou seja, num interminável constructo de relações de cunho ideacional, é que

¹ Primeira estrofe do poema “Mudam-se os Tempos, Mudam-se as Vontades” de Luís de Camões, que tem como fonte da inspiração Cícero, no início da primeira Catilinária: *tempora mutantur, nos et mutamur in illis*: os tempos mudam, e nós com eles.

me refiro não só à antiguidade dessas questões, mas também à universalidade delas para a humanidade.²

Talvez por isso elas nos despertem tanto interesse, não somente científico, e que para além disso, nos envolva em suas tramas, nos impulsione a nos afirmarmos em relação aos outros e nos faça pensar, mesmo que momentaneamente, nos sentidos de pertença que definem a nós mesmos como pessoas singulares neste mundo.

É evidente, entretanto, que o pronunciar da palavra etnia nos dias actuais, nos remonta imediatamente a um passado pouco distante, mais especificamente ao século XIX, quando esse termo passou a se associar à ideia de Nação, adoptando o sentido de um grupo com afinidades linguísticas e culturais que reivindicam para si uma estrutura social e política e um território definido.

Neste sentido podemos considerar o Brasil como uma Nação Moderna. Nascido como país independente em 1822, o Brasil tem mais de um século de construções e reconstruções acerca da ideia da existência de um grupo humano singular, com mais de 180 milhões de habitantes a viverem na quinta maior área geográfica do planeta destinada a este fim.

Este “gigante pela própria natureza”, de que nos fala o hino nacional brasileiro, deparou-se desde o seu nascimento – mesmo antes de sermos uma nação independente – com a necessidade não abdicável de lidar com “o outro”. Mas não um outro qualquer, um que fosse mais ou menos parecido com qualquer outro vizinho que habitasse a

² “Quem for incapaz de se associar ou que não sente essa necessidade por causa da sua auto-suficiência, não faz parte de qualquer cidade, e será um bicho ou um deus” (ARISTOTELES, 1998:55).

Europa, ou a América naquele período – século XV para os Europeus – mas com alguém de quem poderíamos até duvidar de seu estatuto de humanidade, alguém completamente estranho em sua forma de morar, de vestir, de comer, de crer, de falar, de ser, de estar no mundo, em seus valores mais elementares, em sua noção de arte e de estética e claro, em sua aparência física.

E digo isso não só a respeito da visão dos Europeus em relação aos nativos da América e da África, mas me atrevo também a conjecturar a respeito do inverso da moeda: apesar de suas vozes caladas pela história de dominação que sofreram, ninguém pode duvidar que o estranhamento tenha sido de ambas as partes, que também eles, naqueles tempos dos primeiros contactos, tivessem criado suas próprias histórias admiráveis a respeito do modo de vida Europeu, e de suas estranhas particularidades.

Por outro lado, estes homens tão diferentes traziam consigo uma pluralidade que os fazia mais iguais do que alguma vez pudessem ter imaginado naqueles primeiros tempos. Somos todos “*Homo sapiens*”, ou seja, homem sábio, homem inteligente, que toma consciência de si mesmo e do mundo que o cerca e que pensa acerca disto, e este pensar está intimamente ligado ao fazer, ou seja, ao ser “*homo faber*”, o homem que passa a utilizar a natureza em seu benefício, que passa a transforma-la através da produção de artefactos. E ao mesmo tempo em que recriamos a natureza através da produção artefactual, repensamos a nós próprios, nos reconceituamos em relação a tudo o que nos cerca.

Assim, nos fazemos “*homo poiesis*”, o homem que cria, ou seja, que produz conhecimento. A cerca disso já nos alertava Platão em seu livro “O Banquete”:

(...) Sabes que "poesia" é algo de múltiplo; pois toda causa de qualquer coisa passar do não-ser ao ser é "poesia", de modo que as confecções de todas as artes são "poesias", e todos os seus artesãos poetas (Platão, 2003:39).

E este conhecimento, para além de ser sobre o mundo é sobre ele próprio e para além de compreender as coisas que estão no mundo, cria novas visões de mundo, formata concepções, e gera poder.

Neste ponto recorro à importância da Ciência Arqueológica enquanto instrumento gerador de conhecimento a cerca do homem em sua faceta recriadora do mundo e de si mesmo e me aproprio do conceito de Arqueologia como o "conhecimento do poder", retomando um dos sentidos da palavra grega "*arque*" (FUNARI, 2005b:2).

Assim, esta ciência que se dedica a estudar as sociedades humanas através de seus vestígios artefactuais, reconstrói em alguma medida não só a trajetória do homem enquanto "*homo faber*" mas também o faz em relação ao "*homo poiesis*".

Desse ponto de vista, podemos nos questionar a respeito da variabilidade do fazer humano mediante os mais diversos meios, mas também a respeito dos diversos saberes e poderes que dali nasceram. Saberes e poderes produzidos, reproduzidos, divulgados, consolidados ou substituídos no decorrer dos tempos de maneiras diferentes em diversos grupos e lugares.

E se o tentar compreender a relação existente entre a produção artefactual humana e o meio no qual esta comunidade se insere talvez seja mais empiricamente alcançável que a relação existente entre esta produção e a geração de conhecimento e poder, em ambos

os casos, o trabalho do arqueólogo está em alguma medida ligado à analogia. Como tentar compreender o significado ou função de determinado artefacto sem haver alguma correlação entre este e outros já conhecidos? Ou, como tentar apreender a importância destes artefactos para as suas comunidades produtoras e/ou consumidoras, ou o contexto social e ideológico nos quais esses mesmos artefactos são produzidos, reproduzidos, valorizados e divulgados, sem haver nenhuma referência, por menos generalizável que seja, de contextos em alguma medida semelhantes?

É neste ponto que a Etnoarqueologia toma importância num cenário científico que se abre às possibilidades de conhecer comunidades humanas que vivem – ou que já viveram – sob contextos sociais e ecológicos largamente diversos do modo de vida Ocidental, criando analogias que sirvam não só para o conhecimento arqueológico destes próprios povos como de outros a respeito dos quais, possam servir em alguma medida, de parâmetro comparativo.

Definida como uma subdisciplina da Arqueologia, a Etnoarqueologia tem como campo de estudo:

“(…) la producción, tipología, distribución, consumo, y descarte de la cultura material, con especial referencia a los mecanismos que relacionan variabilidad y la variación al contexto sociocultural y a la inferencia de los mecanismos de procesos del cambio cultura.” (POLITIS, 2002:68)

É esta preocupação com a relação existente entre produção material e contexto sociocultural que leva os Etnoarqueólogos a se dedicarem ao estudo de comunidades

“indígenas”³ vivas, para daí inferirem conhecimentos de cunho arqueológico, que relacionem a produção artefactual aos diversos contextos nos quais são produzidos.

Neste ponto o Brasil torna-se um país de grande interesse para esse campo de estudo. Por possuir, dentro de seu território, centenas de comunidades indígenas a viverem em maior ou menor grau de isolamento em relação à cultura Ocidental, este país se apresenta como potencial área de interesse para essa disciplina.

Por outro lado, como a Etnoarqueologia mergulha no estudo de grupos étnicos (em sua relação com a produção material humana), se vê participante na trama político-social que envolve tal temática nas sociedades contemporâneas, ou seja, na importância das etnias na construção, conservação, e transformação das ideias de Nação e na implicância que estas têm na discussão da relação dominantes/dominados, colocando tais estudos em situações diversas de abrangência, enfoque, ou liberdade de acção, mediante a situação político-social dos países nos quais essas pesquisas se desenvolvem.

Em relação a esse contexto, o Brasil é uma Nação que tem a questão étnica como componente ideológico de entendimento de sua própria identidade. Fortemente marcada pela presença das etnias indígenas, africanas e europeias, esta Nação se vê, desde os tempos coloniais, chamada a dialogar com estes universos culturais, e o faz, no decorrer do tempo, sob diferentes perspectivas.

³ Indígena - Termo originário da palavra latina *Indigenae* – (indu – reforço de in – geno). Adj. Indígena, do país. Subs. M . indígena, natural do país (FERREIRA, Dicionário de Latim Português, 1996), ou ainda: Que é originário de determinado país, região ou lugar ; ABORÍGINE; NATIVO [Antôn.: alienígena] (AULETE, VALENTE. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete DIGITAL*).

Particularmente, a partir da década de 1980, quando o Brasil passa a mergulhar no contexto da redemocratização pós Ditadura Militar tais questões passam a tomar um novo fôlego e a ser amplamente (re)discutidas não só em âmbito científico, mas também nas esferas políticas e sociais desse país.

Torna-se, então, interessante questionar de que forma a Etnoarqueologia, enquanto campo teórico-metodológico da Arqueologia, é recebida pelo universo científico brasileiro a partir da década de 1980, período em que se dá a redemocratização do Brasil e em que se ampliam nesse país as discussões a respeito dos princípios da Escola Processualista e Contextualista, que estão nas raízes da Etnoarqueologia como campo científico, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Da mesma forma, torna-se igualmente importante acompanhar como esta abordagem arqueológica tem tomado dimensão social e política na actualidade, ou seja, como tal universo teórico-científico imbrica-se com as questões étnico-sociais que suscita, sua relação com entidades preocupadas com questões étnicas, e sua penetração no seio da sociedade como instrumento de questionamentos a respeito do tema.

Nesse sentido, o problema central desta pesquisa se prende a investigação das perspectivas teórico-metodológicas de alguns textos científicos em Etnoarqueologia, publicados no Brasil, a partir da década de 1980, bem como de suas implicações sócio-políticas, levando necessariamente à expectativa da construção de um quadro teórico que, sendo estritamente relacionado com as concepções – explícitas ou não – desta ciência, presentes nas pesquisas a serem analisadas, tem por objectivo caracterizar este campo científico no Brasil.

Para tanto, parte-se de uma necessária contextualização do universo teórico-metodológico da Arqueologia brasileira no tempo, interrelacionando os diversos contextos teóricos, sociais e políticos, desde o surgimento das primeiras ideias relacionadas com o tema, com as suas consequências na definição e importância das questões étnicas para esta sociedade e nos diversos enfoques que a Arqueologia toma neste país ao longo dos tempos, com especial atenção ao surgimento da Etnoarqueologia nesse contexto.

Depois, traça-se um panorama teórico metodológico da Etnoarqueologia propriamente dita, com ênfase para suas definições, estratégias e usos sob o olhar do Processualismo e do Contextualismo.

A partir daí tentar-se-á perceber aproximações e distanciamentos entre as perspectivas teórico-metodológicas dos textos a serem analisados no período histórico abordado, através da relação existente entre o enfoque dessas pesquisas, e o contexto científico e social no qual se inserem os seus pesquisadores.

Caminhando no sentido inverso, tentar-se-á perceber, por sua vez, e através da análise do trabalho de entidades preocupadas com questões étnicas, sociais e políticas, no Brasil e no mundo, em especial o trabalho do *World Archaeological Congress*, o grau de penetração social do campo teórico predominantemente focado pela Etnoarqueologia no período em questão, de forma a perceber a relação entre teoria e práxis social no contexto desse campo científico.

Enfim, tal teorização servirá como base para uma análise ao mesmo tempo histórica e teórica da Etnoarqueologia no Brasil, que procurará demonstrar não só os aspectos nos quais tais trabalhos têm mais se desenvolvido e a relação que tais tendências têm com a sociedade científica e civil nas quais se inserem, mas também apontará novas perspectivas de abordagem para este campo científico, no contexto da sociedade brasileira e da Etnoarqueologia em geral.

CAPÍTULO I

A ARQUEOLOGIA E A SOCIEDADE BRASILEIRA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

1.1- DA COLÓNIA PORTUGUESA AO PAÍS DOS BRAVOS ÍNDIOS

*“Pery m'appella
in sua favella
l'eroico popolo
dei Guarany.
Di regi figlio,
non v'ha periglio
che arretrar pavido
vegga Pery.”⁴*

O espantoso encontro dos portugueses, no início do século XVI, com certas “(...) *gentes que andam nuas, tanto as mulheres como os homens*” (BENASSAR & MARIN, 2000:12) e que já habitavam a sua “Terra de Santa Cruz”, posteriormente denominada Brasil, desde muito antes da frota de Pedro Álvares Cabral ali aportar, sempre despertou, além de curiosidade e espanto, conteúdo para inúmeros discursos religiosos e cépticos a respeito desta forma de viver tão peculiar e tão distante dos bons modos das sociedades cristãs europeias.

Hans Staden, um aventureiro alemão aprisionado pelos Tupinambá no litoral de Bertioga, actual estado de São Paulo, em seu livro "*Warhaftige Historia und Beschreibung eyner Landtschafft der wilden, nacketen, grimmigen Menschfresser Leuthen in der Newenwelt America gelegen*" (comumente chamado "Duas viagens ao Brasil"), publicado em 1557, diz a respeito deste povo entre o qual viveu:

⁴ Trecho da terceira cena do primeiro ato da ópera O Guarani de António Carlos Gomes apresentado pela primeira vez no *Teatro Alla Scalla de Milão em 1870*.

“Os homens e as mulheres deste país são tão bem feitos como os nossos e apenas o sol lhes deu uma cor castanha. Andam todos nus e nem sequer escondem as partes vergonhosas; pintam o corpo de várias cores e não usam barba porque arrancam os pelos com cuidado. Furam os lábios e as orelhas onde enfiam pedras como ornamentos, mas também se enfeitam com penas.” (BENASSAR & MARIN, 2000:12)

Tal descrição, corroborada por tantas outras, feitas por padres missionários e por aventureiros que por causas diversas estiveram por essas terras, retrata com exotismo essa gente que habitava uma região que ora era descrita como um paraíso sobre a terra, lugar de fertilidade e abundância, ora como uma espécie de purgatório, devido não só às dificuldades advindas da exploração de terras virgens de tão grandes dimensões, quanto pelas guerras nas quais imergiram os povos que aí habitavam, conflitos culturais e territoriais que já atingiam os próprios povos indígenas, e passam a opor estes aos novos colonizadores europeus, que por sua vez, e não raramente, também se opunham entre si.

Um povo assim, tão distante dos padrões de vida e comportamento do europeu do Renascimento e que a mais de andarem nus e manterem padrões de beleza estética pouco compreendidos pelos colonizadores, ainda mantinham comportamentos sociais e religiosos menos ainda tomados como normais – padrões sexuais considerados pouco comedidos, crença em um universo religioso politeísta animista e em alguns casos dado a praticas antropofágicas rituais – era parte de um paraíso transformado em purgatório no qual homens “civilizados e tementes a Deus” tentavam comerciar, explorar, cultivar, habitar e catequizar.

Dos primeiros Escambos – que consistem na troca directa de bens, consoante a necessidade dos seus proprietários, sem intermediação de moeda – realizados entre os

indígenas e os europeus em troca do pau-brasil⁵, uma árvore importante por sua madeira e por sua resina, e que está na origem do nome dado à colónia portuguesa na América, parte-se para a fundação das capitánias hereditárias, com tudo o que ela implica: a exploração da cana-de-açúcar, a formação dos engenhos, o escravagismo e a formação de uma sociedade patriarcal elitista.

Daí passa-se a um governo geral, e depois que a primazia do açúcar brasileiro no mercado internacional decaí, devido à invasão holandesa a Pernambuco, no contexto da União Ibérica, período no qual reis de Espanha reinaram também em Portugal, expedições ao interior sudeste da colónia, descobrem ouro na região que viria a ser conhecida como Minas Gerais, redireccionando o centro económico da colónia e permitindo o surgimento de um impulso urbano e de um comércio interno mais forte nesta região.

Neste ínterim decorrem mais de dois séculos de contacto entre os nativos da terra e os colonizadores. Tempos de conflitos nos quais se discute a licitude da escravidão indígena – proibida pela Igreja – e as beatitudes e malignidades do modo de vida dos nativos, enquanto fundam-se missões jesuíticas em rincões dos mais distantes, em busca da conquista das almas dos “Pretos da Terra”, e das especiarias dos trópicos, e desenrolam-se conflitos em torno de sítios para habitar e explorar e de gentes para escravizar.

⁵Pau-Brasil - Bot. Árvore da fam. das leguminosas, subfam. cesalpinoídea (*Caesalpinia echinata*), de madeira com cerne vermelho, do qual se extrai tinta, que já foi abundante em quase toda a Mata Atlântica ; ARABUTÃ; IBIRAPIRANGA; IBIRAPITANGA; PAU-DE-TINTA; PAU-ROSADO. Pl.: paus-brasis, paus-brasil (AULETE, VALENTE. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete DIGITAL*).

Em paralelo, nasce e se desenvolve no Brasil uma sociedade escravagista, na qual a exploração da mão-de-obra dos negros africanos, que está na base da economia canavieira, e que posteriormente também é utilizada na exploração aurífera, não é só permitida quanto apoiada pela Igreja e pela sociedade – embora obviamente houvesse quem contra tal posicionamento interviesse – e na qual a convivência com “o outro”, representado pelos diversos povos e culturas africanas nesta sociedade inseridos, dá-se, por um lado, à margem da humanização e muito próximo da admiração do exótico, da reprovação ao paganismo, do medo da insurgência e da violência (ou seja, da perda de investimentos e de poder) mas por outro, inevitavelmente carregada de influências e significados apreendidos do convívio muito próximo – mesmo familiar – com estes mesmos povos.

Nesta época, a relação com a cultura dos povos indígenas americanos e dos africanos em seus aspectos materiais e imateriais são encarados como alvo de representações que ressaltam seus aspectos peculiares, pitorescos e curiosos para os padrões europeus da época.

Uma dessas facetas representativas é o “coleccionismo”, que ocupava os intelectuais americanos e europeus até fins do século XIX, e tinha a missão de guardar para o futuro os exóticos artefactos produzidos por povos fadados ao desaparecimento por sua inaptidão para o progresso. Assim, por exemplo, artefactos da cultura material dos índios americanos, tomavam parte nos chamados “gabinetes de curiosidades” dos Médici, de Florença ou na “*Kunstkammer*” (câmara de arte) do conde alemão *Johann Moritz von Nassau-Siegen* (Maurício de Nassau) que governou Pernambuco, sob domínio holandês, de 1637 até 1643 (CUNHA, 1997:103-104).

Entretanto, em 1908, a coroa britânica financiou a fuga da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro, logo após Napoleão I declarar guerra aos países aliados da Inglaterra, e decidir invadir Portugal. A partir de então, D. João VI, elevou o *status* político do Brasil, que passou a integrar, a partir de 1815, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves tendo o Rio de Janeiro como capital do Reino Unido.

Neste período D. João VI também toma outras medidas de valorização cultural e social desta parte do Reino, tais como a fundação da academia e do hospital militar, da marinha, a abertura de duas escolas de medicina, dando início ao ensino superior no Brasil, a criação do Jardim Botânico e da biblioteca real e a criação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, da qual participou a chamada “missão francesa” com a presença de nomes como Jean Baptiste Debret (1768-1848), Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830) – ambos pintores, e que retrataram em suas obras, aspectos da natureza, do homem e da sociedade brasileiros no início do século XIX. Nota-se sobretudo nas obras de Debret uma grande ênfase na representação dos índios, dos escravos e das manifestações culturais da colônia.

Data do mesmo período, também, a fundação do Museu Real, inaugurado em 1818 na cidade do Rio de Janeiro, que exibia, para além de exemplares botânicos e animais empalhados, especialmente aves, coleções de materiais “selvagens”, de diversas origens, como americanas ou africanas.

Em 1822, D. Pedro I, filho de D. João VI e herdeiro do trono português, torna-se o primeiro Imperador do Brasil, então transformado em país independente de Portugal. O

Museu Real passa então a denominar-se Museu Nacional, e a investir nas áreas da antropologia, da paleontologia e da arqueologia, e incorpora diversas peças de arte nacionais e internacionais e exemplares botânicos, entre outros artefactos, obtidos pelo próprio Imperador em suas viagens.

Entretanto, é a criação do Instituto Histórico e Geográfico, em 1838, dois anos antes de D. Pedro II dar início ao seu governo, que dá à Arqueologia, pela primeira vez, um estatuto oficial. As reuniões do Instituto tinham lugar no Museu Nacional, partilhando, entretanto, as duas instituições das mesmas preocupações elitistas, nas quais a cultura e a produção artefactual dos povos indígenas eram subestimados, mergulhados numa atmosfera de selvageria e exotismo, justificando, assim, sua posição submissa socialmente (FUNARI, 2002: 134).

O Imperador, que era um apaixonado por essa ciência, chegou mesmo a visitar as ruínas de Tróia e monumentos Egípcios, tendo sido recebido e conduzido nessas ocasiões pelos próprios Schliemann e Mariette. Ele também acrescentou ao Museu Nacional, colecções de material europeu e africano pertencentes a algumas das primeiras escavações pré-históricas do mundo, dentre as quais a de Georges d'Enfer, França (PROUS, 1992:7).

É também entre os anos de 1834 e 1844 que o botânico dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801 - 1880) realizou pesquisas paleontológicas na aldeia de Lagoa Santa, Minas Gerais. Durante o período em questão foram pesquisadas mais de 800 grutas da região, nas quais encontrou restos de fauna extinta fossilizada e restos humanos muito antigos. Estas pesquisas, entretanto, não avançaram, devido, possivelmente, à descrença,

característica da época, de que humanos e aquele tipo de fauna extinta encontrada no sítio tivessem coexistido (PROUS, 1992:6). Posteriormente, em 1864, o Conde de La Hure voltou a fazer escavações arqueológicas no Brasil, desta vez no estado de Santa Catarina, e direccionada a estruturas conhecidas como “*sambaquis*”⁶, que a partir de então passaram a ser tema de pesquisas realizadas em diversas outras partes do país (FUNARI, 2005a:135).

Nesta época, os nativos do Brasil passam a ser idealizados como os “bons selvagens”, heróis de uma época já extinta e símbolos da Nação independente, que buscava afirmar-se em âmbito nacional e internacional. As artes manifestavam, através dos cânones da “Primeira Geração Romântica”, também chamada de “Romantismo indianista”, o índio como foco principal de sua arte, sobretudo na literatura, símbolo de pureza e de inocência, à semelhança dos heróis medievais, e portanto, homem digno de expressar e representar uma Nação em fase de consolidação.

A Etnografia e a Arqueologia passam então a serem consideradas ciências intimamente relacionadas, já que o estudo do presente e do passado destes povos tomam grande importância na construção desta ideia de nativo e através dela, da própria ideia de Nação Brasileira (FUNARI, 2003:3), aliás em consonância com os próprios princípios que fundamentam o surgimento da arqueologia como ciência, no século XIX na Europa.

Nascida em meio às ideias da existência de uma Nação composta por um grupo étnico, por um território e por uma cultura, ou seja, por um modelo histórico-cultural de

⁶ SAMBAQUI - Bras. Arqueol. Depósito de conchas e cascas de ostras junto à costa ou a rios e lagoas do litoral, onde, por vezes, encontram-se ossos humanos, objetos líticos e cerâmicos que foram acumulados em período pré-histórico por povos primitivos. [F.: Do tupi, mas de étimo indeterminado] (AULETE, VALENTE. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete DIGITAL*).

existência, a Arqueologia e sua busca pelas origens pré-históricas dos povos, passa a ser de grande importância não só na Europa, berço de seu surgimento, mas também no Brasil, onde os povos indígenas incorporam esse espírito unificador da Nação brasileira (FUNARI, 2005b).

1.2- DA REPÚBLICA VELHA AO ESTADO NOVO

“ Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.

Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz.

Tupi, or not tupi that is the question⁷”.

Após a Proclamação da República (1889) mais dois museus passam a se destacar no cenário nacional: Museu Paulista, inaugurado em 1890, e o Museu Paraense, inaugurado em 1866 mas reorganizado por Emílio Goeldi já durante a República (PROUS, 1992:7).

A partir de então, surge uma particular disputa entre o Museu Nacional, instituição de origem imperial, e o Museu Paulista, republicano, que passam a assumir posições diversas, quando a questão da origem dos sambaquis ganha vulto internacionalmente.

Enquanto o primeiro, através de seu director Ladislau Neto defendia, em concordância com Lund, que esses concheiros tinham origem artificial, ou seja, eram resultado de depósitos humanos propositais, de restos alimentares e de sepultamentos, enviando,

⁷ Trecho inicial do manifesto antropófago de *Oswald de Andrade*, publicado na *Revista de Antropofagia*, Ano 1, No. 1, Maio de 1928.

inclusive várias missões com o propósito de recolher vestígios desses sítios, o Museu Paulista, representado por seu director Hermann Von Ihering – homem em consonância com as teorias racistas então em voga na Europa, e que desacreditava da importância social e cultural indígena para o Brasil – defendia que essas formações tinham origens naturais em lugares antigamente ocupados pelo mar (PROUS, 1992:8).

Paralelamente, de 1880 a 1900, realizam-se as primeiras escavações arqueológicas na Amazônia, protagonizadas por Emílio Goeldi, que escavou uma necrópole Cunani, e por K. Rath, que por sua vez dedicou-se a um sítio Marajó, possibilitando a recolha e a divulgação de sua peculiar cerâmica (PROUS, 1992:9).

Por outro lado, em 1890, é criada a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, chefiada pelo General António Ernesto Gomes Carneiro e que tinha por objectivo, além de melhorar o isolamento desta região através da ampliação do acesso a meios de comunicação, também obter informações a respeito dos índios.

Esta comissão, a partir do início do século XX, passa a ser chefiada por Cândido Carneiro Mariano da Silva Rondon (1865-1958). Militar e sertanista, de origem indígena por parte de seus bisavôs maternos (*Bororo* e *Terena*) e bisavó paterna (*Guaná*), esteve até 1915 na direcção desse mesmo projecto, que passa a denominar-se Comissão Rondon, devido à grande influencia deste homem no estabelecimento de uma relação cordial com os povos indígena.

Em 1910 Rondon organizou e passou a dirigir o Serviço de Protecção aos Índios (SPI), que gerou grande acervo fotográfico e artefactual a respeito de vários povos indígenas, além de executar uma política indigenista que foi responsável pela pacificação de diversos povos como os *Kepkiriwát*, *Ariken* e *Nambikwara*, e pelo reconhecimento do direito deles à posse de suas habituais terras e de viver de acordo com os próprios costumes.

Por outro lado, logo depois da Primeira Guerra Mundial passa a trabalhar no Museu Nacional, o primeiro arqueólogo profissional do Brasil, o austríaco J. A. Padberg-Drenkpohl, que, em 1926 e 1929 escavou o cemitério de Confins em Lagoa Santa, não encontrando ali, entretanto, vestígios de fauna extinta associada a restos humanos, o que o levou a desacreditar de sua importância arqueológica (PROUS, 1992:10).

No plano social, a partir de 1880, com a intensificação das políticas anti-esclavagistas no Brasil e no exterior – responsáveis pelo fim deste sistema em 1888 – e com a inserção do país no universo artístico do realismo, aliado ao contacto com a filosofia positivista, não só a presença dos negros e dos mulatos na sociedade brasileira passa a ser alvo de discussões, como também a ideia do indígena como herói medieval idealizado perde força, e passa a dar lugar a algumas ideias que os identifica com o primitivismo e que valoriza a força e o avanço da cultura ocidental em detrimento do modo de vida desses povos, que seriam, ou isolados, ou absorvidos pelo “progresso”.

Mais especificamente, a partir da década de 1920, o Brasil já se insere numa nova realidade social. Uma maior industrialização, sobretudo na região sudeste, contrasta com o poder ainda forte do meio rural, mais especificamente da elite cafeeira, que ainda

tem ampla influência na política brasileira neste período. Além disso, a forte imigração europeia, experimentada pelo país após a decadência do regime escravagista, e sua forte influência cultural, vem acrescentar novos elementos ao pluralismo cultural do país, que a partir de então passa a ser foco de discussões a respeito de um sentimento de brasilidade que buscava distinguir o Brasil de outras nações do mundo.

Trata-se do Movimento Modernista Brasileiro, que tem seu marco na Semana de Arte Moderna de 1922 e que tem como algumas de suas características a busca por originalidade artística, através do afrontamento de antigos cânones novecentistas, tais como o apreço pela poesia parnasiana e pela arte de cunho realista; um nacionalismo que buscava por especificidades culturais; a valorização do índio como verdadeiramente brasileiro, entretanto, não mais como um herói medieval idealizado mas sim como símbolo dessa especificidade cultural buscada, e do mulato como símbolo da miscigenação cultural do país; e a valorização do que poderíamos chamar de uma “Língua brasileira”, ou seja, a língua falada pelo povo nas ruas, juntamente com a exploração de temas relativos ao povo pobre, tanto da cidade quanto do campo.

É em meio desta nova realidade social e cultural de contestação do poder da elite cafeeira, que Getúlio Vargas assume o governo do Brasil. Ele governará o país de 1930 a 1945, sendo a maior parte desse tempo sob um regime ditatorial conhecido como Estado Novo (1937-1945). Seu governo incentivará a industrialização do país, superará o poder econômico e político da elite cafeeira e executará uma política nacionalista na qual o Estado teve papel importante no desenvolvimento econômico, social, tecnológico e cultural do país.

Dentre os avanços culturais que o país assistiu nesse período, destaca-se, em 1934, o nascimento da primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo (USP), através do interventor de São Paulo (cargo exercido por indicação de Vargas) Armando de Salles Oliveira. Compunham a Universidade algumas escolas já existentes, sendo a mais antiga a Faculdade de Direito, que data de 1827, além da Escola Politécnica de São Paulo, da Escola Superior de Agricultura “Luís de Queirós”, da Faculdade de Medicina e a Faculdade de Farmácia e Odontologia, em conjunto com a recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (que, entretanto, não oferecia nenhum curso relacionado directamente à Arqueologia).

Em 1939, destaca-se, também, a fundação do “Conselho Nacional de Protecção aos Índios” (CNPI), que através de sua “Secção de Estudos” (SE) desenvolveu pesquisas etnológicas e linguísticas da cultura indígena, com aquisição de grande acervo fotográfico e de artefactos.

Na área da arqueologia destaca-se a criação da “Inspectoria de Monumentos Nacionais” (IPM), primeiro órgão de preservação do património brasileiro, em 1934. Entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional, criado em 1922, tinha como principais finalidades impedir que artefactos valiosos, referentes à história brasileira fossem retirados do país através do comércio de antiguidades, e que as edíficos de importância histórica fossem destruídas devido às reformas urbanas, com objectivo de modernização das cidades. Posteriormente, em 1937, o IPM, transforma-se no Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão que dará origem ao Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ainda hoje em vigor no país.

Um outro facto marcante para a arqueologia neste período, foi a descoberta do “homem de Confins”, em 1935, na região de Lagoa Santa (MG), pela Academia de Ciências de Minas Gerais, liderada pelo cônsul da Inglaterra em Belo Horizonte Harold V. Walter, amador interessado pela pré-história. Este crânio humano, actualmente em exposição no Museu de Copenhaga, na Dinamarca, ajudou a reforçar a ideia da antiguidade do grupo humano que teria habitado essa região.

1.3- DO POPULISMO À DITADURA MILITAR

*“...Nas escolas, nas ruas, campos, construções,
Somos todos soldados, armados ou não,
Caminhando e cantando e seguindo a canção,
Somos todos iguais, braços dados ou não...”⁸*

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil assiste também ao fim da ditadura de Vargas e ao início de um curto período democrático conhecido como Populismo Brasileiro (1945-1964) e que tem como características principais o apelo directo à participação das massas populares urbanas em suas políticas – entretanto sob controle do governo – uma forte propaganda nacionalista e a promoção da industrialização – por meio do estímulo ao capital nacional e estrangeiro – com forte acção Estatal.

Para a arqueologia brasileira, este é um período muito produtivo, merecendo inúmeros trabalhos amadores e profissionais e mesmo uma legislação especial. Destaca-se, sobretudo, a actuação política e intelectual do professor Paulo Duarte (1899-1984),

⁸ “**Prá não dizer que não falei de flores**” – música de Geraldo Vandré, cantor e compositor de músicas de resistência contra a Ditadura Militar brasileira. Perseguido pelo Regime, enfrentou a tortura, o exílio e a proibição de cantar no Brasil.

responsável pela introdução da arqueologia como actividade académica no Brasil, através da fundação da Comissão de Pré-História da Universidade de São Paulo, em 1952.

Duarte, que esteve exilado em França durante a ditadura de Vargas, tinha apreço por “*l’homme américain*”, ou seja, o homem nativo da América, o que o fez defender a protecção legal ao património arqueológico pré-histórico brasileiro. Como consequência, em 1961, o governo brasileiro promulga a lei federal 3.942, única lei, até os dias actuais, a proteger esse tipo de vestígios arqueológicos do país (FUNARI, 2002:143).

Esta lei define que os “monumentos arqueológicos ou pré-históricos” e todos os artefactos deles constituintes ficam, a partir de então, sob a guarda do Poder Público, sendo vedado seu aproveitamento económico, e sua destruição total ou parcial, por qualquer motivo. A lei também define esses monumentos como “jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil” (PROUS, 1992:18-19).

Deve-se também a Paulo Duarte, o convite feito ao antropólogo Joseph Emperaire e a sua esposa, a arqueóloga Annette Laming-Emperaire (1917-1977), para comporem a recém-criada Comissão de Pré-História da Universidade de São Paulo. Esses dois pesquisadores escavaram sambaquis do Paraná e de São Paulo entre 1954 e 1956, extraindo daí as primeiras datações por radiocarbono do país (PROUS, 1992:13).

Destaca-se também, nessa época, a acção de vários amadores que procuraram dar sua contribuição à arqueologia brasileira, dentre eles Guilherme Tiburtius, imigrante alemão instalado em Curitiba (PR), e que além de reunir grande acervo de instrumentos e esqueletos provenientes de sambaquis do Paraná e de Santa Catarina, também fez croquis de cortes de sítios ameaçados de destruição, esboços de tipologias de artefactos arqueológicos encontrados e diversas monografias de sítios hoje extintos (PROUS, 1992:11-12).

Em 1953, é também criado, por Darcy Ribeiro (1922-1997), grande antropólogo, escritor e político brasileiro, o Museu do Índio, com o objectivo de divulgar o trabalho da antiga “Secção de Estudos” de 1939, e de combater preconceitos e estereótipos a respeito dos indígenas (FUNARI, 2005a:161).

Cinco anos depois, o museu recebe, com o patrocínio da UNESCO, especialistas de mais de oitenta países, o que o levou a ser considerado, pelo representante do Museu do Homem, de Paris, como “a maior experiência de um museu moderno do pós-guerra” (FUNARI, 2005a:162).

Entretanto, num período marcado pela Guerra Fria, e pelo conseqüente medo dos governos comunistas, os discursos e as práticas populistas dos governos do período, levam ao golpe militar de 1964, que institui um período de Ditadura que se prolongará até 1985.

Se por um lado, durante esse regime assiste-se ao chamado “milagre brasileiro”, uma fase de modernização da indústria e investimento em grandes obras de infra-estrutura,

por outro, cria-se um ambiente de grande repressão política, social e cultural, levando a inúmeras cassações, expulsões e mortes, daqueles tidos como subversivos para o sistema, e a um grande controle – ou proibição – de toda organização que apresentasse risco para a Ditadura e os seus princípios.

Neste contexto, a arqueologia, assim como outras tantas ciências, passam por grandes reveses, sofrendo repressões de diversos tipos. Um desses reveses é a aposentadoria punitiva que sofreu o intelectual Paulo Duarte, em 1969, e que o afastou dos quadros da USP, por criticar a repressão exercida dentro da Universidade pelo regime instituído.

Outro ponto polémico do período é a instituição, em 1965, do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), organizado por Betty J. Meggers e seu marido Clifford Evans, ele membro do *Smithsonian Institute* (Washington, USA), e ela voluntária do mesmo órgão, e que contou com a participação de vários pesquisadores do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Pará, para desenvolver um projecto que pretendia “(...) obter uma “visão total” do passado cultural cerâmico pré-histórico brasileiro (...)” (STEGLICH, 2003). Em 1970, com a finalização deste projecto, se iniciou o PRONAPABA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazónica), que seguia a mesma linha investigativa que o primeiro, e que foi outro projecto de grande vulto, com a colaboração do Museu Paraense Emílio Goeldi, do CNPq (então “Conselho Nacional de Pesquisas”) e do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) – fundação particular surgida em 1961.

No contexto de ambos os projectos, a figura de Meggers ganha vulto no cenário nacional e gera, ainda hoje, muita polémica. Responsável por divulgar um tipo de

pesquisa que enfatiza o “determinismo ambiental” dos povos da amazónia a constituírem sociedades pouco desenvolvidas, uma vez que para ela, “(...) a floresta acomodada sobre solos pobres não teria como dar sustentação a populações maiores, com agricultura desenvolvida.” (LEITE, 2000), Meggers é também acusada de ter tido como colaboradores, ex-nazistas fugitivos, como Peter Paul Hilbert e o Dr. Iesco von Putckamer, tidos, respectivamente, como ex-oficial espião do Reich nazista e ex-fotógrafo particular de Adolf Hitler (STEGLICH, 2003), de trabalhar para a CIA (Central de inteligência norte-americana) (LEITE, 2000) e de restringir o acesso público às suas pesquisas e àquelas realizadas pelo seu colaborador Eurico Theófilo Miller, que participou do PRONAPA, e foi um dos principais colaboradores no PRONAPABA, o que lhe deu a oportunidade de se estabelecer em Rondônia a partir da segunda metade da década de 1980 (STEGLICH, 2003), onde ainda permanece pesquisando.

Também data deste período repressivo a extinção do SPI e a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ambas em 1967. Compete à FUNAI, até aos dias actuais:

“(...) promover a educação básica aos índios, demarcar, assegurar e proteger as terras por eles tradicionalmente ocupadas, estimular o desenvolvimento de estudos e levantamentos sobre os grupos indígenas. A Fundação tem, ainda, a responsabilidade de defender as Comunidades Indígenas, de despertar o interesse da sociedade nacional pelos índios e suas causas, gerir o seu património e fiscalizar as suas terras, impedindo as ações predatórias de garimpeiros, posseiros, madeireiros e quaisquer outras que ocorram dentro de seus limites e que representem um risco à vida e à preservação desses povos” (<http://www.funai.gov.br/> - Acessado em 15/07/2007).

Esta instituição, apesar de surgida no contexto da Ditadura Militar brasileira, tem se prestado a buscar promover os objectivos sob os quais se fundamenta, fazendo manifesta sua presença nos territórios indígenas e procurando promover e garantir não só o respeito aos seus modos de vida e necessidades, mas também procurando divulgar informações que

possibilitem ampliar nossos horizontes de conhecimento a respeito de suas especificidades culturais, e promover discussões acerca das possibilidades de convivência com essas comunidades.

Outro facto importante para a arqueologia neste período é a descoberta, em 1975, por Annette Laming-Emperaire, da ossada de uma mulher encontrada na gruta de Lapa Vermelha IV, em Lagoa Santa, cujo apelido passou a ser “Luzia”, devido a uma alusão feita pelo biólogo Walter Alves Neves a “Lucy”, a fêmea de 3,5 milhões de anos da espécie “*Australopithecus afarensis*” achada na Tanzânia, em 1974. Isto porque a “Luzia” é considerado o mais antigo esqueleto humano encontrado na América, com mais de 11.000 anos.

Annette Laming-Emperaire morreu, entretanto, em 1977, “(...) envenenada por gás num hotel de Curitiba, quando se dirigia do Uruguai para novos trabalhos de campo em Minas” (LEITE, 2000), mas outros pesquisadores deram prosseguimento às investigações a respeito deste achado.

Walter Alves Neves, em suas pesquisas realizadas a respeito da morfologia craniana de “Luzia”, considerou sua semelhança mais próxima dos aborígenes australianos, ou dos negros africanos, o que o fez desenvolver juntamente com Héctor Pucciarelli, do “Museo de Ciencias Naturales de la Universidad de La Plata” uma teoria que propõe o povoamento da América em duas correntes migratórias distintas: uma realizada a 14.000 anos, por povos semelhantes fisicamente ao “homem de Lagoa Santa”, e outra, já há 11.000 anos, de povos mongolóides, semelhantes aos actuais povos indígenas americanos (FUNARI & NOELLI, 2006: 34,35).

1.4- DA NOVA REPÚBLICA AOS NOSSOS DIAS

*“O meu pai era paulista
Meu avô, pernambucano
O meu bisavô, mineiro
Meu tataravô, baiano
Meu maestro soberano
Foi Antonio Brasileiro”⁹*

Como consequência de um longo processo, que inclui problemas económicos, advindos do aumento da dívida externa, e da taxa de inflação interna, ambos agravados pela crise internacional do petróleo, de meados da década de 1970, e forte oposição interna ao sistema estabelecido, sobretudo quanto a questão da repressão à liberdade de expressão e da falta de democracia, em 1985, a Ditadura Militar brasileira chega ao fim, dando lugar a um novo regime democrático, iniciado pelo governo de José Sarney (1985-1989).

A partir daí, “l’homme américain” passa a ser reabilitado, dando início a uma retomada dos temas humanistas, sobretudo aqueles ligados aos estudos dos grupos subalternos e à preservação do património cultural brasileiro. Assim, vários estados e municípios, em todo o Brasil, começam a introduzir leis de protecção de vestígios arqueológicos, enquanto os arqueólogos voltam-se pela primeira vez, para a pesquisa do grupo étnico mulato e reacendem as pesquisas a respeito dos africanos, dos indígenas e de outros grupos étnicos brasileiros (FUNARI, 2002:144).

⁹ Trecho inicial da música “Paratodos”, de Chico Buarque

Isto deve-se ao facto da redemocratização possibilitar à arqueologia brasileira a liberdade de discutir com profundidade, duas diferentes abordagens desta ciência: uma, iniciada em fins dos anos 60, intitulada Processualista, e que, contudo, já havia feito parte das pesquisas arqueológicas realizadas no país durante a Ditadura, e outra iniciada já na década de 80, intitulada Contextualista, esta última menos divulgada no Brasil até então.

A primeira abordagem, enfoca sobretudo os comportamentos e seus efeitos práticos no mundo (contexto causal), com vistas à elaboração de resultados que possibilitem comparações interculturais e generalizações dos processos culturais estudados, recorrendo para isto, preferencialmente, a recursos quantitativos, como a estatística, enquanto a segunda abordagem dedica-se a pesquisas qualitativas não generalizadoras, que enfatizem a ordem ideacional que embasa o processo de criação da cultura artefactual, em contextos específicos, nos quais a hermenêutica sobressai à estatística e a especificidade à comparação (abordagem contextual) (DAVID & KRAMER, 2001:18-24).

Em relação a esta última abordagem, destaca-se a obra “Re-Constructing Archaeology” de Michael Shanks e Christopher Tilley, que discute os aspectos imperialistas da arqueologia processual, em sua dificuldade em admitir especificidades sociais, políticas e económicas dos mais variados tempos e espaços, para os quais a óptica capitalista - baseada na crença de que os homens, em todos os tempos e lugares, procuram ampliar os resultados e diminuir os custos - não pode ser tida como referencial perpétuo e infalível (FUNARI, 2005b:2).

Neste mesmo contexto teórico, algumas abordagens da arqueologia aprofundam-se no país, sob diversas perspectivas. Uma delas é a Arqueologia Histórica, que, embora já tivesse sido importada dos Estados Unidos para o Brasil durante a Ditadura Militar, ganhou forças após a redemocratização.

Embora os modelos interpretativos norte-americanos, ligados à escola Processualista, e que buscavam regularidades no comportamento humano, ou em outras palavras, a ênfase no domínio do capital para a compreensão da consolidação das relações sociais, continuem a ser utilizados em pesquisas nesta área, outras visões, influenciadas pelo pós-processualismo e pelo pós-modernismo passam a ser aplicadas, como a valorização da dimensão simbólica da cultura, e da dimensão política da ciência como instrumento de valorização política e histórica dos povos (FUNARI, 2005b).

Assim, novos objectos de pesquisas também surgem após a redemocratização. Para além dos grandes monumentos, passam a constituir objecto de estudo dos arqueólogos históricos também as missões jesuíticas e os quilombos, bem como os cemitérios de “desaparecidos” do regime militar, que tanto no Brasil como em outros países, têm importância capital para recuperar a história dessas pessoas e, muitas vezes, para contribuir nos processos de condenação dos culpados por suas mortes e de concessão de indenizações às famílias das vítimas.

Outra abordagem arqueológica de grande importância social, política e teórica para o Brasil contemporâneo é a da Etnoarqueologia. Este campo científico, que começou a ser abordado sistematicamente por Binford no seu artigo “*Smudged pit and hide smoking: the use of analogy in the archaeological reasoning*”, de 1967, e aprofundado teórica e

conceptualmente, pelo mesmo autor, em “*Nunamiut ethnoarchaeology*”, livro de 1978, onde fundamentou então suas bases no Processualismo, enfatizando, através de suas pesquisas, a busca por leis universais que relacionassem a conduta humana à sua produção artefactual (POLITIS, 2002:66).

Mas é a partir da década de 1980 que a Etnoarqueologia amplia seus horizontes teóricos, que passam a ser permeados pelo Contextualismo. A partir de então suas fronteiras são ampliadas para além de aspectos “tecnoeconómicos” e das determinantes ecológicas da produção material humana, para abarcar as relações entre esta e seus aspectos cognitivos, sociais e ideológicos. Assim, a Etnoarqueologia passa a interessar-se não só pelo processo de produção artefactual, mas também pelas redes de significados que o envolve (POLITIS, 2002:66).

É sobretudo dentro desta última perspectiva que a Etnoarqueologia tem se desenvolvido no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990. Influenciada pela politização a que assiste a Arqueologia a partir da redemocratização brasileira, a Etnoarqueologia imbrica-se nas questões relacionadas ao fortalecimento dos grupos étnicos minoritários no país: sobretudo indígenas e negros.

Numa perspectiva que busca compreender permanências rupturas, nesses contextos sociais específicos, usando conjuntamente informações Etnográficas, Etnohistóricas e Etnoarqueológicas, essa abordagem tem por objectivo, no contexto brasileiro, reunir numa sequência cronológica, trajetórias não só espaciais, mas também culturais, sociais e políticas destes grupos étnicos (POLITIS, 2002:76).

Desta forma, a Etnoarqueologia no Brasil, não só passa a assumir cada vez mais um viés acadêmico e científico, uma vez que a formação e profissionalização em arqueologia tem se intensificado no país nas últimas duas décadas, quanto assume posição de grande importância, não somente científica mas também política, seguindo assim um caminho que vem sendo traçado desde o período colonial brasileiro, e que coloca as questões étnicas no foco das discussões relacionadas não só às ciências humanistas brasileiras quanto à própria noção de Identidade individual e Nacional deste país.

CAPÍTULO II TEORIAS E MÉTODOS DA ETNOARQUEOLOGIA

2.1- O NASCIMENTO DA ETNOARQUEOLOGIA

Muito embora o termo “Etnoarqueólogo” tenha sido citado pela primeira vez no trabalho de Jesse W. Fewkes, em 1900, a respeito das necrópoles “Hopi”, associados pelos “Hopi” contemporâneos a certos ritos (POLITIS, 2002:64), sendo ali definido como “ (...) quem traz para a preparação do seu trabalho um conhecimento intensivo da vida presente do povo cuja pré-história está sob investigação.” (DAVID & KRAMER, 2001:6), é nos fins dos anos de 1960 que amplia-se o uso das informações etnográficas actuais obtidas sob um olhar arqueológico, para a interpretação artefactual do passado, muito embora, num primeiro momento, ainda não houvesse um grupo que definisse a si mesmo como Etnoarqueólogos (POLITIS, 2002:65).

É somente com o surgimento da Arqueologia Processualista que a Etnoarqueologia passa a ser utilizada sistematicamente no trabalho arqueológico. Em “*Smudged pit and hide smoking: the use of analogy in the archaeological reasoning*”, de 1967, Binford inaugura a exploração deste tema. Posteriormente, em seu livro “*Numamiut Ethnoarchaeology*”, de 1978 lança bases teóricas e conceptuais para o trabalho etnoarqueológico. Mas é em consonância com os trabalhos desenvolvidos por Yellen, em 1977, “*Archaeological approaches to the present*” e de Gould, em 1978, “*The anthropology of human residues*” e 1980, “*Living Archaeology*” que este enfoque passa a tomar importância no cenário científico da Arqueologia.

Neste período a Etnoarqueologia dedica-se a buscar regularidades entre a conduta humana e a sua produção artefactual, que pudessem ser aplicadas para além das especificidades culturais dos grupos estudados (POLITIS, 2002:65-66).

Já a partir dos anos de 1980, a Etnoarqueologia amplia seus horizontes de pesquisa, influenciada pelo Pós-Processualismo. A partir de então, dedica-se também a investigar a relação entre a produção artefactual humana e os processos cognitivos e ideacionais envolvidos em seu processo de produção, utilização e descarte, procurando interpretar os significados desses processos para as sociedades investigadas, e a valorizar as especificidades culturais (POLITIS, 2002:66).

A partir da década de 1990, as pesquisas em Etnoarqueologia se multiplicaram diversificando tanto os objectos de pesquisa, que passaram a contemplar as mais diversas regiões do mundo, quanto os seus objectivos, que passaram a abarcar pesquisas sob o horizonte teórico do Processualismo e do Pós-Processualismo.

2.2- DEFINIÇÕES E USOS DA ETNOARQUEOLOGIA

Gustavo Politis (2002), em artigo denominado “*Acerca de la Etnoarqueología en América del Sur*”, enumera várias definições de Etnoarqueologia. Algumas delas foram aqui reproduzidas, como forma de provocar uma reflexão a respeito dos horizontes desse campo científico.

Maceachern, em “*Foreign countries: the development of ethnoarchaeology in Sub-Saharan Africa*”, define de forma bastante simples da Etnoarqueologia como “a

intersecção entre comunidades vivas e a produção arqueológica”. Já Hanks, em “*An Ethnoarchaeological approach to the seasonality of Historic Cree sites in Central Québec*”, define esse campo científico como “ a aplicação de métodos arqueológicos aos dados etnográficos” (POLITIS, 2002:68).

Uma definição mais complexa, entretanto é apresentada por David, em “*Integrating ethnoarchaeology: a subtle realist perspective*”, que define a Etnoarqueologia como:

“(...) el campo de estudio de la producción, tipología, distribución, consumo, y descarte de la cultura material, con especial referencia a los mecanismos que relacionan variabilidad y la variación al contexto sociocultural y a la inferencia de los mecanismos de procesos del cambio cultura. (POLITIS, 2002:68).”

Finalmente, o próprio Politis, no referido texto, a define como:

“(...) una subdisciplina de la arqueología y de la antropología social que obtiene información sistemática acerca de la dimensión material de la conducta humana, tanto en el orden ideacional como en el fenomenológico (en le sentido de Goodenough, 1964). Es una generadora de referentes analógicos para la interpretación arqueológica y es una fuente de producción y testeo de hipótesis y modelos acerca de cómo funcionan las sociedades” (POLITIS, 2002:68).

Todas essas definições têm em comum, a aproximação, na Etnoarqueologia, entre as sociedades vivas e o seu contexto gerador de produção artefactual. A última definição ainda indica sua utilidade como geradora de analogias que busquem ampliar nosso conhecimento acerca dos dados arqueológicos. Ou seja, o Etnoarqueólogo seria aquele cientista que realiza uma investigação de uma determinada sociedade viva, ou seja, uma investigação de cunho etnográfico, com metodologia e objectivos claramente arqueológicos, visando compreender e apreender os contextos relacionados à cultura material desses povos, para através dessa investigação ampliar e clarificar o conhecimento arqueológico em relação aos aspectos pesquisados.

Entretanto, de que forma a busca por esses dados ou por essas analogias pode ser importante para a Arqueologia?

O próprio Politis (2000:70) nos indica três campos, nos quais essas informações se tornam úteis para a Ciência Arqueológica. Primeiramente, pode servir para buscar, no sentido Processualista dessa Ciência, recorrências na relação entre o comportamento humano e Cultura Material. Em segundo lugar, num sentido mais Contextualista, pode também servir para contextualizar a produção material humana dentro das ordens sociais e ideacionais, de forma a entender seus condicionantes e buscando níveis sociais mais complexos, cuja dimensão material é menos directa e sua percepção menos óbvia. Por último, avançando ainda mais na subjectividade, pode servir para perceber outras formas de pensamento, ou seja, procurar discernir conforme possível, como e que factores ideológicos e sociais, interferiram em determinada configuração da produção artefactual humana, tentando alcançar, na medida do possível, chaves de funcionamento de certos padrões de racionalidade do passado.

Dessa forma, a Etnoarqueologia pode gerar pesquisas que se restrinjam mais a aspectos físicos das condutas humanas, limitando-se a variáveis que possam ser melhor controladas e que possam gerar pesquisas que visem mais a busca de semelhanças entre o comportamento humano em vários tempos e espaços diferentes, tanto quanto pode gerar pesquisas que visem mais a especificidade da conduta humana, buscando caracterizar ou retomar a trajectória das comunidades humanas estudadas, com vistas a gerar maior complexidade para o conhecimento arqueológico, ou para reconstruir processos históricos de comunidades específicas, como é o caso de algumas pesquisas

realizadas em grupos indígenas sul americanos. Pode ainda se valer de vários enfoques de pesquisa, de forma a perceber os intercalamentos entre aspectos mais “eco-funcionais” e os ideológicos e culturais da conduta humana (POLITIS, 2000:73-79).

2.3- DOIS ENFOQUES TEÓRICOS EM ETNOARQUEOLOGIA

Duas diferentes abordagens teóricas marcam as pesquisas em Arqueologia, e em especial em Etnoarqueologia nas últimas décadas: uma, iniciada em fins dos anos 60, intitulada Processualista, e outra iniciada já na década de 80, intitulada Contextualista.

Assim, segundo o enfoque Processualista, a Etnoarqueologia aproxima-se mais das ciências naturais que das ciências sociais e interessa-se mais pela relação entre o comportamento humano e o meio que o envolve, no que tange aos processos tecno-funcionais de produção artefactual, e as determinantes ecológicas da cultura humana (Politis, 2002:73) com o objectivo de dela extrair regularidades através da ênfase em abordagens quantitativas e na busca de leis acerca da relação entre o homem e o mundo material (DAVID & KRAMER, 2001:19-20).

Dessa forma, a abordagem Processualista da Etnoarqueologia buscará, através dos registos etnográficos recolhidos pelo arqueólogo, evidenciar regularidades interculturais que possam auxiliar na reconstrução do passado arqueológico humano e buscar constantes nos processos de transformações culturais (DAVID & KRAMER, 2001: 23).

A busca por tais regularidades se dá numa perspectiva científica que se foca nas relações entre as comunidades humanas e suas relações de adaptação ao meio no qual se

inserir. A respeito disso discorre Binford em “*Nunamiut Ethnoarchaeology*” (1978) ao relatar o paradigma já proposto por ele anteriormente:

“The behavioral model recognizes that behavior is the dynamics of adaptation. People draw upon a repertoire of cultural background and experience to meet changing or variable conditions in their environments, both social and physical. Our expectations, then, are for variability in the archaeological record to reflect a variety of different kinds of coping situations. Activities will vary with the particular adaptive situation of the group and the character of tasks being performed. We would therefore expect variability in the archaeological record to reflect these different situations” (BINFORD, 1978:3).

Ora, para compreender as diferenças presentes nos registos arqueológicos é preciso compreender as complexidades do meio no qual foram gerados, e como esse meio funciona como um sistema, algumas vezes, mesmo tendo os diversos elementos – os registos artefactuais – não somos capazes de compreender o seu funcionamento. Nesse caso a busca por novas experiências e conhecimentos que aperfeiçoem nossos instrumentos de apreensão e de descrição da realidade, são necessários. Essas experiências constituirão uma ponte entre a produção artefactual humana e os contextos comportamentais nos quais essa produção foi gerada. É nessa perspectiva que o trabalho etnográfico toma lugar no desenvolvimento da Arqueologia Processualista (BINFORD, 1978: 3-12).

O uso das analogias etnográficas, é, entretanto, alvo de uma utilização cuidadosa e crítica por parte da Arqueologia Processual. Yellen nos alerta, em “*Archaeological Approaches to the Present*” (1977) a respeito dos problemas que o uso desse tipo de analogia em Arqueologia pode despertar. É preciso termos em conta, segundo, ele, três aspectos importantes. O primeiro é que uso de analogias pode nos levar a realizar determinadas generalizações que não contemplem as especificidades e as diversidades existentes nos estilos de vida das comunidades caçadoras-recolectoras pré-históricas. O

segundo é que ela nos fornece dados muito específicos, vindos de comunidades sobreviventes, que ocupam geralmente ambientes inhóspitos e marginais do globo, algumas vezes relativamente recentes, e que não podem servir para estabelecer determinadas comparações com outros tempos e espaços. Finalmente, Yellen nos alerta a respeito das dificuldades em estabelecer estudos mais amplos a partir dessas comunidades nativas devido ao seu número cada vez mais reduzido e à sua constante assimilação por parte das comunidades englobantes. Segundo ele, trabalhos relacionados com densidade populacional, taxas de natalidade e de mortalidade, relação entre o tamanho dos grupos e variações ambientais, são praticamente impossíveis. (YELLEN, 1977: 4-5).

Em vista disso, ele propõe o uso de analogias sob determinados procedimentos específicos. O primeiro deles, chamado “*general model*”, define o uso de analogias para estabelecer modelos gerais a respeito da relação entre o homem e o meio ambiente, que possam ajudar no processo interpretativo dos registos arqueológicos. O segundo, ou procedimento “*buckshot*”, serve para clarificar determinados aspectos relacionados a especificidades de difícil compreensão nos artefactos encontrados num certo sítio. Já o tipo “*spoiler approach*”, no sentido literal de “abordagem destruidora”, serve para estabelecer certificações ao trabalho de análise arqueológica realizada, para verificar se não havia outras importantes variáveis a serem consideradas, ou uma explicação mais razoável para o contexto analisado. Por último, o procedimento tipo “*laboratory approach*”, consiste na observação directa de sociedades vivas com o objectivo de correlatar actividades ou formas de organização social, que estejam relacionadas à produção material humana, e que, portanto, possam ser preservados como registos arqueológicos, com o objectivo de buscar respostas que tornem o conhecimento dos

contextos arqueológicos mais amplo, e refinar suas técnicas de análise (YELLEN, 1977:2-11).

Já para os Pós-Processualistas, a Etnoarqueologia é uma ciência social histórica e deve procurar compreender fenômenos materiais/sociais do ponto de vista dos seus actores, contestando regularidades interculturais e dando à cultura artefactual das etnias estudadas um sentido que a associa deliberadamente ao mundo ideacional, ou seja, procura compreender os artefactos como manifestações materiais da Cultura. (DAVID & KRAMER, 2001:40). Para eles:

“ (...) os artefatos não apenas são instrumentos, mas também referem-se a coisas que existem ao nível da ordem ideacional. Eles representam conceitos – na linguagem da semiótica, eles são significantes de significados (...) – com referências materiais ou comportamentais no mundo físico.” (DAVID & KRAMER, 2001: 24).

Tal visão da produção artefactual humana, enfatiza, dessa forma, as singularidades do processo criativo humano, os aspectos subjectivos e irrepetíveis que subjazem cada indivíduo criador, cada produtor e transformador do mundo material humano, desacreditando das possibilidades e dos horizontes de conhecimento que trazem a busca por regularidades transculturais para o conhecer dos contextos arqueológicos.

Acerca da singularidade de cada processo produtivo humano, nos fala Ian Hodder (1985), citando Piaget:

“Man creates himself. The acts of individuals are not determined by cultural code because the culture is itself constructed in those acts. Neither do the internal, intrinsic relationships of the code determine their meaning. Rather, artefacts and social acts draw their meaning from the roles they play, their use, and in the daily patterns of existence. Each moment is created. Each act and each artefact exist only after their construction. They have to be produced, to be “brought off”, and it could have been otherwise. The notion of social action involves a unity of

meaning and experience, subject and object, interpretation and observation. It involves the idea of the development of understanding through construction” (HODDER, 1985:4).

Ora, se o homem cria a si mesmo, e nesse processo, também cria a cultura, e se em meio a cultura criada por seus actores, estes produzem artefactos que só podem ser entendidos na relação entre significados e experiências, sujeito e objecto, interpretação e observação, a busca por regularidades nesses processos se torna inalcançável, uma vez que cada sujeito é um ser único, que tem experiências irrepetíveis em sua vida, já que sua interpretação do mundo, os significados que dá a ele, são produtos dessa mesma unicidade histórica e psicológica de cada membro da sociedade.

Dessa forma, os objectivos da Arqueologia, e da Etnoarqueologia, em particular, passam a focar a busca pela compreensão dos significados particulares relacionados aos artefactos em determinados contextos específicos:

“The practical meaning of an item of material culture varies according to the context in which it is used although (...) the use of an item in one context is not independent of its use in others. (...) The evocative effect of a material symbol depends on context and the same item may be viewed from different contexts at the same time. Each person brings an individual understanding, a particular coping system to the perception and use of each artefact. (...) Ambiguity is thus a necessary and central part of symbolic process. Without it, individuals could not, from their different standpoints, agree to differ, they could not be competent (or incompetent) social actors, and they could not change the social world by changing the material world” (HODDER, 1985: 14-15).

Assim, se um símbolo material qualquer pode ter diferentes significados em contextos diversos, se cada pessoa possui um entendimento particular de cada artefacto, e se essas individualidades estão na base de seu próprio entendimento e definição em relação ao outro, ao seu próprio posicionamento no interior da sociedade e ao poder de transformação da cultura material e imaterial que cada indivíduo ou grupo exerce no seio da sociedade, então a busca pela compreensão dos significados particulares, desse

universo simbólico que recobre cada produção artefactual humana, está na base do entendimento da própria sociedade e de seus registos arqueológicos, da mesma forma que as analogias etnográficas em arqueologia tomam importância na medida em que estejam focadas nos contextos subjectivos, nos significados, que subjazem o processo de produção material humana, buscando compreender suas particularidades e especificidades.

Entretanto, é preciso ter em mente que ambas visões da Etnoarqueologia não são necessariamente opostas, ou seja, o que está em causa não é a veracidade das teorias envolvidas na recolha das informações etnográficas obtidas sob um olhar arqueológico, mas sendo a Etnoarqueologia um estratégia de pesquisa, utilizará para diferentes objectos e objectivos princípios característicos de uma dessas duas correntes teóricas (DAVID & KRAMER, 2001:26).

Isso se explica pelo facto de ser a sociedade uma estrutura complexa, que inclui todas as relações e acções das pessoas que a constitui, sejam estas em relação ao meio, a outros ou aos seus próprios actores. Os motivadores para essas acções são os mais diversos, e se combinam entre causas psicológicas, fisiológicas e culturais, mais ou menos difíceis de circunscrever em determinadas regularidades ou leis, tendo em vista o objecto escolhido para a pesquisa. Quanto mais próximas dos motivadores fisiológicos as acções a serem analisadas estiverem, como no caso de análises de técnicas de obtenção de alimentos ou de fabricação de instrumentos para este fim, por exemplo, mais possibilidade tem o investigador de encontrar aspectos que possam ser mais previsíveis. (DAVID & KRAMER, 2001:16-18)

Em um ponto, entretanto, podemos afirmar com acuidade que ambas teorias convergem: para o uso de analogias. Muito embora as analogias sejam sempre ampliativas, ou seja, “ (...) *elas inevitavelmente afirmam a existência de similaridades mais amplas em suas conclusões do que foi ou poderia ser estabelecido em suas premissas (...)*” (DAVID & KRAMER, 2001:30) elas são essenciais para o trabalho do Etnoarqueólogo, que, embora esteja a trabalhar com dados etnográficos extraídos no presente, busca gerar conhecimento que ajude a interpretar dados arqueológicos.

As analogias podem gerar resultados mais precisos quanto maior for a proximidade entre a cultura base da análise arqueológica e a fonte das informações etnográficas em relação às variáveis geradoras da produção material analisada, quanto maior for o número de análogos do objecto de pesquisa extraídos dessas fontes e tanto mais forem testadas as analogias através de diferentes métodos, como a escavação arqueológica, por exemplo. (DAVID & KRAMER, 2001:33 -34)

Entretanto, por se tratarem de analogias extraídas, na maioria das vezes, tendo por base dados etnográficos advindos de sociedades “indígenas” contemporâneas, em maior ou menor grau influenciadas pela Cultura Ocidental, há quem cogite até que ponto estas sociedades presentes possam servir para estabelecer analogias arqueológicas. A respeito desse ponto, porém, é preciso ter em mente que a fecundidade da analogia arqueológica não está na simples semelhança entre a sociedade actual e aquela que é base da pesquisa arqueológica, e sim, conforme já foi dito, na semelhança entre as variáveis geradoras da produção artefactual em estudo. Assim, muito embora sociedades mais semelhantes, tenham um maior potencial analógico, este factor, em si, não está no fundamento de uma analogia com maior força argumentativa (POLITIS, 2002:63).

2.4- MÉTODOS DO TRABALHO DE CAMPO EM ETNOARQUEOLOGIA

A Etnoarqueologia busca na investigação de sociedades presentes, identificar processos culturais que constituam análogos que auxiliem na compreensão do trabalho arqueológico, e como tal, tem como estratégia de investigação privilegiada o trabalho de campo realizado através da observação participante. (POLITIS, 2002:69)

Este método de trabalho é não só o mais intensivo, quanto o mais ortodoxo no sentido antropológico, dos métodos de trabalho em Etnoarqueologia, e pode ser descrito como o acto de estar num determinado sítio a ser estudado, por um determinado período de tempo, a viver de acordo com o ritmo da comunidade local, desenvolvendo um relacionamento de reciprocidade com os seus informantes, buscando uma certa incorporação à comunidade, não como um nativo, mas incluído na mesma rede de direitos, obrigações e poderes que eles, para dessa convivência extrair os dados necessários à pesquisa, sempre sob uma perspectiva arqueológica, ou seja, privilegiando as condutas humanas directa ou indirectamente relacionadas a sua produção artefactual (DAVID & KRAMER, 2001:67-68).

Entretanto, há outras duas estratégias de pesquisa muito importantes para a Etnoarqueologia e que podem servir de complemento para a observação participante: o uso de entrevistas e de questionários. Estes devem ser destinados a uma determinada amostra da comunidade a ser investigada, tal que represente, em termos de *locus* social, político ou económico, uma parcela significativa para a pesquisa em questão. Devem, também, ser compostos de questões cuidadosamente escolhidas de forma a apresentar clareza suficiente para que os interrogados forneçam respostas não somente úteis mas

também precisas, a ponto de não prejudicar a qualidade da pesquisa em curso. É por isso que tais estratégias devem ser sempre acompanhadas de períodos de observação participante, de forma a gerar maior riqueza de informações sobre os tópicos estudados e sem incorrer-se no risco de uma má compreensão dos relatos obtidos quer através de um instrumento, quer através de outro (DAVID & KRAMER, 2001:68).

Além disso, é também indispensável ao pesquisador em Etnoarqueologia, que ao lançar-se ao trabalho de campo, recorra a outras fontes de pesquisa sobre a região e a comunidade a ser estudada, tais como as de entidades governamentais e não governamentais, de arquivos, fotos aéreas, imagens de satélite, livros e pesquisas sobre a região e a comunidade, resultados de investigações arqueológicas feitas na área, entre outros, podendo até mesmo estabelecer parâmetros comparativos entre esses dados e os colhidos nas pesquisas Etnoarqueológicas realizadas.

Também é importante ter cuidado com a fluência da comunicação com a comunidade, que deve incluir o estudo da cultura e da língua local, além da procura antecipada por autorizações governamentais necessárias, e por guias, tradutores, e informantes locais, que possibilitem uma integração à comunidade o menos traumática possível, evitando, assim, provocar atritos sociais e políticos advindos de falta de conhecimento a respeito da cultura e da sociedade em questão, bem como do Governo e das Leis a que essas populações estão submetidas (DAVID & KRAMER, 2001:64-70).

2.5- A ETNOARQUEOLOGIA VIVIDA

A pesquisa em Etnoarqueologia é, portanto, aquela que analisa uma determinada sociedade viva, com o objectivo de apreender os diversos contextos relacionados com a

produção material humana sob um enfoque arqueológico, ou seja, com objectivos, métodos e técnicas que possibilitem ampliar o conhecimento arqueológico a respeito da relação entre a humanidade e sua produção artefactual.

Tal tipo de pesquisa pode ser desenvolvida sob perspectivas teóricas diversas, bem como pode utilizar diversas combinações de métodos e de técnicas, dependendo dos contextos a serem estudados, dos objectivos do pesquisador, e de suas preferências de enfoque de pesquisa.

É importante, entretanto, que as opções do pesquisador estejam claramente definidas no trabalho e que este procure, no decorrer de sua pesquisa manter-se fiel às teorias, métodos e técnicas por ele escolhidas, deixando o leitor informado, sempre que alguns desses aspectos sejam alterados no decorrer do processo de investigação científica.

Por outro lado, é importante que o Etnoarqueólogo tenha em mente que, ao desenvolver sua pesquisa no interior de uma comunidade viva, pode se deparar com contextos surpreendentes que, eventualmente, venham a ser incluídos na investigação ou que possam trazer a necessidade de repensar os enfoques escolhidos. Nesse ponto, é preciso ressaltar que teorias, métodos e técnicas são opções ou caminhos de análise dos contextos a serem pesquisados, não a única visão ou percurso possível, e que esses enfoques de pesquisa devem ser adaptados aos contextos analisados e não o contrário.

Além disso, é preciso ter em atenção que todas as informações conseguidas a respeito do povo estudado e de todo o processo de desenvolvimento da pesquisa são muito importantes para que o leitor possa construir suas próprias considerações a respeito dos

temas analisados, e devem ser claramente identificados no texto. Uma vez que a riqueza do enfoque da Etnoarqueologia reside no facto de extrair informações relacionadas a contextos vivos, e portanto ricos em detalhes, em particularidades e em complexidades sociais pessoalmente presenciadas, quanto maior for a clareza na descrição das informações a esses contextos relacionados, maior será o seu potencial de gerar informações que possam contribuir para o aprofundamento do conhecimento arqueológico.

Por fim, é preciso ter em mente que a inserção em comunidades vivas gera sempre uma perturbação no quotidiano dessas comunidades, de forma que o observar dos limites e das regras a elas relacionadas é muito importante para garantir não só um contexto de pesquisa o mais próximo da normalidade possível, e portanto mais fiel em termos das informações a serem apreendidas, quanto um ambiente de respeito a esses povos, que, muito para além de serem um objecto de pesquisa para o Etnoarqueólogo, são sociedades humanas, com modos próprios de vida, tão dignas de consideração quanto qualquer outra.

Além disso, é preciso também ter a consciência de que os resultados das pesquisas nesses contextos desenvolvidas são sempre potencialmente importantes para promover discussões a respeito de suas reivindicações e necessidades, de seu modo de viver e de pensar e que, portanto, têm um valor que ultrapassa o aprofundamento dos conhecimentos arqueológicos e que insere o trabalho desses pesquisadores dentro do contexto das discussões relacionadas às questões étnicas na sociedade contemporânea.

CAPÍTULO III

A ETNOARQUEOLOGIA NO BRASIL: UM PANORAMA

3.1- QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Este trabalho busca perceber os contornos científicos da Etnoarqueologia brasileira nos anos posteriores a 1980, ou seja, desde os anos iniciais da divulgação das ideias da Etnoarqueologia Processualista e da conseqüente expansão e consolidação desse campo científico em nível mundial, ou por outro lado, a partir da consolidação do processo de redemocratização brasileira que culminará com o fim da Ditadura Militar, e com reconquista dos direitos democráticos e da liberdade de expressão no país, que contribuíram para uma nova expansão da Etnoarqueologia sob multifacetadas perspectivas e contribuíram para o aumento da força política e social das questões étnicas no Brasil.

Como objecto de trabalho foram escolhidas sete teses científicas, sendo quatro de Mestrado e três de Doutorado, escritas entre os anos de 1993 até 2007. A escolha deu-se conforme critérios de visibilidade quanto à sua divulgação científica, e clara manifestação de enquadramento dentro dos universos teóricos e metodológicos da Etnoarqueologia.

Evidentemente, estes trabalhos não representam a totalidade daqueles escritos dentro dos horizontes teóricos desse campo científico, e nem é objectivo deste trabalho pretender uma abrangência total desses trabalhos durante período proposto, mas, sendo um trabalho qualitativo, busca através da análise da amostra escolhida tentar traçar

alguns encaminhamentos teóricos e metodológicos da Etnoarqueologia brasileira nas últimas décadas.

Como forma de interpretação das teses escolhidas, foram utilizados alguns marcadores ou questões, que servem de orientadores de análise desses trabalhos, ou seja, definem os conteúdos a serem pesquisados no texto, buscando equiparar os objectos de estudo na totalidade das pesquisas estudadas, a fim de estabelecer a comparações entre essas pesquisas, a respeito das presenças e ausências de enfoque nos tópicos escolhidos.

Parte desses marcadores ou questões foram extraídos do livro “*Ethnoarchaeology in Action*” (DAVID & KRAMER, 2001:70), particularmente do terceiro capítulo desse livro, intitulado “*Fieldwork and Ethics*”, e dizem respeito aos aspectos metodológicos e técnicos do trabalho em Etnoarqueologia considerados como necessários para o desenvolvimento pesquisas dentro desse campo teórico, e que, portanto, deveriam estar claramente definidos nesses trabalhos. Tais tópicos são assim identificados:

Contexto da Pesquisa

- 1- Localização e contexto histórico e cultural do grupo estudado.
- 2- Contexto político da pesquisa, incluindo situação do pesquisador, condições de financiamento e duração do trabalho de campo.
- 3- Conhecimentos do investigador, incluindo competências linguísticas, do grupo a ser pesquisado e da sua linguagem.

Métodos Etnográficos e Técnicas

1- Amostragem do grupo:

- a) Estratégias
- b) Número de povoações, famílias ou indivíduos
- c) Representação de classes, posições sociais, status, papéis ou géneros

2- Métodos de Pesquisa

- a) Observação Participante
- b) Entrevistas
- c) Questionários
- d) Outras, incluindo reconstituições e experiências

3- Assistentes (remunerados)

- a) Qualificações e relacionamento com os informantes.

4- Informantes

- a) Categorias e formas de recompensas.

5- Registos

- a) Materiais escritos, fotografias, registos visuais e sonoros, materiais etnográficos, e outras amostras de material, com informações sobre localização e acesso.

A esses tópicos foram acrescentados mais alguns, de elaboração própria, concernentes aos aspectos teóricos dos trabalhos analisados e que buscam, para além de tentar

perceber as preferências teóricas desses trabalhos, detectar o grau de explicitação e de importância dada a esses aspectos nessas pesquisas. São eles:

Contexto Teórico

1- Opções teóricas da Pesquisa

- a) Processualismo
- b) Contextualismo
- c) Ambos universos teóricos
- c) Outros universos teóricos
- d) Indefinida

2- Grau de Explicitação Teórica

- a) Explicitação Directa
- b) Explicitação Indirecta

3- Referências Teóricas

- a) Referências directas
- b) Referências indirectas
- c) Ausência de referências

As sete teses seleccionadas para este trabalho foram divididas em dois conjuntos, sendo o primeiro composto pelas teses de Mestrado, e o segundo pelas teses de Doutoramento, internamente organizados segundo o ano de apresentação, a começar pelas mais antigas, e acompanhadas sempre por um breve resumo dos dados principais da pesquisa, a saber:

autor, data de publicação, local de apresentação da tese e suas finalidades, ou seja seus objectivos e objectos e o grupo estudado.

Cumpra ainda destacar que este trabalho não busca julgar a competência das pesquisas e de seus pesquisadores seja quanto ao alcance dos objectivos propostos, seja quanto ao enquadramento no campo teórico-metodológico da Etnoarqueologia. Tem antes, por objectivo, através da análise dos pontos anteriormente citados, buscar traçar parâmetros de compreensão que ajudem a responder de que forma o trabalho em Etnoarqueologia se tem desenvolvido no Brasil no contexto pós a Ditadura Militar, seus contornos próprios, seus horizontes, seus enfoques, ou seja, busca caracterizar a Etnoarqueologia pensada e vivida, não só por estes pesquisadores, mas por inúmeros outros, que como estes, merecem o mais profundo respeito, não só da Comunidade Científica mas de toda a sociedade, por aceitarem o desafio de se envolverem em contextos sociais, culturais, políticos e geográficos muito específicos, profundamente estranhos aos seus próprios, em contacto com o “Outro”, em busca de respostas para seus próprios desafios e para os da Ciência, gerando conhecimento, mas também fazendo um tipo de Política que busca conhecer esse “Outro”, não para colonizá-lo, julgá-lo ou alijá-lo, mas que busca em seu conhecimento, o compreender de nossa própria humanidade tanto em seus aspectos múltiplos quanto em suas semelhanças.

3.2- DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

3.2.1- SEM *TEKOHÁ* NÃO HÁ *TEKÓ*: EM BUSCA DE UM MODELO ETNOARQUEOLÓGICO DA ALDEIA E DA SUBSISTÊNCIA GUARANI E SUA APLICAÇÃO A UMA ÁREA DE DOMÍNIO NO DELTA DO RIO JACUÍ-RS

Este trabalho tem como autor Francisco Silva Noelli, foi apresentado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC – RS), em 1993, e tem como objectivo principal o estudo do povo Guarani, com atenção especial à aldeia (*Tekohá*) do Arroio do Conde, centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul, como forma de estabelecer uma síntese de elementos comuns deste povo quanto a espacialidade das estruturas e assentamentos, a captação de recursos para produção material, aos instrumentos e estratégias de subsistência, aos recursos alimentícios, e a língua (NOELLI, 1993:3).

Contexto da Pesquisa

Localização e contexto histórico e cultural do grupo estudado.

O trabalho apresenta uma extensa síntese histórica a respeito dos Guarani, e procura defender a tese de que análises arqueológicas demonstram que não ocorreu nenhuma transformação significativa na cultura material preservada dos Guarani, sobretudo quanto a cerâmica e a produção lítica, até o contacto com os Europeus, muito embora o autor admita haver, até o período em que a pesquisa se desenvolveu, poucas informações arqueológicas consistentes recolhidas sobre esse povo (NOELLI, 1993:12).

Para tanto, aborda a importância, para os Guarani, da manutenção da sua tradição, do seu modo de ser (*Tekó*). Esta tradição é expressa, sobretudo pela conexão entre a língua e a cultura material que nomeia, gerando uma persistência reprodutiva tanto da primeira quanto da segunda, ou seja, para os Guarani o sentimento de pertença a esse grupo está intimamente ligado ao bem-reproduzir das palavras e das coisas (NOELLI, 1993:10-15).

Traça também a trajetória histórica dos estudos a respeito dos Tupi-Guarani, seus equívocos quanto a não diferenciação entre esses povos e as diversas abordagens a respeito da sua ocupação e deslocação pelo território brasileiro.

Contexto da Pesquisa

Contexto político da pesquisa e conhecimentos do investigador

O autor esclarece na seção dos Agradecimentos da sua pesquisa, que este projecto foi financiado inicialmente através de uma bolsa de iniciação científica concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), e depois por uma bolsa de mestrado financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ressalta, entretanto, que a referida pesquisa foi realizada sem recurso algum a trabalho de campo tendo-se limitado a interpretar informações bibliográficas etno-históricas, etnográficas e arqueológicas pré-existentes, a respeito do povo estudado.

O autor também demonstra conhecimentos a respeito da língua e da Cultura Guarani, não só através de uma longa descrição histórica realizada, com pontos e contrapontos

teóricos a respeito de diversos aspectos mas também com interpretação de inúmeras palavras e expressões Guarani, usadas ao longo do texto.

Métodos Etnográficos e Técnicas

Muito embora não tenha havido qualquer trabalho de campo nesta pesquisa e que o trabalho trate mais de aspectos gerais a respeito da cultura e sociedade Guarani, há uma especial atenção à aldeia de Arroio do Conde, centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul, com descrição de seu ecossistema e das estratégias necessárias para a obtenção de recursos nessa aldeia, com especial atenção aos tipos e formas de exploração dos recursos agroflorestais, e faunísticos (caça, pesca e colecta de crustáceos, moluscos, insectos e mel da região).

O texto procura defender a hipótese de que “(...) os Guarani reproduziam sua cultura e impunham sua ideologia perante as outras sociedades das regiões que iam sendo paulatinamente colonizadas (...)” (NOELLI, 1993:9), partindo do princípio de que este povo atravessou “(...) mais de três mil anos até os primeiros contatos com os invasores vindos da Europa, reproduzindo fielmente sua cultura material e as técnicas de sua confecção e uso, sua subsistência” (NOELLI, 1993:9).

Para tanto procura elaborar um modelo das estruturas que formam os sítios Guarani, a partir da descrição e análise dos dados obtidos através de inúmeras pesquisas arqueológicas, etnológicas e linguísticas desse povo, buscando caracterizar as suas estruturas de habitação, e anexos, estruturas de combustão, funerárias e vestígios de paliçadas.

Assim, observou-se que a maioria das habitações tem planta baixa e alongada, formada por uma estrutura composta por esteios encaixados em varas flexíveis fincadas ao chão e vergadas de forma a dar à cobertura a forma de arco. Sobre as varas são afixadas transversalmente ripas de madeira, que passam a formar o gradeamento sobre o qual afixa-se a cobertura de folhas de palmeira, gramínea ou de alguns tipos de cascas (NOELLI, 1993:83-89).

Explora-se, ainda, a possibilidade de haver espaços anexos a essas habitações, que serviriam para processar, cozer ou depositar alimentos, ou produzir objectos bem como para fins de lazer (NOELLI, 1993:99).

Quanto às estruturas de combustão distingue-se três tipos: dentro das habitações, fora delas, fora e à longa distancia e dentro das estruturas anexas. Há também as delimitadas por pedras e as não-delimitadas e em ambos os casos elas podem ser rasas ou com depressão côncava (NOELLI, 1993:97).

As estruturas funerárias podem ser de enterramento primário, quando os restos humanos não são enterrados dentro de recipientes cerâmicos, ou quando recebem um recipiente cerâmico somente sobre o rosto, ou secundário, quando do uso desses recipientes para abrigar restos mortais. Nos dois casos o enterramento pode ser dentro ou fora da habitação (NOELLI, 1993:101).

Por último, atesta-se o uso de paliçadas para cercar assentamentos históricos Guarani, e em um dos casos, a presença de fossos cobertos por estacas pontiagudas. Entretanto

ressalta-se que o uso de paliçadas por povos indígenas é um aspecto pouco estudado na América do Sul (NOELLI, 1993:109).

Métodos de Pesquisa

Os métodos utilizados nesta pesquisa foram de leitura sistemática das fontes bibliográficas e documentais utilizadas, que foram posteriormente organizadas por assunto, o que serviu de base para pesquisas mais aprofundadas, sob o enfoque de concepções contemporâneas das diversas especialidades que embasam as pesquisas-fontes (NOELLI, 1993:3).

Assistentes e Informantes

Não foram utilizados, uma vez que não houve trabalho de campo realizado.

Registos

Foram utilizados materiais escritos e registos visuais de pesquisas realizadas a respeito dos Guarani para a elaboração desta pesquisa.

Contexto Teórico

Esta pesquisa se auto-intitula um trabalho em Etnoarqueologia e define este campo teórico da seguinte forma:

“ De maneira geral a etnoarqueologia tem sido concebida e desenvolvida para estudar sociedades vivas, buscando exemplos para compreender comportamentos e actividades em áreas de interesse arqueológico ” (NOELLI, 1993:1).

Mas como esta pesquisa não dispôs da utilização de trabalho de campo para sua realização, o autor considera as informações bibliográficas, etno-históricas e etnográficas utilizadas em sua pesquisa como autênticas fontes Etnoarqueológicas, por conter dados etnográficos de interesse para a Arqueologia (NOELLI, 1993:1).

Há uma citação indirecta a respeito da definição de Etnoarqueologia feita por Karol Kramer em “*Ethnoarchaeology. Implications of Ethnography for Archaeology*” (1979), na qual afirma que esse Campo Teórico “(...) postula a explícita integração entre dados arqueológicos, etnográficos e etno-históricos.” (NOELLI, 1993:1). Entretanto não há nenhuma discussão a respeito das abordagens teóricas possíveis para a Etnoarqueologia, e nem uma explicitação das tendências teóricas por ele mesmo seguidas no trabalho.

No entanto, apesar de o trabalho apresentar-se mais como uma descrição da Cultura, da produção material e da adaptação ecológica Guarani, facto justificado pela limitação encontrada nas próprias fontes de pesquisa utilizadas e por inúmeras vezes ressaltado no transcorrer da própria pesquisa, há em vários momentos uma preocupação clara em associar a produção material desse povo e a sua forma de interagir com o meio com factores culturais específicos do grupo.

3.2.2- A PRODUÇÃO CERÂMICA COMO REAFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE ÉTNICA *MAXAKALI*: UM ESTUDO ETNOARQUEOLÓGICO.

De autoria de Luciane Monteiro Oliveira, este texto foi apresentado em 1999, na Universidade de São Paulo e tem como objectivo ser um trabalho etnoarquelógico sobre a produção de cerâmica pelas mulheres *Maxakali*, povo definido como pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê e com território estabelecido no Vale do Mucuri, Nordeste do estado de Minas Gerais.

Contexto da Pesquisa

Localização e contexto histórico e cultural do grupo estudado.

A história, a Cultura e a localização do povo *Maxakali* está extremamente bem descrita no texto, ocupando mesmo mais de 90 páginas das 205 do trabalho. Nelas faz-se uma contextualização histórica da política indigenista no Brasil, das relações histórico-culturais dos *Maxakali* com a terra que habitam, e pela qual sempre lutaram, a própria descrição dessa região e a disposição da população no seu interior, com suas justificativas não só geográficas mas também culturais.

Assim, percebe-se que os primeiros conflitos entre os *Maxakali* e a comunidade nacional dá-se no século XVIII, quando da disputa por alternativas económicas e diminuição da produção aurífera em Minas Gerais, situação que se estende até o início dos processos de demarcação de seu espaço territorial na década de 1940, gerando conflitos quanto à sua extensão, situação que na altura da escrita da tese parecia estar por ser resolvida, com a concessão de indemnizações aos proprietários de terras reivindicadas pelos índios.

Fica-se a saber também que na altura da pesquisa a reserva estava fragmentada em duas glebas, a do Pradinho e a de Água Boa, com uma faixa intermediária ocupada por fazendas de posseiros, sendo que a primeira era menor, e ocupava um território mais montanhoso que a segunda, o que faz com que em Pradinho as aldeias estejam menos visíveis umas das outras.

Contexto da Pesquisa

Contexto político da pesquisa e conhecimentos do investigador

Não há qualquer referência ao contexto que levou a esta pesquisa a não ser a carência de informações sobre a cultura material *Maxakali*, o que nos remonta a motivações pessoais. Também não se sabe nada a respeito dos financiamentos da pesquisa, e da duração dos trabalhos de campo, tanto em número de dias quanto em número de visitas realizadas.

Da mesma forma, nada se sabe a respeito das competências linguísticas da pesquisadora a respeito da língua tradicional *Maxakali* mas parece subentendido que esse povo fale o português. Já quanto aos conhecimentos culturais a respeito desse povo, a autora demonstra um profundo conhecimento de cunho bibliográfico do tema.

Métodos Etnográficos e Técnicas

A pesquisa busca analisar a produção cerâmica entre as mulheres *Maxakali*, através da análise dos seguintes componentes: seus atributos, que são suas características

observáveis e repetitivas, os fenómenos físicos como a cor da pasta utilizada, minerais que a compõe, sua porosidade, suas marcas bem como tamanho e forma das peças, as técnicas de fabrico e seus atributos como o tipo de montagem, as formas e a queima das peças, a sequencia dos processos, entendida como a sucessão das técnicas utilizadas no processo de produção e a tipologia das peças produzidas (OLIVEIRA, 1999:107).

Busca também perceber a transmissão de aspectos técnicos e simbólicos através do processo de aprendizagem das técnicas de fabrico da cerâmica por essas mulheres, o que abarca aspectos religiosos, culturais e também utilitários.

Assim, os vasilhames são classificados a partir do uso doméstico, de armazenamento, para fins rituais, para aprendizagem (que são logo descartados) e para fins de comercialização. Os de uso doméstico são menores em relação aos destinados a armazenamento e para fins rituais sendo hoje todos de rara utilização nas aldeias, uma vez que estão sendo substituídos por peças industrializadas. Os destinados a comercialização são de modo geral utilitários, relacionados com o armazenamento de água ou plantas, por exemplo (OLIVEIRA, 1999:115-117). A maior parte das peças é de construção directa, forma simples e esférica, na maioria de base arredondada, com bordas directas e lábios arredondados ou planos, e bojo convexo (OLIVEIRA, 1999:130).

A única informação a respeito da amostragem escolhida do povo a ser pesquisado é a respeito do trabalho tratar da produção cerâmica entre as mulheres *Maxakali*. Mas não sabemos se houve algum outro critério de selecção da amostra, muito embora o texto leve a pensar que as mulheres mais velhas tenham sido alvo privilegiado da pesquisa

uma vez que se diz serem essas a preservarem as técnicas e manterem a prática da fabricação da cerâmica dentro do grupo (Oliveira, 1999:117).

Métodos de Pesquisa

Na Introdução do trabalho a autora cita como meio fundamental na recolha de informações etnográficas de sua pesquisa:

“(...) a observação direta/participante; a tecnologia da cultura material e o estudo de uma totalidade da cultura na correlação dos objetos materiais produzidos pelo grupo e os elementos comportamentais do sistema sócio-cultural em interação com o meio ambiente circundante (...)” (OLIVEIRA, 1999:11).

Entretanto, não é possível perceber claramente, ao longo do texto, quais as informações apreendidas a partir da observação participante e quais são as obtidas por outros meios, uma vez que as descrições das experiências vividas no trabalho de campo realizado entre o povo estudado não aparecem em momento nenhum especificadas em meio a riqueza das informações culturais a respeito desse povo.

Pode-se supor, entretanto, pela natureza do conteúdo, pela ausência de referências bibliográficas em muitos trechos, substituídas por referências fotográficas, que o quarto capítulo desse texto, intitulado “A tecnologia cerâmica como elemento de reprodução cultural”, foi escrito tendo por base, em boa parte, esses trabalhos de campo.

Assistentes e Informantes

O texto não regista ter havido recorrência ao auxílio de uns nem de outros.

Registos

Quanto aos registos, sabe-se que foram efectuadas observações de cunho etnográfico e entrevistas informais (OLIVEIRA; 1999:2), o que certamente gerou registos escritos, e sabe-se também haver um acervo fotográfico do trabalho de campo, em parte exposto em anexo na pesquisa.

Contexto Teórico

Há nesta pesquisa, particular atenção na definição da visão Processualista e Contextualista da Etnoarqueologia e uma explícita escolha por essa última abordagem, inclusive enriquecida com citações indirectas de alguns de seus autores. Para ela:

“ (...) o conhecimento etnográfico serve como um norte ao arqueólogo ao proporcionar três níveis de pesquisa arqueológica. O primeiro se refere ao nível prático a partir da descrição do background metodológico; em seguida a interpretação específica, a living surface e então a interpretação mais geral que trata da história da cultura propriamente” (OLIVEIRA, 1999:3).

Assim, a pesquisa busca sempre associar a produção material aos contextos culturais, religiosos e simbólicos, ou seja, de identificação étnica do grupo estudado, muito embora, não haja possibilidade de perceber os discursos através de seus próprios autores, uma vez que toda a descrição dos processos de produção cerâmica é feita a partir de uma construção textual narrativa feita pela própria autora, e que as citações contidas no texto, de grande riqueza cultural, não estão contextualizadas, ou seja, não fica claro de que forma ou em que momento foram extraídas.

3.2.3- CENÁRIOS DA OCUPAÇÃO *GUARANI* NA CALHA DO ALTO PARANÁ: UM ESTUDO ETNOARQUEOLÓGICO

Esta tese é da autoria de Robson António Rodrigues e foi apresentada para o MAE-USP em 2001. Embora não esteja especificado em nenhuma parte do texto, percebe-se que o trabalho tem como objectivo caracterizar histórica e culturalmente (com ênfase na cultura material, especialmente a produção cerâmica) a tradição Guarani, com especial atenção à ocupação que se deu nas áreas do Planalto Meridional brasileiro, na região oeste do Estado de São Paulo, e sul do Mato Grosso do Sul, às margens da calha do Alto Paraná, delimitada pela área de inundação da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera (UHEPP), actual Engenheiro Sérgio Motta (RODRIGUES, 2001:40).

Contexto da Pesquisa

Localização e contexto histórico e cultural do grupo estudado.

O autor desenvolve uma extensa discussão a respeito das migrações “Tupiguarani”, pelo território brasileiro, tanto antes, quanto após o início da colonização europeia da América, citando, inclusive por várias vezes, os dados obtidos a respeito da mesma temática pelo pesquisador Francisco Noelli na tese anteriormente aqui analisada. Através dessa discussão localiza os principais grupos indígenas no território brasileiro além de traçar diferenciações entre eles. Dessa forma, também, caracteriza a região alvo da pesquisa como sendo de cultura Guarani.

Traça também um histórico das pesquisas arqueológicas realizadas na região, com algumas conclusões preliminares sobre esses trabalhos com destaque para o Projeto Arqueológico Porto Primavera-MS (PAPPMS), desenvolvido a partir de 1993 e que

havia detectado e mapeado, na altura da escrita desse trabalho, “(...) 97 sítios arqueológicos na margem esquerda (SP), sendo 63 cerâmicos ou lito-cerâmicos, e na margem direita (MS), 118 sítios arqueológicos, sendo 57 cerâmicos ou lito-cerâmicos, além de uma centena de ocorrências arqueológicas” (RODRIGUES, 2001:43).

O autor também destaca, para efeito de um estudo de caso, ter pesquisado o sítio arqueológico de Sanhaço (SHÇ), no município de Teodoro Sampaio, estado de São Paulo, na fazenda Santa Rosa, margem esquerda da calha do Alto Paraná (RODRIGUES, 2001:94)

Contexto da Pesquisa

Contexto político da pesquisa e conhecimentos do investigador

Fica-se a saber que a pesquisa foi realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e que aproveita-se de dados obtidos pelo Projeto Arqueológico Porto Primavera-MS (PAPPMS), desenvolvido com o objectivo de ser uma actividade de salvamento arqueológico da área afectada pela inundação de 2.253 km² entre os Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, para o funcionamento da usina hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

Como não está descrito no trabalho, nenhuma actividade de contacto directo com nenhum grupo Guarani, mas tão somente a escavação de um sítio arqueológico desse povo, não há referência a conhecimentos linguísticos do autor, nem tampouco, durante a contextualização histórica realizada, entretanto, com riqueza de detalhes.

Sabe-se, entretanto, que em relação à referida escavação arqueológica, os trabalhos de campo tiveram a duração de duas semanas, sendo a primeira de 14/04 a 17/04/1998 e a segunda de 20/04 a 25/04/1998, totalizando 10 dias.

Métodos Etnográficos e Técnicas

Esta pesquisa realizou-se através de duas vertentes principais, uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental sobre os Guarani, e um estudo de caso, desenvolvido no Sítio Arqueológico Sanhaço (SAÇ) no estado de São Paulo, e que envolveu actividades de escavação arqueológica. O trabalho, não conta, entretanto, com nenhum trabalho de campo realizado em contacto com comunidades vivas desse povo.

Dessa forma o autor efectua primeiramente uma descrição de algumas características marcantes do povo Tupi-guarani, quanto a aspectos materiais e não-materiais.

Assim, fica-se a saber que uma comunidade Tupi-guarani composta de, aproximadamente, trezentas ou quatrocentas pessoas precisa, em média, de 45 km de espaço de subsistência, que efectuam mudanças periódicas de território, que vivem em habitações colectivas de, aproximadamente, 25 a 37 metros de comprimento, dispostas ao redor de uma grande praça onde desenrola-se a vida pública da aldeia. Sabe-se também que estes povos preferem alojar-se em locais próximos a rios navegáveis, em zonas de matas pluviais litorâneas, e que assentam seu complexo económico na caça, pesca, colecta e agricultura. Da mesma forma, fica-se a saber que os sistemas de alianças e de chefia eram baseados no parentesco e que a autoridade dos Xamãs muitas vezes confundia-se com o de chefe político do grupo e que eles desempenhavam

funções de curandeirismo, interpretação de sonhos e de protecção espiritual do grupo, e que muitas vezes são responsáveis por guiar o seu povo a novas terras, em busca do que seria uma “terra sem mal” (RODRIGUES, 2001: 67 – 74)

Com relação ao estudo de caso realizado no Sítio Arqueológico Sanhaço (SAÇ), das escavações procederam materiais líticos lascados ou polidos e fragmentos de cerâmica, além de restos orgânicos e solo antropogénico (RODRIGUES, 2001:104).

A ênfase de estudo foi dada aos materiais cerâmicos, em maior quantidade no sítio, que foram analisados de forma a ser um estudo tipológico, tendo em conta diferentes atributos tecnológicos, morfológicos e estilísticos presentes nas peças cerâmicas.

Dessa forma, foram analisados os seguintes itens: classe da peça cerâmica (fragmento de parede, de borda, de base, bolotas de argila e parede angular), frequência dos tipos de antiplásticos (caco moído e mineral, caco moído e carvão, mineral e carvão, mineral e caco moído), espessura do antiplástico (do grânulo maior), espessura da peça, análise da queima da peça (tomando em conta a cor da pasta e a diferença de cor entre o núcleo e as partes exteriores da peça), técnica de manufactura (acordelada ou modelada), ângulo da parede da peça (entre 110 e 150°), tratamento da superfície (ausência de tratamento, alisamento, polimento e engobo), decoração dos artefactos (lisos, plásticos ou pintados), forma dos lábios dos vasilhames (plano, arredondado, apontado e biselado), tipo e a forma das bordas (directa, extrovertida, cambada, carenada), forma dos vasilhames (prato ou assador, tigela rasa, tigela funda e vaso profundo), inclinação da peça (por meio do seu diâmetro), contorno do vasilhame (simples, composto e infletido), a altura do vaso, o volume dos recipientes (de 1 a 20 litros), tipos de bases

(25 tipos de bases convexas) e, finalmente, o diâmetro e o ângulo da base (entre 130 e 150°) (RODRIGUES, 2001:107 – 113).

Métodos de Pesquisa

Para o desenvolvimento do referido estudo de caso, foi realizado, inicialmente, o reconhecimento da área de estudo, com especial atenção à ocorrência de registos arqueológicos, e à definição das áreas de influência directa ou indirecta que propiciassem uma maior probabilidade de ocorrência de ocupação humana.

A seguir, foi realizado um levantamento, composto por um detalhamento ambiental, um aprofundamento da análise do potencial arqueológico da região e um levantamento e registo de sítios arqueológicos aí presentes para a definição dos que seriam prospectados e escavados.

Logo após, foi realizada uma prospecção em todo o entorno a ser estudado, com intervenções de pequeno porte compostas por limpezas, sondagens, cortes, composições de perfis, decapagens e colectas cartografadas para um detalhamento ambiental do local.

Por fim, foram realizadas as escavações, nos sítios previamente escolhidos, tendo em vista os outros passos descritos. O autor afirma que neste último passo, em alguns casos aplicou-se o método “etnográfico”, que, segundo ele se aplica:

“(...) por meio da técnica de decapagens em níveis de solos naturais, com manutenção das evidências in situ até o registo fotográfico e cartográfico. Esses métodos proporcionarão uma

visão do contexto tridimensional das estruturas arqueológicas, possibilitando análises acuradas das relações intra-sítio” (RODRIGUES, 2001: 80-82)

Assistentes e Informantes

Não há qualquer informação a respeito da utilização quer de um, quer de outro, e pelas características da pesquisa é muito pouco provável que tal tivesse acontecido.

Registos

Todas as etapas de campo foram registradas em fotos e em fitas de vídeo e devidamente registradas em fichas. Também foram elaborados croquis da área trabalhada (RODRIGUES, 2001:103).

Contexto Teórico

O autor discorre a respeito das diferenças de enfoque da Escola Processual e Pós-Processual, citando Binford e Hodder como seus precursores, respectivamente. Quanto a essas diferenças, ele diz que:

“ Enquanto a primeira corrente (Processualista) buscava generalizações em forma de leis para aplicar em distintas culturas, a Segunda corrente (Pós-Processualista) negava essa possibilidade. Estes argumentavam que o relevante de uma cultura é o código de significados particulares que constitui a chave de seu funcionamento” (RODRIGUES, 2001:32 - 33).

O autor também afirma ter se intensificado o interesse dos arqueólogos por temas relacionados à dinâmica e ao funcionamento da cultura, sobretudo quanto à relação entre o universo simbólico e os seus reflexos na cultura material (RODRIGUES, 2001:36).

Nota-se, novamente, a preocupação em diferenciar a Etnoarqueologia Processual da Pós-Processual, entendidas da seguinte forma:

"Enquanto a Etnoarqueologia Processual procura identificar regularidades interculturais, a Etnoarqueologia Pós-Processual procura entender os princípios estruturais subjacentes à relação homem versus mundo material, específicos em cada contexto" (RODRIGUES, 2001: 37).

Entretanto, não há uma clara definição das opções teóricas do autor no texto, muito embora o resultado do trabalho arqueológico realizado, tipológico, se aproxime mais da busca por regularidades característica do Processualismo.

3.2.4- ORGANIZAÇÃO E USO DO ESPAÇO EM DUAS ALDEIAS XERENTE: UMA ABORDAGEM ETNOARQUEOLÓGICA.

Este trabalho é da autoria da pesquisadora Flavia Prado Moi, e foi defendido em 2003, no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), tendo como objectivo elaborar um modelo de organização e uso do espaço das aldeias *Xerente* de Porteira e Rio do Sono, no norte do estado de Tocantins, e é pela autora assim definido:

“A construção de um modelo para essa sociedade esteve baseada na análise do padrão de estruturação e distribuição das unidades domésticas e de suas actividades, pois essa análise contempla actividades como a confecção, uso e descarte de cultura material como parte do contexto físico e social da aldeia, incluindo formas de abandono, mobilidade gestão dos dejectos, organização familiar e hierárquica, demografia e uso do espaço nas habitações urbanas” (MOI, 2003:20).

Contexto da Pesquisa

Localização e contexto histórico e cultural do grupo estudado.

Tanto o contexto geográfico quanto o histórico-cultural do grupo é bem explorado, sendo esse povo definido como pertencente à família linguística Jê Centrais, grupo com mais de dois séculos de contacto com a Cultura Ocidental e restritos a duas reservas ao norte de Tocantins, nas quais foram seleccionadas as duas aldeias base da pesquisa: a Porteira, com 167 pessoas e a Rio Sono, com 104, tendo a primeira mais contactos culturais com a comunidade nacional devido a melhores facilidades de acesso.

Destaca-se de forma pormenorizada as características geográficas das duas bacias hidrográficas que constituem o território *Xerente* em Tocantins: a Bacia do Rio Tocantins, onde se situa a Aldeia Porteira e a Bacia do Rio do Sono, que sedia a aldeia de mesmo nome. Além disso descreve-se as diferenças espaciais na distribuição das

habitações e das ruas nas duas aldeias, sendo a primeira cortada por uma rua central a partir da qual as habitações se organizam enquanto na outra se destaca uma organização caótica desses recintos.

Contexto da Pesquisa

Contexto político da pesquisa e conhecimentos do investigador

Sabe-se que a pesquisa foi desenvolvida no contexto da construção da Usina (Central) Hidroelétrica do Lajeado que levou ao desenvolvimento de um programa de pesquisas relacionada com o resgate do património arqueológico a ser atingido por essa construção, do qual fazem parte três pesquisas de mestrado e duas de doutoramento, entre as quais se encontra esta pesquisa.

Não há uma clara definição a respeito das condições de financiamento da pesquisa, muito embora seja possível saber, a partir dos Agradecimentos, que a pesquisadora obteve uma bolsa da Capes.

Quanto ao trabalho de campo, foi dividido em cinco etapas, que abrangeram três importantes momentos significativos ao longo do ano, e são assim distribuídas:

- 1- Primeira etapa – Desenvolvida em Julho de 1999, sem definição de dias, foi efectuada para reconhecimento do território, pedido de aprovação da pesquisa por lideranças *Xerente*, e desenvolvimento do primeiro croqui da aldeia.
- 2- Segunda Etapa – de 15 de Novembro a 28 de Novembro de 1999, somente na Aldeia Porteira.

- 3- Terceira Etapa – de 29 de Abril a 07 de Maio de 2000 – na Aldeia Porteira e de 07 de Maio a 13 de Maio na Aldeia Rio do Sono.
- 4- Quarta Etapa – de 16 de Julho a 21 de Julho de 2000 na Aldeia Porteira e de 21 de Julho a 27 de Julho na Aldeia Rio do Sono.
- 5- Quinta Etapa – de 03 de Novembro a 06 de Novembro da Aldeia Porteira e de 06 de Novembro a 11 de Novembro na Aldeia Rio do Sono.

Posteriormente, é possível saber que o período de Abril a Maio antecede o período de estiagem na região e é o período de colheita do arroz e do milho, produtos muito importantes para a comunidade, enquanto o período de Julho, pleno período de seca, é também o período das festividades e da confecção de artesanato. Já em Novembro, inicia-se o período da chuva e é portanto a época de plantio.

Quanto às questões de cunho linguísticos e culturais, parece claro que as informações de cunho histórico-cultural tenham sido fruto de intensa pesquisa bibliográfica e de arquivos e que quanto aos conhecimentos linguísticos subentende-se que a comunidade alvo da pesquisa fale o Português, embora isso não esteja explicitado no texto.

Métodos Etnográficos e Técnicas

A pesquisa teve como estratégia descrever todas as estruturas habitacionais, ou para outros fins, nas duas aldeias seleccionadas para a pesquisa, que teve a área definida pela própria população nela habitante, relacionar todos os vestígios materiais lá encontrados, e diversas actividades que se desenvolveram na aldeia durante as visitas de campo realizadas, e os vestígios que delas resultaram. Esses dados foram posteriormente

tratados estatisticamente de forma a perceber diferenças tanto no interior da tribo quanto entre as duas tribos estudadas.

Sendo assim, as casas foram divididas, quanto à sua funcionalidade, nas categorias fechadas, abandonadas, em construção, desmontadas, e ocupadas e quanto à sua estrutura em provisórias, unitárias simples, unitárias complexas, compostas simples e compostas complexas. Entende-se como uma habitação complexa aquela que possui mais de uma divisão interna e como habitação composta aquela que possui mais de uma edificação, sendo a segunda não destinada a habitação.

A cobertura da pesquisa foi total, com descrição do número de habitações que enquadravam-se nas diversas categorias em cada visita de campo, descrição dos materiais utilizados na construção dessas habitações bem como de todos os artefactos nela contidos ou em seus arredores, fossem eles tradicionais ou não.

As actividades domésticas foram descritas conforme foram acontecendo, espontaneamente, durante o curso da visita, com descrição da actividade, motivos, artefactos utilizados e deles resultantes, bem como as razões descritas pelos próprios actores para as actividades.

Métodos de Pesquisa

O método principal utilizado nesta pesquisa foi a observação participante, explorada teoricamente no texto com pontos e contrapontos, em associação aos métodos denominados arqueográficos, descritos como a documentação detalhada do uso,

descarte e remanejamento da cultura material associada a descrição qualitativa e quantitativa dos vestígios produzidos.

Assistentes e Informantes

A autora não descreve o auxílio de nenhum informante em especial, mas tem como assistente, seu marido, sociólogo, a fazer doutoramento em Arqueologia, na época da pesquisa, e justifica essa escolha pelos seus conhecimentos teóricos e práticos em arqueologia, pela possibilidade de acesso a actividades sociais e culturais tipicamente masculinas e pela confiança que transmitia a presença de um casal na aldeia.

Registos

Sabe-se seguramente da utilização de registos escritos advindos das descrições dos materiais e actividades analisadas e da constituição de um acervo fotográfico, parte do qual exposto ao longo do desenrolar do próprio texto.

Contexto Teórico

Esse trabalho define-se teoricamente como uma pesquisa em Etnoarqueologia, e traz, em capítulo próprio, uma definição detalhada do conceito com várias citações directas a respeito do tema.

Entretanto, não há uma clara explicitação de que visão teórica da Etnoarqueologia a pesquisa adopta, se uma perspectiva Processualista ou Pós-Processualista. Muita embora, ressalte-se a importância de se “(...) conhecer o significado dos objectos para

as pessoas que os elaboram e os usam.” (MOI, 2003:26), e afirma-se que “(...) a Etnoarqueologia trata aspectos de difícil abordagem em Arqueologia, como organização social e suas inter-relações (...)” (MOI, 2003:26), esse tipo de abordagem aparece mais claramente nos resultados da pesquisa, quando da associação entre os tipos de habitações e o status social de seus moradores, provando a não-relação entre status elevado e habitações maiores, com mais divisões e construídas com materiais típicos da comunidade nacional, como tijolos.

3.3- TESES DE DOUTORAMENTO

3.3.1- AS TECNOLOGIAS E SEUS SIGNIFICADOS: UM ESTUDO DA CERÂMICA DOS *ASURINÍ* DO XINGU E DA CESTARIA DOS *KAYAPÓ-XIKRIN* SOB UMA PERSPECTIVA ETNOARQUEOLÓGICA.

Esta tese é da autoria de Fabíola Andréa Silva, e foi apresentada na USP em 2000. Tem como objectivos estudar a cerâmica dos *Asuriní* do Xingu e a cestaria dos *Kayapó-Xikrin*, para desenvolver uma reflexão sobre os diferentes significados das tecnologias, evidenciando não só as relações entre produção humana e o mundo material, mas também os aspectos simbólicos a ela relacionada (SILVA, 2000: 8)

Contexto da Pesquisa

Localização e contexto histórico e cultural do grupo estudado.

Os *Kayapó-Xikrin* do Cateté e os *Asurini* do Xingu, ocupam actualmente territórios no Estado do Pará, norte do Brasil. O primeiro povo pertence à família linguística Jê, enquanto o segundo pertence à família *Tupi-Guarani* (SILVA, 2000:12).

Quanto aos *Asurini*, estes se localizam no município de Altamira (PA) e só vieram a ser contactados pela Comunidade Nacional em 1971. São uma população agricultora, tarefa basicamente feminina. Aos homens cabe a caça, enquanto a colecta e a pesca são tarefas levadas a cabo por ambos os sexos. É também tarefa de homens e mulheres a produção da cultura material, que é conhecida pela sua sofisticação, difícil elaboração e pela alta preocupação de cunho estético. Para esse povo, sua arte gráfica é tão importante quanto o xamanismo para produzir e transmitir o saber cultural e a própria sociedade (SILVA, 2000: 47-53).

É também muito importante para eles a “*tavyva*”, uma casa comunal utilizada como moradia para várias famílias, local de sepultura dos mortos e de realização de rituais sagrados. É esse local que abriga também o vaso cerâmico sagrado “*tauva rukaia*” (SILVA, 2000: 95).

Quanto aos *Kayapó-Xikrin*, as primeiras informações acerca deles datam do século XIX, quando ocupavam uma área entre os rios Araguaia e Xingu, passando a ocupar, a partir do séculos XX a região entre os rios Itacaiúnas, Cataté e Seco, mas ocupam a região do rio Cateté, actualmente (SILVA, 2000:117).

É uma população agricultora, que utiliza a técnica da “coivara”, ou seja, cultivam a partir da derrubada e queima da vegetação local. O cultivo pode ser executado por ambos os sexos, e é feita de forma a preservar áreas de mata entre as roças, já que essa actividade é complementada pela caça e colecta. A caça e a pesca são tarefas eminentemente masculinas e são executadas ora com instrumentos tradicionais, ora modernos, bem como a confecção de cestos, enquanto as actividades de processamento dos alimentos é tarefa feminina, executada, geralmente em tradicionais fornos de pedra cavados no solo (SILVA, 2000: 119-120).

Os *Xikrin* são socialmente divididos em categorias de sexo e de idade, e o passar de uma etapa etária para outra é marcada por eventos biológicos e sociais e pela vida ritual. Entre esse povo há uma diferença de conhecimentos em relação às diferentes categorias etárias, pois os saberes são transmitidos mediante a progressão do membro do grupo para uma etapa seguinte (SILVA, 2000: 123).

Esse povo é também conhecido como “uma civilização da palmeira” devido a sua ligação social, cultural e mesmo religiosa com essa espécie vegetal, daí a importância da produção de cestos entre esse povo (SILVA, 2000:125).

Contexto da Pesquisa

Contexto político e conhecimentos do investigador

A escolha do tema justifica-se pela importância do tema da tecnologia para a Arqueologia devido à sua relação com o registo arqueológico. Já a escolha dos grupos indígenas deve-se ao interesse despertado pelos trabalhos anteriormente realizados pelas pesquisadoras Lux B. Vidal e Regina P. Muller a respeito desses povos (SILVA, 2000:12-13).

Quanto ao cronograma de visitas de campo, este não possui uma entrada específica mas fica-se a saber no decorrer do texto que entre os *Asurini* a primeira visita ocorreu em 1996, seguido por outra ocorrida entre os meses de Setembro e Novembro de 1997, quando teve como informantes, nominalmente citadas algumas mulheres da aldeia, e ainda por outras duas, uma entre Março e Abril de 1998, e a última, em Setembro de 1998 (SILVA, 2000: 91-94).

Quanto aos *Kaiapó-Xikrin*, a primeira visita deu-se em Setembro de 2006, devido à participação da pesquisadora em um projecto sócio-ambiental junto àquele povo (SILVA, 2000: 121). Quanto às demais, sabe-se que ocorreram, mas não há datas especificadas.

Já em relação aos conhecimentos linguísticos e culturais da autora a respeito dos povos estudados, são estes demonstrados no decorrer do texto através de inúmeras traduções de palavras das línguas nativas desses povos e no caso particular dos *Kayapó-Xikrin* sabe-se que alguns deles falam a língua nacional, uma vez que lhe foi indicado pela tribo um informante “(...) *por conhecer o mato e falar o português*” (SILVA, 2000:122).

Já em relação ao financiamento da pesquisa, não há nenhuma informação específica a respeito.

Métodos Etnográficos e Técnicas

Para o processo de registo da produção cerâmica desse povo, a autora seleccionou dez ceramistas, todas do sexo feminino, uma vez que a produção cerâmica é uma tarefa típica desse sexo, para que estas enumerassem cada etapa produtiva (SILVA, 200:56).

A autora dividiu, assim, o processo produtivo em seis operações básicas, sendo elas a obtenção da matéria-prima, a sua preparação, a manufactura dos artefactos, sua secagem, sua queima e o acabamento dado às peças.

Percebeu, dessa forma, que a extracção da argila segue alguns instrumentos de regulação social, sendo uma actividade feminina, que a confecção dos artefactos, também actividade tipicamente feminina é feita através da técnica do acordelado, ou técnica dos rolinhos, que no processo de secagem as peças são posicionadas de forma

diferente dependendo de seu formato, que a queima da peça é feita em contacto directo com o fogo, e que a pintura das peças é feita com pigmentos naturais, extraídos de pedras e é feito em amarelo, vermelho e preto.

É interessante observar que entre esse povo, a busca pela produção de peças bem feitas, com formato harmónico, sem rachaduras e com a superfície clara, é muito importante, denotando grande preocupação estética (SILVA, 2000:55-73).

A autora também analisou 323 recipientes, segundo as seguintes características: altura total da peça, altura do pescoço e do gargalo, diâmetro da abertura da borda e espessura da parede da borda. Dessa forma foi possível estabelecer relações entre os tipos mais numerosos de peças que existiam na amostra.

Percebeu-se, assim, que no tipo “*jape’e*” (panela de cozinhar), quanto maior o diâmetro da peça, maior sua altura e espessura, no tipo “*japepa’i*” (panela de cozinhar) quanto maior a peça, maior será sua espessura, altura e diâmetro, no tipo “*ja’e*” (panela para servir) quanto maior a vasilha maior o seu diâmetro, e finalmente, no tipo “*ja’eniwa*” (panela de cozinhar), quanto maior a peça maior sua espessura, altura do gargalo e diâmetro de abertura da borda (SILVA, 2000:80).

Ressalta-se, também, que a cerâmica é algo tão importante para as ceramistas, que quando uma delas morre, suas vasilhas devem ser quebradas e descartadas, e que elas costumam armazená-las durante a vida, não só para as reutilizarem, mas também porque se identificam com elas (SILVA, 2000:93).

A pesquisadora também teve a oportunidade, em decorrência de um incêndio que levou à destruição da “*tavyva*”, durante uma de suas visitas de campo, de assistir à sua reconstrução e ao processo de produção do vaso cerâmico ritual “*tauva rukaia*”, bem como aos rituais religiosos a eles associados, que descreve detalhadamente (SILVA, 2000: 95-111).

Finalmente, descreve também como os *Asurini* interpretam os vestígios arqueológicos de seu próprio povo, presentes nas imediações da aldeia e as suas explicações, sobretudo religiosas, a respeito desses vestígios (SILVA, 2000: 111-116).

Em relação aos *Kaiapó-Xikrin*, a autora também contou com um informante que confeccionou os cestos e descreveu as suas etapas produtivas (SILVA, 2000:132).

Quanto à cestaria *Xikrin*, foram classificadas através da matéria-prima, forma, tipo de trançado e uso. Verificou-se, assim, que a cestaria é geralmente produzida com fibras de espécies de palmeiras como o babaçu, o tucum e o buriti, mas também podem ser feitos com fibras de raízes ou com taboca, espécie de bambu típica da Amazônia. Os cestos são divididos em duas categorias “kai”, que define qualquer tipo de cesto, e “ko”, que define aqueles feitos com certos tipos de palmeiras e que por sua vez podem ser curadoria, quando sua execução é previamente planejada, ou de expediente, quando são feitos mediante necessidades imediatas (SILVA, 2000:126-129).

A cestaria expediente é a mais comum, e é utilizada para a realização de tarefas diárias sendo feita a partir de dois tipos de trançados: o cruzado quadriculado ou xadrezado e o cruzado diagonal ou sarjado (SILVA, 2000: 127-130).

Já a cestaria de curadoria é apenas caracterizada pelo cesto denominado “*ko-kumren*”, que é um cesto cargueiro, feito exclusivamente da folha nova do babaçu, com acabamento, na borda, feito com a casca da raiz de um tipo de cipó e uma alça de envira retirada de uma espécie arbórea da região. Possui também decoração específica, que segue as prerrogativas da decoração corporal desse povo, já que dividem o cesto em cinco partes, sendo elas os quatro cantos do fundo, o fundo em si, a borda, a parte traseira e a parte dianteira, e cada qual recebe decorações semelhantes às usadas nas respectivas partes do corpo humano (SILVA, 2000:139-147).

A pesquisadora também verificou que os cestos de expediente são geralmente fabricados na mata ou na área de trás das casas, enquanto os cestos de curadoria são fabricados no interior das casas ou no interior da Casa dos Homens (“*ngobe*”). Com relação ao descarte, os cestos geralmente são descartados na parte de trás das casas, mas os cestos expedientes também podem ser dispensados na mata, ou nos caminhos para a roça (SILVA, 2000: 158-159).

Métodos de Pesquisa

O método de pesquisa escolhido pela autora foi o “*Living Archaeology*”, definido como “(...) uma observação participante arqueologicamente orientada.” (SILVA, 2000:14).

Assistentes e informantes

A pesquisadora contou com a ajuda de informante junto aos dois povos que investigou, muitos deles citados nominalmente ao longo do texto.

Registos

A autora utilizou registos escritos e fotográficos, estes últimos usados com riqueza ao longo do texto, e muito provavelmente registos sonoros, devido às transcrições de músicas rituais que o texto contém.

Contexto Teórico

A autora faz uma distinção clara entre os princípios teóricos da Etnoarqueologia Processualista e Pós-Processualista e faz também uma explícita opção por realizar um trabalho que reflecta preocupações desses dois campos teóricos devido à sua busca por informações a respeito de aspectos tecnológicos e ambientais, mas também por ressaltar os sistemas simbólicos associados à produção material humana (SILVA, 2000: 46).

Traça também um extenso panorama dos princípios teóricos desse campo científico a partir das visões de diversos autores como Binford, Gould, Wobst, Yellen Watson, Wylie e Kent (SILVA, 2000: 30-41).

Ela define Etnoarqueologia da seguinte forma:

“Em termos amplos, a Etnoarqueologia pode ser entendida como uma abordagem que, a partir do estudo de sociedades contemporâneas, proporciona os meios para formular e testar hipóteses, modelos e teorizações que possibilitam responder questões de interesse arqueológico” (SILVA, 2000:30).

Mais adiante ainda ressalta entender a Etnoarqueologia:

“(...) não como analogia, mas como uma estratégia de pesquisa que visa produzir uma base de dados etnográficos sobre as relações entre o comportamento humano e o mundo material, que possa auxiliar nas teorizações sobre os processos de formação dos registos arqueológicos e, ao mesmo tempo, que venha a contribuir para os estudos de cultura material” (SILVA, 2000:46).

3.3.2- ETNOARQUEOLOGIA DOS GRAFISMOS *KAINGANG*: UM MODELO PARA A COMPREENSÃO DAS SOCIEDADES PROTO-JÊ MERIDIONAIS

Esta tese é da autoria de Sérgio Batista da Silva, e foi apresentada na USP em 2001, tendo como objectivo estabelecer uma relação entre o registo arqueológico das chamadas “tradições Ceramistas Planálticas” do sul do Brasil, ou, segundo o autor, Proto-Jê Meridionais, e os registos Etnográficos, Etno-Históricos e Linguísticos desses mesmos povos, sobretudo em relação ao sistema de representações visuais (grafismos) dessas populações (SILVA, 2001:2).

Contexto da Pesquisa

Localização e contexto histórico e cultural do grupo estudado.

O autor esclarece que os Jê Meridionais tem sua origem na região entre os rios São Francisco e Tocantins, há, aproximadamente, 2 ou 3 mil anos atrás, sendo os primeiros a se separarem do Tronco Macro-Jê, causando uma diferenciação interna entre este grupo e os Jê-Central. Os Jê-Meridionais seriam adeptos do isolacionismo linguístico, ou seja, só costumam falar sua língua entre eles mesmos, o que está na origem dessas diferenciações culturais. (SILVA, 2001:8-9).

Entretanto, é possível estabelecer semelhanças entre os diversos dialectos *Kaingang* da região sul do país, uma vez que as diferenças linguísticas dão-se regionalmente e não estruturalmente, e podem ser parcialmente explicadas pela interacção entre esse povo e outros já instalados na actual região sul do país, quando da imigração Jê para essa região (SILVA, 2001:10).

Como características gerais da cultura Proto-Jê Meridional o autor aponta a presença de três tipos de assentamentos: casas subterrâneas com túmulos de terra ou galerias escavadas no arenito, acampamentos de superfície ou, mais raramente utilização de abrigos naturais (SILVA, 2001:41).

Destaca também a importância da colecta do fruto do pinheiro, para a qual são talhados pilões, lâminas, machados, talhadores, raspadores e lascas, muito embora a agricultura, geralmente desconsiderada por pesquisadores também tenha importância para esse povo (SILVA, 2001:42).

No litoral, os sítios arqueológicos dessa Cultura são identificados através de acúmulos de restos alimentares, como ossos de peixe e de mamíferos, conchas e também sepultamentos, conhecidos como Sambaquis (SILVA, 2001:43).

Quanto à produção cerâmica, os tipos principais são os vasos com colar, as tigelas cónicas e hemisféricas, as garrafas e vasos pequenos com bocas estreitas e as bandejas, travessas ou tigelas rasas (SILVA, 2001:50).

Quanto a cosmologia *Kaingang*, percebe-se que todos os seres, objectos e fenómenos naturais estão ligados aos gémeos “Kainru”, instável e de decisões rápidas, cujas pinturas corporais são caracterizadas por manchas, e “Kamé”, pesado de corpo e de espírito, mas perseverante, que tem como pintura corporal característica as listas (SILVA, 2001:100).

Tal dualismo manifesta-se na existência de duas metades exogâmicas entre os *Kaingang*, que, através dos casamentos realizam uma constante reaproximação entre as partes duais que compõem tanto a sua sociedade quanto a sua cosmologia. Tal aproximação dá-se também através do companheirismo existente entre os *iambré*, pessoas de mesmo sexo, de metades opostas e de idades aproximadas (SILVA, 2001:103).

É também destacada a crença no poder do *Xamã* (*Kuiã*) e na relação entre o mundo espiritual e os elementos da natureza, tanto animais quanto plantas. O próprio poder do *Xamã* está relacionado à domesticação que exerce sobre os poderes advindos da natureza (SILVA, 2001:118).

O autor também ressalta uma especificidade dos grupos Jê Meridionais, que reside na incorporação de elementos da cultura Guarani, com a qual tiveram contacto e que podem ser atestadas pelo uso de bebidas fermentadas, a utilização de tecidos feitos com fios de urtiga e a utilização de alguns tipos específicos de cestos e trançados (SILVA, 2001:140).

Contexto da Pesquisa

Contexto político da pesquisa e conhecimentos do investigador

Na Secção dos Agradecimentos, fica-se a saber que o presente trabalho foi realizado com auxílio de uma bolsa de estudos concedida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com a CAPES.

Sabe-se também que houve trabalho de campo, realizado em algumas aldeias do sul e sudeste do Brasil ou com membros pertencentes a elas, mas advindos de contextos específicos de visitas a outras terras ou ao MAE-USP. Sabe-se também que as pesquisas de campo, em alguns contextos, duraram mais de um ano e deu-se quase diariamente, mas não há nenhum cronograma específico no texto.

Percebe-se claramente, também, que o autor apresenta um vasto conhecimentos sobre as línguas indígenas das comunidades que pesquisa, haja vista a enorme quantidade de vocábulos devidamente interpretados com os quais nos deparamos ao longo do texto.

Entretanto não temos conhecimento claro a respeito da língua falada pelos seus interlocutores indígenas, muito embora a suspeita seja sempre de que falem o português.

Métodos Etnográficos e Técnicas

O autor considera, neste trabalho, as chamadas “tradições ceramistas planálticas” do sul do Brasil (Taquara, Itararé e Casa de Pedra), como uma única, ampla e homogênea tradição cultural Jê Meridional, precursora da Cultura *Kaingang* e *Xokleng* (SILVA, 2001:7).

A partir de então, estabelece como objectivos para alcançar a formulação de um modelo etnoarqueológico de compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais do Brasil, primeiramente, o levantamento de colecções etnográficas *Kaingang*, para, junto a

alguns interlocutores deste povo, estabelecer relações analíticas e interpretativas desses materiais, que foram considerados pertencentes a sistemas de representações visuais.

A seguir, também com a ajuda de interlocutores *Kaingang*, em algumas aldeias do sul e sudeste do Brasil, foi realizada uma análise interpretativa dos materiais e estruturas arqueológicas de vários sítios Proto-Jê Meridionais já estudados, com ênfase nos grafismos presentes na decoração da cerâmica e na arte parietal de alguns painéis rupestres. Tal foi feito com recurso a descrições presentes em bibliografias sobre o tema, fotos e desenhos feitos por vários pesquisadores.

Como passo seguinte, o autor procurou construir uma Etno-História *Kaingang*, com ênfase na interpretação da dimensão simbólica expressa na sua cultura material, sobretudo quanto às representações visuais.

A partir de então, o autor procurou levantar e estudar etnografias *Kaingang* com o objectivo de elucidar seus aspectos simbólicos e de relacionar cosmologia, organização social, expressões estéticas e registo arqueológico.

Aliado a isso, foi efectuada, a partir da bibliografia etnológica disponível, uma caracterização geral de sociedades da família Jê, de forma a poder compará-la às características das sociedades Jê Meridionais, e por analogia às Proto-Jê Meridionais.

Finalmente, o autor busca estabelecer relações de semelhança entre os grafismos Proto-Jê e Jê actuais àqueles característicos das sociedades Proto-Guarani e Guarani actuais.

Os grafismos, um tema central do trabalho, são divididos em grafismos de materiais etnográficos e grafismos das pinturas corporais.

Quanto aos materiais etnográficos são analisados os trançados (compridos/abertos ou fechados/quadrangulares), cestos (redondos, compridos e quadrados), de forma que os grafismos e morfologias considerados compridos, longos, altos e abertos estão relacionados à metade exogâmica *Kamé* e os redondos, quadrangulares, losangulares, baixos e fechados estão ligados à metade *Kainru-Kré* (SILVA, 2001:175).

Alguns grafismos, entretanto, representam a união entre as duas metades, apresentando a fusão entre o padrão fechado e o padrão aberto, indicando um indivíduo com autoridade sobre as duas metades, ou padrões de aliança entre membros das duas metades exogâmicas. Neste caso, podem estar presentes, por exemplo, em objectos rituais. Podem também representar, simplesmente o ideal de harmonia e complementaridade entre as duas metades (SILVA, 2001:189-196).

Todos esses grafismos podem ser vistos tanto nos cestos e trançados, mas também nas pinturas corporais, nos mantos de urtiga, nas flechas, nas bordunas (arma cilíndrica e alongada), nos recipientes feitos de uma espécie de fruto (porongos) e nos painéis de pintura rupestre desse povo. Portanto eles podem ser confeccionados mediante as mais diversas técnicas: trançado, tecido, pintura, gravação e impressão (SILVA, 2001:190).

Quanto ao caso específico das pinturas corporais, o autor ressalta que entre os *Kaigang*, o corpo humano é visto de forma diferente a da cultura Ocidental, ou seja, não há distinções entre processos sociológicos e fisiológicos, de forma que, o corpo deve ser

submetido a processos periódicos de fabricação e transformação. Dessa forma, há, entre esse povo uma série de rituais e crenças relacionadas com o corpo e que ligam fenómenos de ordem fisiológica com os de ordem social, e que podem ser manifestos através da utilização de variados elementos materiais, entre eles a pintura (SILVA, 2001:209 - 212)

Métodos de Pesquisa

Para a pesquisa, utilizou-se de entrevistas abertas realizadas tanto em aldeias quanto em museus do Rio Grande do Sul (RS) e de São Paulo (SP). Nas aldeias o trabalho deu-se através da apreensão do discurso dos indígenas tanto durante a própria produção artesanal no local da pesquisa, ou através da observação de fotografias e desenhos de artefactos típicos dos *Kaingang* e dos *Xokleng*. As visitas aos museus também contaram com a participação de interlocutores *Kaingang*, que puderam novamente discursar a respeito dos objectos observados (SILVA, 2001:16).

Em Porto Alegre (RS), as visitas de campo deram-se por mais de um ano e quase que diariamente na Aldeia da Agronomia, onde entrou em contacto também com membros da Terra Indígena de Nonoai, no planalto do Rio Grande do Sul. Trabalhou também com grupos da Comunidade Indígena de Inhacorá, município de São Valério do Sul e da Área Indígena da Guarita, Sector Missão, município de Redentora. Já em São Paulo os contactos foram com um grupo *Kaingang* do Posto Indígena de Icatu, município de Braúna, em visita ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

Assistentes e informantes

O autor cita inúmeras vezes ter recorrido a informantes, sobretudo quanto a interpretação dos grafismos em objectos etnográficos e em pinturas, mas não sabemos detalhes maiores sobre esses informantes, a não ser serem membros das tribos com as quais manteve contacto.

Registos

Parece clara a produção de registos escritos, advindos das entrevistas abertas realizadas, sendo que muitos trechos delas aparece reproduzidas e devidamente especificadas no texto, e a formação de um arquivo fotográfico, parte do qual exposto ao longo da tese.

Contexto Teórico

O autor enfatiza as dificuldades da Arqueologia Processualista em aceitar como objecto de estudo temas que estejam sob o domínio concomitante da Arqueologia, da Etnologia e da Antropologia–Biológica, sobretudo aqueles relacionados a interpretações semiológicas (SILVA, 2001:20-21).

Por outro lado, ressalta a importância da Arqueologia Pós-Processual para uma actualização teórica da Arqueologia que enfatize a mente e a cognição humana em sua relação com a produção artefactual (SILVA, 2001:26).

Elabora, também uma definição de Etnoarqueologia, assim identificada:

“A compreensão de artefactos, estruturas e quaisquer outros vestígios de sociedades do passado, através da utilização de dados históricos e etnográficos, dentro de um contexto histórico e cultural local muito bem definidos, testados os modelos etnoarqueológicos daí surgidos por intermédio de metodologias arqueológicas próprias, constitui-se no objecto da Etnoarquologia (SILVA, 2001:19).

O autor deixa claro que os trabalhos etnoarqueológicos no Brasil costumam estar mais dentro do domínio do Pós-Processualismo, tecendo uma série de citações directas e indirectas sobre a importância das analogias etnográficas para a Arqueologia, tentando assim, desmistificar os preconceitos, que, segundo o autor, os arqueólogos brasileiros têm a respeito do tema.

3.3.3- OS CAÇADORES-CERAMISTAS DO SERTÃO PAULISTA: UM ESTUDO ETNOARQUEOLÓGICO DA OCUPAÇÃO *KAIINGANG* NO VALE DO RIO FEIO/AGUAPEÍ

Esta tese é também da autoria de Robson António Rodrigues e foi apresentada ao MAE-USP em 2007. Tem por objectivo estudar, sob uma perspectiva etnoarqueológica, a sociedade *Kaingang* dos aldeamentos Icatú e Indía *Vanuíre*, na região compreendida entre os vales dos rios Tietê e Paranapanema, mais especificamente as terras banhadas pelo rio Feio/Aguapeí, São Paulo, no que se refere a sua produção material, sobretudo cerâmica, e a sua forma de utilização do espaço e sistema de assentamento a fim de criar modelos interpretativos que comportem características da dinâmica social passada e actual desse povo (RODRIGUES, 2007:8).

Contexto da Pesquisa

Localização e contexto histórico e cultural do grupo estudado.

Até o século XVIII, a região do Planalto Ocidental Paulista não foi valorizada pelos colonos brasileiros que a consideravam lugar de pouco valor económico, terras inférteis, servindo somente de passagem para aqueles que por lá buscavam riquezas, como o ouro, ou mesmo índios para escravizar. A partir de então acirraram-se os conflitos com as populações indígenas que habitavam esta região, originados pela colonização da região, que se deu em três frentes de expansão: a dos criadores de gados oriundos de Minas; a das plantações de café, e a da agricultura mais diversificada.

Já no começo do século XX, com o desenvolvimento de um empreendimento estatal de reconhecimento do rio Feio, e com o processo de construção da Ferrovia Noroeste, intensificam-se as hostilidades na região, geradas pelo contracto pelos engenheiros

envolvidos no empreendimento, de matadores de indígenas (bugreiros) para exterminar os *Kaingang* da região (RODRIGUES, 2007:57-60).

Entretanto, estudos linguísticos apontam para a chegada dos *Kaingang*, na região sul do país, há, aproximadamente, 3.000 anos, oriundos das populações de língua Jê dos planaltos entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, no Brasil Central. As migrações seguiram para o Sul e Sudeste do país além do Norte da Argentina, formando a já anteriormente descrita Nação Jê Meridional (RODRIGUES, 2007:74).

Em termos de ocupação do território, os *Kaingang* se organizam a partir de áreas fixas, definidas por aldeias, com duração prolongada, em regiões mais altas e próximas a pequenos e médios canais de drenagem, cercados por densas florestas, seguidas de ocupações temporárias para actividades de subsistência nas proximidades dos rios mais caudalosos onde há abundância de animais para a caça e peixes para a pesca. Além disso os *kaingang* também saem em excursões nas matas para a colecta de frutos (RODRIGUES, 2007:89).

Quanto a produção cerâmica, esta pode ser classificada em duas categorias que se diferenciam pelo formato de suas bordas: os *Kokrõ*, que servem de panelas e os *Petkê*, que servem de pratos. Entretanto, uma terceira finalidade, esta especial, relaciona o uso de cerâmicas em rituais de enterramento (RODRIGUES, 2007:137-139).

Contexto da Pesquisa

Contexto político e Conhecimentos do investigador

Lê-se nos Agradecimentos que este trabalho foi financiado pela CAPES através de uma bolsa de estudos.

Quanto ao trabalho de campo sabe-se que esse ocorreu por intermédio de observação participante na aldeia Índia *Vanuíre*, mas não há nenhuma especificação a respeito de sua duração (RODRIGUES, 2007:29)

Já quanto às competências linguísticas do autor, essas não aparecem clarificadas no texto, mas não parece ter havido ocasião de necessidade, haja vista parecer claro que a comunidade usada como foco da pesquisa esteja bastante integrada a cultura nacional.

Métodos Etnográficos e Técnicas

O foco da pesquisa foi a aldeia “Índia Vanuíre”, que é uma aldeia multiétnica, abrigando tanto membros do povo *Kaingang* (40%) quanto do povo *Krenak* (25%), *Terena* (7%), *Aticum*, *Fulniô*, *Pancararu*, pessoas com dupla identidade (*Kaingang* e *Krenak*) e não índios (28%).

Como instrumento de pesquisa, foi elaborado um questionário que norteou uma primeira entrevista com todas as famílias da aldeia “Índia Vanuíre”, para a elaboração de um inventário da distribuição étnica no contexto da aldeia e a criação de um mapa geral da região.

A seguir, foram seleccionados alguns moradores para a realização de uma entrevista mais detalhada, com o intuito de fornecer elementos para a identificação de locais explorados pelo grupo *Kaingang* antigamente (RODRIGUES, 2007:103).

Como a aldeia é multiétnica e há mesmo muitas famílias que comportam membros de povos diferentes, como forma de identificar etnicamente seus membros, optou-se por uma abordagem que levou em consideração a forma como a pessoa se identifica como pertencente a um determinado grupo (RODRIGUES, 2007:104).

Os principais itens abordados na pesquisa, relacionados com a composição das actuais moradias da aldeia, dizem respeito a aspectos como composição étnica, composição familiar por género, faixa etária, dados de origem, fonte de renda, produção para subsistência (roça, pomar, plantas medicinais), religião, actividades artesanais e indiciamentos criminais principalmente por motivos de caça e pesca (RODRIGUES, 2007:104).

Assim percebeu-se que das 50 casas e 192 pessoas, 11 casas são ocupadas só por *Kaingang*, abarcando 30 pessoas, 39 casas são de constituição étnica mista, sendo um dos membros *Kaingang*, totalizando 152 pessoas. Percebeu-se que 60% das pessoas ali presentes são casadas e têm filhos, sendo que estes constituem a maioria dos habitantes da aldeia. Além disso, percebeu-se que, entre os moradores da aldeia, de modo geral, existe certo equilíbrio de género, numa relação de 52% para o masculino e 48% para o feminino, que a faixa etária é predominantemente juvenil (55%), e que 73% das pessoas nasceram na própria aldeia.

Quanto a situação económica da Aldeia *Vanuíre*, percebeu-se que ela se baseia essencialmente na actividade agrícola, seja ela na própria aldeia, em roça de subsistência (8%), ou fora dela (12%). Além disso, 32% dos habitantes não possui renda, 20% dependem de programas sociais do governo ou aposentadorias e 17% são estudantes. Também é significativa a produção de artesanato (11%).

Importante destacar o cultivo de plantas medicinais na aldeia. A grande maioria dos moradores (74%), desenvolvem o cultivo de ervas que actuam na cura ou alívio de diversos males e doenças (RODRIGUES, 2007:107 - 113).

Já quanto a dispersão das habitações na aldeia, percebe-se que as famílias que moram na aldeia *Vanuíre* estão actualmente concentradas apenas em um mesmo local, uma vez que a liberdade de escolha ocupacional dentro do território da aldeia, foi gradativamente sendo limitada pela acção dos chefes de posto, quando estes passaram a estabelecer regras para a localização de habitações no assentamento (RODRIGUES, 2007:114 - 115).

Em relação aos aspectos religiosos, as religiões cristãs têm influência maciça na comunidade, sendo que 71% das pessoas da aldeia pertencem igreja Congregação Cristã do Brasil, 19% da Igreja Católica, e 7% da Assembléia de Deus. Apenas 3% dos indígenas do assentamento, entre *Kaingang e Krenak*, afirmam seguir a religião tradicional (RODRIGUES, 2007:117).

Por último, quanto as actividades de caça e colecta, muitos moradores da aldeia costumam exercê-las na região das bacias hidrográficas, sobretudo do rio Feio/Aguapeí

em busca de caça de animais e aves, para a pesca, e para a colecta de mel e sementes para artesanato. Entretanto, essa actividade, quando fora da aldeia, é considerada ilegal e tem sido motivo de prisões e processos judiciais contra moradores da comunidade (RODRIGUES, 2007:118).

Em relação à análise cerâmica, esta foi dividida nas seguintes categorias: panela, tigela para beber, jarra para bebida e outras formas, sendo que as panelas formaram o maior conjunto da colecção com 14 peças, ou seja, 46,7% da amostra (RODRIGUES, 2007:144).

Esta cerâmica apresentou, de modo geral, altura média de 35,1 cm e um diâmetro máximo de 15,4 cm na peça mais alta, classificada como panela e 3,9 cm de altura e 8,5 cm de diâmetro na mais baixa, classificada como tigela para beber (RODRIGUES, 2007:147).

Quanto ao estilo decorativo, destaca-se a utilização de uma técnica baseada na aplicação de fuligem sobre um esfumaçamento, o que gera manchas pretas que se espalham por toda a superfície da cerâmica, de forma que as peças analisadas puderam ser divididas nas seguintes categorias: peças com manchas pretas no lado interno e externo com superfície áspera, peças com manchas pretas no lado interno e externo com brunidura da superfície, peças com mais de 90% de superfície esfumaçada, mas com superfície áspera e peças com mais de 90% de esfumaçamento com processo de brunidura (RODRIGUES, 2007:147-149)).

Métodos de Pesquisa

Este trabalho partiu, primeiramente, de pesquisas bibliográficas em fontes publicadas e de arquivos, a saber: estudos de etnografia, publicações e documentos de viajantes, e documentos de arquivos públicos, com o propósito de fazer uma revisão da historiográfica a respeito do tema, com ênfase na obtenção de dados ambientais, de actividades de subsistência, de relações de parentesco e afiliação com outros grupos; e de construções ritualísticas.

Além disso, o trabalho contou com pesquisas etnográficas de campo por meio de observação participante, com especial atenção para a relação entre as condutas, a tecnologia cerâmica e a espacialidade desses povos.

O trabalho foi complementado por pesquisas arqueológicas em antigas aldeias, com o intuito de perceber mudanças e permanências na cultura desse povo, no que diz respeito às questões ambientais, actividades de subsistência, produção material e ocupação do espaço pelos *Kaingang*.

Este trabalho também contou, finalmente, com o estudo da colecção etnográfica da população *Kaingang* que se encontra no Museu Histórico e Pedagógico “Índia Vanuíre”, no município de Tupã, localizado na região oeste do Estado de São Paulo que teve por objectivo ampliar o leque de informações sobre uso, fabricação de artefactos indígenas e suas transformações no decorrer dos tempos (RODRIGUES, 2007:29-31).

A partir daí se buscou não só caracterizar culturalmente esse povo mas também reflectir sobre transformações ocorridas em seu seio, em função do contacto com a comunidade

nacional e com o modo de vida capitalista, com especial atenção a possibilidade de acesso a matérias primas para a elaboração de artefactos (RODRIGUES, 2007:26-27).

Assistentes e informantes

Não há registos a respeito da ajuda de assistentes ou informantes específicos, muito embora o autor cite nominalmente alguns dos entrevistados na pesquisa de campo

Registos

Para este trabalho foi efectuado um mapeamento das plantas de ocupação das diferentes áreas, e sua espacialização, e realização de croquis, além de gravações de entrevistas com moradores mais antigos da região e outros informantes de dentro e de fora das aldeias, com ênfase em histórias de vida e entrevistas informais, além da obtenção de extenso registro fotográfico (RODRIGUES, 2007:30).

Contexto Teórico

O autor estabelece clara distinção entre os princípios teóricos do Processualismo e do Pós-Processualismo, inserindo as pesquisas em Etnoarqueologia no contexto dessa última corrente de pensamento (RODRIGUES, 2007:21-22).

A respeito desse ponto, destaca-se o uso de citações genéricas a respeito dos princípios teóricos Processualistas, atribuídos a Binford e do Pós-Processualismo, atribuídos a Hodder (RODRIGUES, 2007:36-45).

Estabelece também uma clara definição de Etnoarqueologia, qual seja:

Nesse sentido, a Etnoarqueologia, como uma abordagem teóricometodológica importante para a compreensão dos processos de formação do registro arqueológico, fornece subsídios que possibilitam entender as relações existentes entre o comportamento humano e os vestígios materiais que deles resultam, revelando, além das variabilidades dos processos de formação, seus efeitos físicos e suas regularidades (RODRIGUES, 2007:24).

Ressalta também a importância do trabalho de campo e de uma metodologia específica para os problemas da Arqueologia, nos estudos Etnoarquológicos (RODRIGUES, 2007:28).

3.4- TRAÇANDO UM PANORAMA DA ETNOARQUEOLOGIA BRASILEIRA

Ao buscar seleccionar, em algumas dissertações de mestrado e teses de doutoramento, as teorias e os métodos utilizados no desenvolver de trabalhos em Etnoarqueologia, buscou-se, na realidade, analisar qualitativamente os horizontes teórico-metodológicos desse enfoque científico, dentro do contexto sócio-político da redemocratização brasileira.

Objectivou-se assim, traçar um panorama da Etnoarqueologia brasileira, em relação aos pontos de tensão entre as aspirações e realizações desses trabalhos no que diz respeito aos posicionamentos teóricos e metodológicos explicitados por esses pesquisadores no decorrer de seus trabalhos.

Evidentemente não é possível se abster do facto de que escrever sobre questões étnicas, ou nesse caso específico, falar de sociedades vivas e em maior ou menor grau longe dos parâmetros da Sociedade Ocidental, é, já à primeira vista, aceitar o desafio de se reconhecer como um cientista politicamente actuante, ou seja, é envolver-se em questões, que transcendendo qualquer pretensão de distanciamento ou neutralidade científica, são, em si, matéria de discussões políticas, jurídicas, filosóficas, e sociais no mundo contemporâneo, e por isso mesmo, é assumir a responsabilidade de saber que para além de fazer ciência, fabricam discursos que são tomados, interpretados e discutidos no âmbito de uma espécie de fórum de debate internacional a respeito das etnicidades e de sua contextualização no seio de uma sociedade que – pelo menos pretende-se – cada vez mais globalizada.

Da mesma forma, não é possível dissociar estas pesquisas do contexto histórico no qual se insere o Brasil contemporâneo e da leitura e visão crítica do seu próprio passado e presente. Neste sentido, a redemocratização trouxe para o Brasil o reacender das discussões relativas à liberdade de expressão e de opções, de posicionamentos não só políticos, mas também sociais e culturais, tanto no seio da sociedade de modo geral quanto nos foros científicos.

A repressão às opiniões, às pesquisas e aos discursos que não se adequavam nos cânones propagados pela Ditadura Militar Brasileira, e que escondiam sob os estandartes de Deus, da Pátria e da Família, a defesa de uma espécie de sociedade onde a exaltação à submissão, ao silêncio, ao louvor ao governo instituído, ao capitalismo, ao direito de propriedade, à sociedade patriarcal e aos princípios da cultura Ocidental Cristã, eram tomados como verdades indiscutíveis e sua rejeição como subversão à Ditadura – declarada defensora de tais verdades – e como tal, possíveis objectos de censuras, destituições, deportações, torturas e mortes.

A redemocratização, a partir do início da década de 1980, traz novo fôlego às vozes que, desde o período ditatorial nunca se calaram diante da tentativa de homogeneizar a sociedade sob princípios discriminatórios de comportamento e de pensamento, e estudos relacionados às questões de género, de sexualidade, de opções políticas, culturais e sociais, e de etnicidades se aprofundam na mesma medida em que movimentos sociais, relacionados a essas mesmas temáticas ganham cada vez mais voz no Brasil. Hoje é impossível estarmos impassíveis diante das discussões levantadas pelos Movimentos:

Negro (MN), Gay, dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Indígena e de Defesa dos Direitos Humanos, por exemplo, no seio da sociedade brasileira.

Por isso, nota-se, como primeiro ponto de caracterização, da Etnoarqueologia brasileira, que esta percorre caminhos que, aproximando-a com intensidade da Etno-História, busca reconstituir trajetórias históricas e culturais dos povos indígenas estudados, enfatizando suas próprias lógicas culturais, seus caminhos e opções, por um lado, mas, por outro, pondo a claro interferências, limitações e transformações ocorridas a partir do contacto com a sociedade nacional. Sobre as características da Etnoarqueologia no Brasil, assim nos fala Politis:

“ Esta tendencia busca entender los procesos de continuidad y cambio en contextos sociales específicos, mediante el uso complementario de la información etnográfica. Etnohistórica y arqueológica. De esta manera se propone que la continuidad cultural de la secuencia cronológica desde tiempos pre-hispánicos hasta el presente, en base a un “marcado conservatismo” no sólo en la organización espacial de las aldeas, sino también en la tecnología cerámica, la subsistencia y la localización de los asentamientos (...). De alguna manera, este tipo de Etnoarqueología está íntimamente ligado a lo que podríamos llamar ‘historia indígena’ ” (POLITIS, 2002: 76).

Percebe-se, claramente, um propósito de produzir uma lógica de continuidade entre história e produção material, enfatizando os componentes de ordem cultural, religiosa, e de mentalidade como activos condicionantes da forma como se produz a realidade artefactual por esses povos. Assim, a história e a cultura dos povos está na raiz das suas escolhas na produção artefactual e da caracterização desses povos bem como esses mesmos artefactos constituem materialização e reafirmação de sua própria história e cultura.

Dessa forma, há uma nítida e manifesta preocupação em tornar claro ao leitor que essas sociedades possuem suas próprias lógicas e histórias que não são em nada inferiores as da sociedade nacional, mas, ao contrário, que por detrás dos objectos que produzem, e da sua forma de interferirem no meio circundante, há uma riqueza cultural e uma complexidade cognitiva e significativa em nada menos complexa que aquela através das quais manifesta-se nossa própria sociedade, embora seja, naturalmente, em profundo diferente do modo de vida ocidental.

Muitas vezes, inclusive, tais posicionamentos vêm mesmo acompanhados de claras críticas a certos posicionamentos científicos descrentes da possibilidade de no Brasil pré-colonial terem-se desenvolvido culturas significativamente grandes ou complexas, ou da riqueza cultural dos povos indígenas brasileiros, posicionamentos estes geralmente relacionados ao período ditatorial brasileiro e à actuação do PRONAPA e do PRONAPABA no universo científico da Arqueologia no Brasil.

A respeito da intensidade dos componentes histórico-culturais na construção dessas teses percebe-se no quadro abaixo a relação entre o número de páginas totais do texto em si, e as páginas dedicadas a essa temática. Nota-se que mesmo apesar de variações significativas de entre as teses, no que diz respeito ao item analisado, a presença da reconstituição histórica e cultural nessas teses, é, de modo geral, bastante forte:

O contexto histórico nas pesquisas				
		Quantidade totais de páginas do texto	Quantidade de páginas de contexto histórico cultural	Percentual do contexto histórico cultural (%)
1	Sem Tekoha não há Teko: em busca de um modelo [...]	381	47	12,3
2	A produção cerâmica como reafirmação de identidade [...]	145	67	46,2
3	Cenários da ocupação Guarani na calha do Alto Paraná: [...]	154	21	13,6
4	Organização e uso do espaço em duas aldeias Xerente: [...]	202	7	3,5
5	As tecnologias e seus significados: Um estudo da [...]	228	15	6,6
6	Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: Um modelo [...]	315	62	19,7
7	Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: Um estudo [...]	208	27	13,0

Por outro lado, se estes trabalhos buscam sempre estabelecer estudos relacionados à organização espacial das aldeias, à tecnologia cerâmica, aos meios de subsistência e à localização de assentamentos, como nos alerta Politis (2002), e se verifica na análise das teses escolhidas para este trabalho, e da tabela a seguir relacionada, é bem verdade também que esses pesquisadores têm a consciência das limitações que enfrentam ao optarem fazer pesquisas em Etnoarqueologia no Brasil, e frequentemente citam a falta de estudos mais aprofundados a respeito dos povos indígenas no território brasileiro como uma das dificuldades enfrentadas na execução de seus trabalhos e como uma perspectiva não só a ser alcançada por seus próprios estudos, mas também como objectivo de todos os pesquisadores dessa mesma temática no Brasil.

São, assim, trabalhos esperançosos e positivamente pretensiosos, que buscam, por um lado, a ampliação e aprofundamento das pesquisas a respeito dos povos indígenas no Brasil, e por outro não se limitam às informações que obtiveram de pesquisas anteriores, às suas carências e à frequência das mesmas temáticas de estudo, mas, pelo contrário, buscam através das informações disponíveis, ultrapassar limitações de análise buscando ver para além das informações que obtiveram, e procurando através delas, buscar e interpretar questões de importância para a Etnoarqueologia, no que diz respeito à relação entre produção material e ao contexto ecológico, social, cultural e histórico no qual se inserem os povos estudados.

TEMAS DE PESQUISA E SUA DISTRIBUIÇÃO						
		Análise de material cerâmico	Padrão de assentamento	Análise de cestaria	Estratégias de subsistência	Grafismos
1	Sem Tekoha não há Teko (em busca de um modelo [...])		X		X	
2	A produção cerâmica como reafirmação de identidade [...]	X				
3	Cenários da ocupação Guarani na calha do Alto Paraná: [...]	X				
4	Organização e uso do espaço em duas aldeias Xerente: [...]		X			
5	As tecnologias e seus significados: Um estudo da [...]	X		X		
6	Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: Um modelo [...]	X				X
7	Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: Um estudo [...]	X	X			

Neste ponto, assinalo uma segunda característica marcante das pesquisas em Etnoarqueologia no Brasil: a preferência pelos temas dos povos nativos indígenas. A

totalidade dos trabalhos aqui estudados, focam seus estudos em aspectos da cultura material de povos indígenas brasileiros.

Tal preferência justifica-se pelos mais variados motivos, desde motivações de cunho pessoal, trabalhos de outros pesquisadores que despertaram interesse pelo tema, anteriores visitas a tribos indígenas, interesse em conhecer esses povos mais profundamente, até questões de ordem científica, como carência de informações e pesquisas a respeito de determinado povo ou mesmo questões de cunho político e social, como a urgência em estudar determinadas regiões ou povos a serem perturbados por empreendimentos de infraestrutura a serem erigidos em seus locais tradicionais de vivência.

O facto é que parece evidente que o poder analógico da Etnoarqueologia indígena nativa seja de importância fundamental não só para a sociedade brasileira, em seu processo de conhecer a si própria a partir dos povos e etnias que a constitui, ou para os próprios povos estudados através da visibilidade e do poder de penetração desses estudos na reafirmação de sua identidade, sua importância e seus direitos no interior da comunidade nacional que ocupa, mas também são de imensa importância para a própria Arqueologia de modo geral.

Entrar em contacto com povos que ainda hoje vivem sob lógicas sociais e culturais, em grande parte diversas da cultura homogeneizante da sociedade Ocidental, cada vez mais globalizada, é ter a oportunidade de estabelecer critérios comparativos a respeito da relação entre o homem e o seu meio circundante, do universo ideológico que envolve tal relação e das lógicas inerentes aos processos de produção artefactual humana, que

ampliem o campo de visão do arqueólogo e que possam propor novas abordagens interpretativas do tempo/espaço que estudam, novas analogias ampliadoras dos múltiplos sentidos, finalidades e funcionalidades dessa produção material.

Entretanto, é importante frisar que estudos tão importantes quanto esses podem ser construídos tendo como objecto de estudo, não somente comunidades indígenas nativas, ou seja povos que já habitavam determinado território antes destes sofrerem processos de colonização por outros povos, e que no caso do Brasil, tratam-se dos povos que já habitavam o actual território nacional antes da colonização europeia da América, mas também é possível realizar tais pesquisas a partir do estudo de povos indígenas não nativos.

Podemos tomar como exemplo de tal perspectiva, o estudo de comunidades, que em sua origem, foram constituídas por descendentes de povos africanos trazidos para o Brasil com o propósito de serem utilizados como mão-de-obra escrava (Comunidades Quilombolas¹⁰), e que, ao rejeitarem não só a condição social que lhes era imposta, mas, em muitos aspectos, o modo de vida predominante na comunidade nacional, formaram comunidades que, ainda hoje, preservam aspectos próprios de interação social, diferentes lógicas interpretativas diante do mundo e de relação homem/meio-ambiente, e como tais podem ser também de grande importância na ampliação dos horizontes interpretativos de outros tempos e espaços.

¹⁰Quilombo - Bras. Hist. Lugar escondido ou fortificado em que se refugiavam escravos fugidos. [F.: Do quimb. kilombo 'união'] Quilombo dos Palmares . Bras. Hist. Quilombo em Alagoas, do qual escravos negros fugidos fizeram um Estado, no sé. XVII. Tb. apenas Palmares.] (AULETE, VALENTE. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete DIGITAL*).

Muito embora importantes estudos já tenham sido realizados em lugares anteriormente ocupados por esse tipo de comunidade, sob outros enfoques da Arqueologia, como é o caso das escavações arqueológicas realizadas na Serra da Barriga, estado do Alagoas, na região onde existiu o Quilombo de Palmares,¹¹ tal perspectiva de estudo, sob o enfoque da Etnoarqueologia ainda possui pouca visibilidade científica e social.

É possível perceber ainda, como uma terceira característica da Etnoarqueologia brasileira, a tendência de enquadramento teórico dentro dos horizontes científicos do Pós-Processualismo. Muito embora as discussões de ordem teórica, algumas vezes, não apareçam claramente definidas no texto, quer em relação às diversas visões teóricas da Arqueologia, quer em relação aos diferentes enquadramentos teóricos específicos da Etnoarqueologia, e algumas outras vezes sequer esteja claramente definida as opções teóricas adoptadas pelo autor no desenvolvimento de seu estudo, em inúmeros momentos ao longo dos textos lidos, percebe-se a preocupação dos autores em destacar a importância das especificidades culturais e históricas e dos contextos ideacionais, na produção artefactual humana.

Em boa parte dos trabalhos há mesmo como objectivo do próprio estudo buscar compreender relações entre cultura, formas de pensamento, e a produção material dos povos estudados, e, muito embora, nem sempre esses objectivos sejam claramente alcançados, é possível perceber que os autores têm preocupação em discutir a necessidade de ultrapassar a busca por tipologias ou por determinantes ecológicos, no estudo da realidade artefactual dos povos estudados e de perceber as componentes de

¹¹ LOPES, Reinaldo José. Escavações sugerem Quilombo dos Palmares “mestiço”. Folha Online, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u13740.shtml>, acessado em 17/10/ 2007).

especificidade, de escolha e de condicionamentos subjectivos no modo de produzir e de viver dessas comunidades.

Nesse sentido, a tabela a seguir, serve para nos indicar, aproximadamente, o grau de penetração das ideias Pós-Processuais na Etnoarqueologia brasileira. Muito embora contemple somente as opções explícitas dos autores quanto ao posicionamento teórico de seus estudos, nota-se a preferência por essa visão científica:

ENQUADRAMENTO TEÓRICO				
		PROCESSUALISTA	CONTEXTUALISTA	NÃO-DEFINIDO
1	Sem Tekoha não há Teko (em busca de um modelo [...])			X
2	A produção cerâmica como reafirmação de identidade [...]		X	
3	Cenários da ocupação Guarani na calha do Alto Paraná: [...]			X
4	Organização e uso do espaço em duas aldeias Xerente: [...]			X
5	As tecnologias e seus significados: Um estudo da [...]	X	X	
6	Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: Um modelo [...]		X	
7	Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: Um estudo [...]		X	

Entretanto, se é certo que tais posicionamentos se enquadram dentro dos horizontes e das opções de construção de uma Etno-História que busque valorização cultural, visibilidade social e actuação política em favor dos povos indígenas em território brasileiro, é também verdade que tal objectivo se veja muitas vezes com alcance reduzido pelas mesmas limitações outrora citadas: a falta de estudos mais aprofundados e com enfoques mais variados, acerca desses povos.

Contudo, há que se perceber que, se, por um lado, o recorrer à Arqueologia, à História e à Etnologia, é de importância fulcral para o desenvolvimento de um trabalho em Etnoarqueologia, por ser esta um campo interdisciplinar, e pela riqueza de informações que tais estudos podem trazer ao Etnoarqueólogo, aprofundando seus conhecimentos, e ampliando seus olhares acerca do povo que estuda, por outro, se torna tarefa de grande complexidade e risco, tomar, de textos científicos cuja finalidade e enfoque estão sob diferentes perspectivas teóricas, como documentos acerca de escavações arqueológicas, ou trabalhos de etnologia realizados em sítios referenciados como sendo do mesmo povo que é foco de análise da pesquisa, informações que possam ser interpretadas sob a perspectiva teórica e as finalidades da Etnoarqueologia.

Da mesma forma, torna-se difícil, no trabalho de campo realizado com estes povos, apreender questões de cunho ideacional, explicitá-las, e transmitir ao leitor com clareza toda a riqueza e complexidade dos processos de produção artefactual realizados em contextos culturais em maior ou menor grau diversos daquele nos quais se insere o pesquisador.

Neste ponto, me refiro à quarta característica desse campo teórico no Brasil: a carência de trabalhos de campo feitos efectivamente para o estudo e sob as perspectivas da Etnoarqueologia, ou seja, pesquisas de cunho etnográfico, realizadas sob o enfoque teórico Arqueológico, visando observar, compreender e descrever as tramas nas quais se envolve todo o processo de produção artefactual dos povos a serem pesquisados.

Nota-se que, embora a maioria das pesquisas analisadas neste estudo tenham recorrido a trabalho de campo, alguns trabalhos não contaram com esse importante recurso em sua

elaboração, sendo realizados tendo como referenciais escavações arqueológicas, ou documentos a esse respeito, e pesquisas em trabalhos de Etnologia e História Indígena, somente, como podemos perceber na tabela a seguir:

RECURSO AO TRABALHO DE CAMPO				
		Etnoarqueológico	Arqueológico	Inexistente
1	Sem Tekoha não há Teko (em busca de um modelo [...])			X
2	A produção cerâmica como reafirmação de identidade [...]	X		
3	Cenários da ocupação Guarani na calha do Alto Paraná: [...]		X	
4	Organização e uso do espaço em duas aldeias Xerente: [...]	X		
5	As tecnologias e seus significados: Um estudo da [...]	X		
6	Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: Um modelo [...]	X		
7	Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: Um estudo [...]	X		

Este é um dado preocupante porque, se os documentos provenientes de escavações arqueológicas podem fornecer informações a respeito dos artefactos produzidos por esses povos, não é possível visualizar os actores a produzi-los, seus discursos, seus condicionantes sociais e culturais, todo o processo que envolve o fazer, o fabricar, o pensar acerca desses artefactos e as múltiplas relações existentes entre as condicionantes ecológicas e ideacionais que envolvem todo esse processo.

Tais aspectos, por mais que possam ser buscados através dos vestígios com os quais os arqueólogos se deparam em campo, de toda a caracterização do meio circundante do sítio, e dos estudos realizados em laboratório, nunca poderá ser apreendido com a mesma riqueza que o assistir ao processo de produção e que o ouvir e interpretar os

discursos acerca desse processo, pode possibilitar ao Etnoarqueólogo em seu trabalho de campo.

Por outro lado, a análise dos trabalhos em Etnologia realizados a respeito dos povos cuja Etnoarqueologia procura-se construir, pode descrever-nos a cor da vivência desenvolvida por este povo em relação a si próprio e ao meio no qual se insere, nos pode esclarecer a respeito de suas crenças, festas, rituais, condicionantes sociais, relações de poder e muitos outros aspectos, mas raramente o etnólogo tem seu olhar voltado para os processos que culminam em produção material, efectivamente. Se é possível, e mesmo certo, que a produção artefactual desses povos apareça em meio aos aspectos analisados nesses trabalhos, este não é o foco de estudo desses pesquisadores, que têm seu olhar voltado para outras relações e aspectos, e tais descrições têm pouca possibilidade de constituírem material para analogias arqueológicas com a mesma profundidade e riqueza com que uma descrição etnográfica voltada efectivamente para os processos que envolvem a produção artefactual desses povos.

Assim, se por um lado se sabe das dificuldades que envolvem um trabalho de campo a ser realizado em comunidades indígenas nativas: as enormes distâncias físicas que, às vezes, separam o pesquisador dessas comunidades, a acessibilidade a elas, quer seja em âmbito local, em relação a própria comunidade, quer seja em âmbito Estatal, os abismos culturais e linguísticos que podem separar o Etnoarqueólogo e o povo a ser estudado, ou até mesmo limitações em relação aos financiamentos necessários para suprir despesas de deslocação e permanência do cientista na área onde inserem-se essas comunidades, se sabe também da importância do trabalho de campo no desenvolvimento de uma pesquisa em Etnoarqueologia, um desafio que está mesmo na origem dessa própria sub-

disciplina: a busca de analogias advindas de trabalhos Etnográficos realizados sob uma perspectiva Arqueológica.

Além disso não se pode esquecer dos riscos que uma reinterpretação pode apresentar. Se é verdade que o trabalho do Arqueólogo e do Etnólogo já é uma interpretação sua acerca do que vê e percebe em seu trabalho de campo, e que, da mesma forma, o trabalho do próprio Etnoarqueólogo não deixa de ser também sua própria interpretação a respeito do que presencia, tendo em atenção a produção artefactual dos povos nos quais se insere momentaneamente, como pesquisador, é também importante termos em conta que a interpretação de um texto em Arqueologia ou Etnologia, buscando dados de importância Etnoarqueológica é uma reinterpretação, sob enfoque diferentes daqueles nos quais o texto original foi criado, de uma primeira interpretação feita por outro pesquisador a respeito de determinado povo.

Mesmo não duvidando da preocupação desses pesquisadores com o máximo de neutralidade a que pode alcançar o cientista, sem, contudo nos esquecer que o cientista é, antes de mais, um ser humano que também está mergulhado em certas condicionantes sociais, temporais e espaciais e que, para além disso, possui suas singularidades em relação a como interpreta aquilo que vê e percebe, é fácil compreender a complexidade que envolve uma reinterpretação e que tal feito pode estar, a princípio, mais sujeito a deturpações interpretativas.

Entretanto, por outro lado, não basta que esses trabalhos de campo sejam realizados pelo Etnoarqueólogo, é preciso que o seu desenvolvimento seja rigorosamente descrito e que seja possível “ouvir” no decorrer da leitura do trabalho, os actores a tecerem seus

próprios discursos explicativos acerca do que fazem, de como fazem e de porque fazem seus artefactos, de suas opções, de seus condicionantes, de seus próprios motivos e visões a respeito dessa produção. É preciso também que se possa “visualizar” aquilo que o Etnoarqueólogo assistiu em seu trabalho de campo, perceber quando, em que circunstâncias, sob que condições, por quem e por que, as actividades produtivas foram realizadas, deixando claro ao leitor o que é descrição e o que é interpretação do pesquisador durante o trabalho de campo. Por fim, também é preciso conhecer esses actores, quem são, a que posições sociais pertencem, o tipo de relação que estabeleceram com o pesquisador, que têm com a produção artefactual de seu povo, e claro, as relações do próprio pesquisador com esse povo, os motivos que o levaram a pesquisá-lo, seu envolvimento pessoal, seus conhecimentos acerca dele.

Em torno de tal temática é que se insere uma quinta característica da Etnoarqueologia brasileira, apreendida a partir dos textos aqui analisados: a falta de clareza a respeito dos Métodos Etnográficos e da descrição dos trabalhos de campo realizados pelos pesquisadores. Muito embora em alguns poucos trabalhos tais aspectos e procedimentos estejam claramente descritos e identificados, na maioria deles há grandes dúvidas a respeito desses pontos.

Os dados a respeito da amostragem do grupo escolhido para a pesquisa, as estratégias, o número de povoações, famílias ou indivíduos, a sua representação de classes, posições sociais, status, papéis ou géneros, da utilização de assistentes, as qualificações e relacionamento desses com os informantes da comunidade estudada, bem como conhecimentos do investigador, incluindo seus conhecimentos culturais acerca do grupo a ser pesquisado e da sua linguagem, raramente aparecem explicitados nos textos,

enquanto as condições de financiamento e a duração do trabalho de campo, embora apareça nos textos nem sempre são descritas com a clareza e o destaque que mereceriam.

Na tabela a seguir, podemos perceber, em parte, as carências dessas pesquisas quanto aos aspectos aqui relacionados. Muito embora esses dados só contemplem os itens que constam ou não dos trabalhos, excluindo seu grau de clareza, nota-se a falta de atenção dada a tais questões. Os pontos assinalados correspondem aos itens que constam do trabalho:

DEFINIÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO					
		Informação sobre a duração do trabalho de campo	Dados sobre a amostragem do grupo estudado	Informações sobre língua do povo estudado	Dados sobre o financiamento da pesquisa
1	Sem Tekoha não há Teko (em busca de um modelo [...])	-	-	-	-
2	A produção cerâmica como reafirmação de identidade [...]		X		
3	Cenários da ocupação Guarani na calha do Alto Paraná: [...]	X			X
4	Organização e uso do espaço em duas aldeias Xerente: [...]	X			X
5	As tecnologias e seus significados: Um estudo da [...]	X	X	X	
6	Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: Um modelo [...]				X
7	Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: Um estudo [...]				X

Quanto a descrição do trabalho de campo, esta aparece, muitas vezes, confundida com as interpretações do próprio autor ou de outros, utilizados como fontes de pesquisa, a respeito dos aspectos analisados no texto. Em raros trabalhos há uma perfeita clareza com relação às partes do texto que constituem descrição de ações observadas ou

discursos proferidos pelos informantes ou assistentes que auxiliaram a execução da pesquisa, com devida definição dos actores, e dos contextos que envolvem tais acções ou discursos, ou com a transcrição literal de declarações, histórias, diálogos, devidamente identificados e contextualizados no texto.

Tal preocupação é, entretanto, essencial para que o leitor possa, dessa forma, “visualizar” e “ouvir” os actores, e possa perceber não só em que ponto começa a interpretação do pesquisador acerca do que viu e ouviu, mas também as condicionantes que envolvem essas descrições e declarações.

Assim, é possível não só dar ao leitor a oportunidade de tecer suas próprias interpretações tendo como base as descrições e declarações obtidas em campo, como também perceber, de forma mais clara as percepções e interpretações obtidas pelo pesquisador a partir de tais dados. Além disso, passa a ser possível ponderar as circunstâncias nas quais se inserem as acções descritas e as declarações obtidas, bem como perceber em que posição social se incluem, de forma a gerar dados mais específicos, com maior poder interpretativo em relação às analogias que podem daí surgir.

É evidente, entretanto, que tais ausências não inviabilizam o poder explicativo dos processos produtivos que constituem objectivos dessas pesquisas e que caracterizam somente a opção por uma perspectiva descritiva mais próxima do discurso histórico que propriamente etnográfico ou arqueológico, o que talvez se explica pelo próprio cariz da arqueologia relacionada com os grupos indígenas no Brasil, globalizante, buscando reconstruir uma trajectória cultural e ecológica desses povos num tempo/espaço

entrecortado pela colonização europeia da América e pelo surgimento da nação brasileira.

Por fim há que se destacar que as ausências e permanências no fazer científico da Etnoarqueologia brasileira aqui discutidos, não só não abarcam a totalidade das características desse campo científico no Brasil, uma vez que a ciência é feita por um grupo específico com lógicas próprias, mas que é, por sua vez, formada por pessoas singulares, com visões particularmente únicas da ciência e do mundo, princípio que se aplica não só aos investigadores, mas também àqueles que lêem seus escritos e os interpretam, como também não significam críticas à forma como tal campo científico se desenvolve nesse país, mas tão somente ao caracterizar da Etnoarqueologia ali praticada dentro das possibilidades e opções nas quais se insere não só a Arqueologia, mas toda a sociedade brasileira contemporânea.

Ora, de forma geral, tais perspectivas atestam claramente um caminhar produtivo em relação ao desenvolver desse campo teórico no Brasil, uma busca de novas abordagens e perspectivas científicas em relação ao estudo de comunidades étnicas tradicionais, de uma constante auto-reflexão a respeito de suas próprias limitações, horizontes e necessidades, e uma clara consciência do poder político e da abrangência social dessa abordagem científica, não só nos processos reivindicatórios que desenvolvem esses povos no seio da sociedade brasileira, quanto num discutir dessa própria sociedade acerca de si mesma, em suas relações com as diversidades que, paradoxalmente, a define.

CONCLUSÕES

A ETNOARQUEOLOGIA E A SOCIEDADE BRASILEIRA: ENTRE O PRESENTE E O FUTURO

*“Yo pregunto a los presentes
Si no se han puesto a pensar
Que esta tierra es de nosotros
Y no del que tenga más
Yo pregunto si en la tierra
Nunca habrá pensado usted
Que si las manos son nuestras
Es nuestro lo que nos den”¹²*

Ao pensarmos nas condicionantes sociais da ciência, ou no caso específico deste trabalho, em como o fazer da Etnoarqueologia no Brasil, se imbrica com questões de cunho social e político, relacionadas com as questões étnicas e em como essas questões se apresentam na sociedade mediante diferentes contextos históricos, invariavelmente passamos a refletir a respeito da penetração dos princípios, conhecimentos e opiniões científicas no seio dessa mesma sociedade.

Isso porque não podemos imaginar o poder de influência entre ciência e sociedade somente como uma via de mão única, mas pelo contrario, é preciso ter em mente que ambas se influenciam simultaneamente, ou seja, como a sociedade influencia a ciência, esta também tem potencial de influenciar a sociedade gerando uma espiral, na qual uma e outra acabam por se constituírem um corpo com lógica própria.

Ora, se é verdade que o cientista é um ser humano inserido numa determinada sociedade, numa determinada Cultura e num determinado tempo e espaço, e que tais

¹² Trecho da canção “A Desalambrar”, de Víctor Jara. Este músico, compositor, cantor e director de teatro chileno, foi torturado e assassinado (teve mesmo suas mãos cortadas) nos dias que se seguiram ao golpe de Estado de Augusto Pinochet contra o governo de Salvador Allende, em 1973.

condicionantes refletem-se sempre, em maior ou menor grau, dependendo de seu objecto de estudo, no próprio resultado de seu trabalho, mesmo apesar de toda a precaução e auto-avaliação do cientista com propósito da busca de neutralidade nas observações, investigações e resultados de suas pesquisas, é também verdade, que, inversamente, um número determinado de seres sociais, se ocupam da tarefa de serem cientistas e que não podem se abster, e nem tão pouco assim desejariam, uma vez que um dos princípios da ciência é o benefício da sociedade, de trazerem os resultados de suas pesquisas, suas concepções e discursos para a sua vida diária.

Em outros termos, mais generalizantes, a sociedade, como um corpo único e com lógica própria, influencia os temas, as investigações e os resultados das pesquisas científicas, uma vez que aqueles que fazem ciência compõem esse corpo único chamado sociedade, da mesma forma que a Ciência também compõe um grupo único com lógicas próprias que também tem poder de influenciar a sociedade, já que esta também é composta de cientistas.

É evidente que esta reflexão não significa esquecermos que qualquer grupo humano é formado por seres únicos que mantêm suas próprias lógicas e individualidades a despeito das regras gerais dos grupos nos quais se inserem, mas também, numa sociedade cada vez mais globalizante, não nos podemos esquecer da influência que determinadas associações humanas, sobretudo aquelas que regem as lógicas de vivência no contexto da Cultura Ocidental - dentre as quais se destaca a sociedade, o governo, a escola, e a ciência - exercem, em relação a elas próprias e mesmo a outros contextos culturais, através da inserção desses seres individuais em determinados contextos colectivos, por elas dominados.

É também evidente que os princípios, crenças e discussões que abrangem a sociedade, não influenciam a ciência nos mesmos termos em que influencia ela própria, com a mesma força ou a mesma lógica, e é possível que algumas dessas questões sociais possam até ser rejeitadas pelos grupos científicos, mas, com maior ou menor grau, sujeitas aos princípios da ciência, sendo aprovadas ou rejeitadas por ela, essas questões aparecem e condicionam o trabalho científico, que não pode se abster, ou se elevar acima, do tempo e do espaço nos quais se inserem seus actores.

Da mesma forma, os estudos e questionamentos científicos chegam à sociedade segundo lógicas que se adequam aos princípios desta, podendo inclusive ser por ela rejeitados, mas a sociedade não pode se abster de sofrer os impactos daquilo que é discutido nos meios científicos (MORIN, 1990:46-49).

Quanto ao caso da Etnoarqueologia, se os resultados efectivos das pesquisas aqui analisadas, e de tantos outros textos a este campo científico relacionados, não são, nos termos, questionamentos, objectivos, teorias e métodos que compõem a lógica científica nos quais são construídos, efectivamente expostos e discutidos no seio da sociedade, os princípios gerais, intrínsecos a ela, neste caso as relações entre a trajetória cultural e social da humanidade e sua relação com o meio circundante e ao transformar desse meio através da produção material humana, e o poder político que daí emana, ou seja, o potencial de tais discussões tanto para a luta dos grupos étnicos estudados na defesa de seus direitos e particularidades, quanto para a auto-reflexão da sociedade, de modo geral, a respeito das tensões existentes entre a colectividade e as individualidades, estes, indubitavelmente interpenetram a sociedade e alimentam importantes discussões a

respeito desses temas, seja através de publicações, discursos, projectos pedagógicos, ou do trabalho de certos organismos sociais, por exemplo.

Ora, o Brasil contemporâneo se encontra mergulhado em questões étnicas, e são inúmeras as Organizações não Governamentais (ONG), que se dedicam a causa e a temática Indígena, por exemplo. Tais organizações são potencialmente importantes para o desenvolvimentos de projectos científicos, sociais e políticos que ampliem a visualização e os direitos dos grupos étnicos que constituem a sociedade brasileira.

Nessa perspectiva importa salientar que o facto de tais questões tomarem corpo através de organizações constituídas claramente com objectivos relacionados a essas causas, são, por si só, objecto de grande importância na compreensão do contexto no qual se inserem as pesquisas relacionadas à grupos étnicos no Brasil, de sua importância e visibilidade no interior dessa sociedade. Por outro lado, mas do que nos descrever o presente, tal panorama nos aponta para o futuro, para o potencial de tais organizações no aprofundamento dessas questões, e no próprio redimensionar dos horizontes científicos, políticos e filosóficos das investigações realizadas com foco em questões étnicas no Brasil.

Assim, a temática indígena, que é foco prioritário da Etnoarqueologia no Brasil, tem hoje ao seu dispor centenas de ONG's, que são, por sua vez, compostas por inúmeros cientistas de áreas como a geografia, sociologia, história, ciencias políticas, e a arqueologia, além de advogados, indigenistas, ambientalistas, entre outros, e é evidente que os princípios científicos, teóricos, e filosóficos de suas áreas de actuação, são inevitavelmente trazidos para o trabalho de actuação social que realizam, e que, para

além disso, muitos textos e pesquisas são por eles produzidos no exercício de suas actividades nesses organismos.

Estas organizações começaram a surgir a partir da década de 1980, por todo o Brasil e ganharam força com a promulgação da Constituição de 1988, que marca o culminar do processo de redemocratização brasileira, por esta Constituição contemplar a possibilidade dessas instituições se constituírem pessoas jurídicas. Elas têm carácter diversificado, podendo representar uma aldeia, várias delas ligadas ao mesmo contexto geográfico, ou ao mesmo contexto administrativo Estatal, e dão a oportunidade dos grupos indígenas a elas relacionados se utilizarem de formas de representação da sociedade nacional para melhorarem sua inserção política e ampliar seus direitos na sociedade brasileira, ampliando assim, sua visibilidade no interior dessa sociedade e despertando questionamentos e temáticas que proporcionam novas perspectivas e posicionamentos sociais em relação a esses povos e às culturas que representam. (<http://www.socioambiental.org/pib/portugues/org/sobreorg.shtm>, acessado em 19/10/2007).

Dessa forma, não nos podemos abster de analisar que, no contexto no qual emergiram as contingências que impulsionaram determinados investigadores a dedicarem seus trabalhos às questões étnicas ou a grupos étnicos, estão contidas, certamente, questões manifestas ou constituídas em meio a essa efervescência social, política e científica na qual se insere tais questões no Brasil contemporâneo. Por outro lado, não só as investigações nascem de tal contexto social, como se tornam substrato a partir do qual a sociedade alimenta essas discussões, possibilitando que mais investigações surjam a partir daí.

Quanto ao caso específico da Etnoarqueologia, destaca-se, indubitavelmente, o trabalho do *World Archaeological Congress* (WAC). Tal importância se encontra no facto de, sendo esse um organismo directamente relacionado ao fazer e pensar da Arqueologia, apresentar uma trajectória histórica e um conjunto de objectivos que apontam claramente para a valorização das questões relacionadas aos povos indígenas, não só no aprofundar das investigações de cunho étnico mas, sobretudo, na necessidade de se mergulhar no universo político no qual tais questões se inserem, não só assumindo tal posicionamento do desenvolver dessas investigações mas também possibilitando um contexto no qual os próprios indígenas tenham sua voz ouvida no seio dessa organização e fora dele.

Dessa forma, tal instituição toma crucial importância numa perspectiva que nos aponta para um futuro aprofundar das questões étnicas no interior da sociedade brasileira, sobretudo nas que tangem os horizontes científicos da arqueologia, e, em especial, da Etnoarqueologia, foco desta investigação, ou seja, essa entidade assume importância na medida em que apresenta um potencial único em relação ao aprofundar das relações entre a Arqueologia, as questões étnicas e suas consequências políticas no mundo contemporâneo, de forma que sua trajectória e estrutura nos aponta para um singular posicionamento, dentro dos horizontes científicos, para tais questões e que se constitui em um riquíssimo exemplo que não pode ser ignorado quando se aborda as possibilidades de interrelação entre o fazer Ciência e o fazer Política, e, particularmente, quando se aborda as relações entre as investigações de cunho étnico e as possibilidades de politização de tais questões no interior da sociedade brasileira.

Assim, essa entidade não governamental internacional, surgida em setembro 1986, em Southampton, no Reino Unido, de uma cisão na “*International Union of Prehistoric and Protohistoric Sciences (UISPP)*” provocada por discussões a respeito da liberdade acadêmica e do *Apartheid* na África do Sul (FUNARI, 2006:1), busca, entre outros objectivos, o incentivo a práticas arqueológicas éticas, a protecção do património cultural dos povos indígenas, e ao património cultural das minorias sociais e dos países subdesenvolvidos, além de incentivar a participação de povos indígenas, de investigadores de países subdesenvolvidos e da população em geral em seus programas (<http://www.worldarchaeologicalcongress.org/site/home.php> - Acessado em 15/07/2007).

Tem, portanto, como característica, consciência e estímulo da associação entre ciência e política e um claro apoio ao estudo e preservação do património dos povos indígenas, em particular. Como também visa o incentivo às pesquisas e aos pesquisadores dos países em desenvolvimento, esta organização tem contribuído para o desenvolvimento da Arqueologia em países latino-americanos, por exemplo, com especial atenção às comunidades tradicionais neles inseridos.

O WAC é organizado a partir de secretarias regionais permanentes, com representantes eleitos dentre os quais estão incluídos membros de comunidades indígenas, além de um representante “sénior” e de outro “júnior”, que em conjunto têm a possibilidade exprimir seus interesses e pontos de vista. Realiza congressos de quatro em quatro anos, nas mais diversas localidades do planeta, com o objectivo de reunir cientistas experientes e iniciantes, organizações, representantes indígenas e mesmo qualquer pessoa que tenha interesse nas temáticas relacionadas aos países pobres, às minorias sociais e às áreas de conflito do globo (FUNARI, 2006:5). Um de seus Congressos, por

exemplo, teve como tema “Os usos e abusos da Arqueologia para os Grupos Indígenas” (Auckland, Nova Zelândia, em Novembro de 2005).

Além disso financia publicações importantes, como a série de livros do “*One World Archaeology* (OWA), que reúne textos apresentados nos congressos do WAC, e que não só incorpora inovadoras abordagens arqueológicas, mas também oferece oportunidades reais de publicação de trabalhos de pesquisadores experientes de países pobres como de jovens estudantes de todas as partes do mundo. Por outro lado, os lucros obtidos com a venda desses livros são revertidos para o financiamento de trabalhos de campo do WAC, e mesmo coleções do OWA são doadas para países pobres afim de promover maior acessibilidade dessas comunidades às discussões aí desenvolvidas. Esta instituição também financia a participação de arqueólogos e de indígenas de países subdesenvolvidos em seus encontros e conferências (FUNARI, 2006:5-6).

Também foi graças ao WAC que se tornou possível a realização de conferências periódicas congregando arqueólogos sul-americanos, agregando não só discussões de ordem científica, mas também de ordem política e social. O primeiro desses encontros foi realizado no Brasil, em 1998, seguido por um, realizado na Argentina, em 2000, e por outro, na Colômbia, em 2002 (FUNARI, 2006:6).

Assim, ao incentivar pesquisas relacionadas aos povos indígenas e participações deles próprios em congressos e outros eventos de seu interesse o WAC busca contribuir para as discussões acerca das etnias e de seus direitos e perspectivas no seio não só da sociedade brasileira, mas também de todas as comunidades que abrigam povos tradicionais.

Acerca da visão do WAC em relação à Arqueologia e às comunidades humanas que estuda, como forma de ampliar seus conhecimentos científicos, nos fala Funari (2006) em *“The World Archaeological Congress from a Critical and Personal Perspective”*:

“Since its inception, the main thrust of the WAC has been to promote the involvement of descendant communities in archaeological research and in making archaeologists understand that living peoples are not merely objects of study. Furthermore, archaeology since its inception in the nineteenth century has been very much a scholarly discipline serving the imperial powers and the discourse of science has been used for mastering peoples in the periphery of the world”(FUNARI, 2006:2).

Ora, para o WAC, as comunidades vivas, que se constituem objectos de estudo para o Arqueólogo são comunidades humanas com princípios, crenças, necessidades e objectivos próprios e que devem ser respeitadas e ouvidas como tal, bem como todas as outras comunidades ditas periféricas do mundo, que não só são palco ou tema para o desenvolvimento de pesquisas em arqueologia, mas devem ser alvo de atenção não só dessa ciência, mas da sociedade em geral, tanto para suas necessidades e reivindicações quanto para a sua capacidade de contribuição não só para o desenvolvimento da ciência em diversas áreas, mas também para a ampliação dos debates acerca da convivência com “o outro” (FUNARI, 2006:1-3).

Além disso, o ampliar das discussões científicas para além das fronteiras das sociedades ditas desenvolvidas, rumo ao universo social dos países em desenvolvimento e para outros tipos de comunidades humanas em certa medida distantes do modo de vida Ocidental, tão consagrado nas regiões mais ricas do globo, faz com que as visões da Ciência acerca das sociedades que estuda também possam se expandir, proporcionando visões diferenciadas de mundo e buscando minimizar os efeitos advindos de uma visão formatada, ocidental e capitalista, da sociedade (FUNARI, 2006:1-3).

Dessa forma, o WAC, possibilita que, em suas conferências, pessoas de todos os países participantes tomem, de igual forma, parte nas discussões e decisões que venham a ser tomadas, colocando em situação de igualdade e dando voz, tanto a representantes das comunidades indígenas, quanto a estudantes e pesquisadores de países periféricos. Estes congressos possibilitam ainda que experientes cientistas e professores e jovens iniciantes, discutam para além dos tradicionais limites hierárquicos, abertamente e em conjunto com membros de comunidades nativas, temáticas não só de interesse científico mas também social. É assim um exercício de igualdade e de promoção de novos horizontes para a Ciência de uma forma geral, e particularmente, para a Arqueologia (FUNARI, 2006:4).

Com relação às comunidades indígenas brasileiras, especificamente, é sabido que as principais reivindicações desses povos giram em torno do direito ao uso e da exclusividade da exploração das terras que tradicionalmente ocupam. Estas reivindicações, muito diferentes das lógicas de posse e de poder que o conceito de propriedade envolve na nossa sociedade, significam o direito a manterem suas particularidades culturais, seu modo de vida, e de assegurarem a continuidade de suas histórias e comunidades, protegidas das formas depredatórias, e exploratórias exaustivas do meio ambiente e dos outros seres sociais, que caracterizam nossa sociedade. Acerca de tais reivindicações nos fala Funari (2007):

“As terras indígenas e quilombolas, para além dos embates jurídicos, relacionam-se com duas questões: a auto-definição dos grupos sociais e seu re-conhecimento, ou conhecimento de si mesmos. São dois aspectos interligados. A auto-definição de um grupo indígena ou quilombola parte de um conhecimento de sua historicidade, do seu lugar-no-mundo, se formos usar um conceito filosófico” (FUNARI, 2007:7).

Ou seja, na medida em que esses povos lutam pelo direito sobre determinada parcela de espaço no interior do Estado-Nação no qual se inserem, neste caso o Brasil, reafirmam sua própria etnicidade, se identificam mutuamente e se fazem identificar no interior do Estado, gerando debates acerca da própria auto-definição do povo brasileiro, e da Nação que constitui.

Nesse sentido, nos alerta ainda Funari (2007) que o identificar de determinada porção de terra, como território tradicional para certo povo indígena (ou quilombola), não implica que tal fracção de terreno tenha sido utilizada por esse povo por inúmeras gerações, ou que ele a tenha ocupado sempre sob as mesmas características culturais contemporâneas, pois isso inviabilizaria essa relação, uma vez que um mesmo território é sempre reocupado e que uma cultura, por ser viva, está sempre em transformação, mas sim, tal identidade está na relação simbólica que o povo estabelece com determinado local, a (re)construção de sua identidade em relação à ele, aspecto que pode ser reforçado pelo trabalho do arqueólogo através do recuperar da complexidade cultural relacionada em diversos tempos com aquele mesmo espaço, levando a uma (re)interpretação desses povos em relação à sua própria história e reforçando, assim, seus laços identitários (FUNARI, 2007:7).

Dessa forma, todo conhecimento que é produzido no intuito de perceber as relações entre estes povos, os ambientes nos quais se inserem, suas particularidades culturais, sua trajetória histórica, e de valorizar seus modos de vida, de interação social e com o meio ambiente, e sua Cultura, nos quais se inserem as pesquisas em Arqueologia, e, particularmente, em Etnoarqueologia, têm importância fundamental, e potencial de se

converter em matéria de reforço das reivindicações e das lutas pelos direitos de vida alternativa dessas sociedades.

Assim, ciência, sociedade, grupos étnicos e suas lutas e reivindicações passam a comportar uma lógica própria e a estar imbricados entre si, conclamando a que os cientistas, e aqui, em particular, os Etnoarqueólogos, estejam cientes dos potenciais políticos de suas pesquisas e da influência dos discursos por eles produzidos na sociedade contemporânea, não só brasileira, mas também em âmbito mundial, já que essas questões são discutidas hoje em inúmeras partes do mundo e sob diferentes perspectivas, seja através dos projectos desenvolvidos pelo *World Archaeological Congress*, em muitos países mais ou menos desenvolvidos, seja pelo trabalho de tantas outras organizações de cunho Estatal ou da sociedade civil, ou até mesmo através de outras formas de discursos, realizadas muito mais através de acções do que de palavras e também por isso, algumas vezes muito menos compreensíveis para boa parte da comunidade mundial: através de guerras, guerrilhas, atentados, invasões, e resistências civis a certos Estados, e que ocupam boa parte das notícias dos jornais e das revistas que lemos diariamente por todo o mundo.

Neste contexto é que as palavras de Victor Jara, transcritas no início deste texto se fazem ouvidas ainda hoje e nos conclamam a questionar a respeito dos direitos que são capazes de transcender as lógicas de poder da sociedade capitalista e seus conceitos de liberdade e de individualidade que servem para justificar a apropriação de coisas e de pessoas e a cegueira diante da existência e das necessidades dos “outros”, e a pensar sob a óptica da Cultura em seus aspectos mais quotidianos, de sua produção e reprodução e do (re)criar e (re)conceituar do ambiente e de nós mesmos através da produção

artefactual humana: “Eu pergunto se na terra, nunca haverá pensado você, que se as mãos são nossas, é nosso o que nos dão.”

HORIZONTES CIENTÍFICO-SOCIAIS DA ETNOARQUEOLOGIA NO BRASIL (OU DA NECESSIDADE DE CONVERTIBILIDADE DO OUTRO)

*“Cambia lo superficial
cambia también lo profundo
cambia el modo de pensar
cambia todo en este mundo*

*Cambia el clima con los años
cambia el pastor su rebaño
y así como todo cambia
que yo cambie no es extraño”¹³*

Joaquín Herrera Flores, em seu artigo intitulado *“Colonialismo y violencia. Bases para una reflexión pos-colonial desde los derechos humanos”*, nos alerta acerca da empresa colonizadora Ocidental e de seu método de ação em relação aos povos com os quais entra em contacto.

Segundo ele, a nossa sociedade produz diante do “outro”, uma reacção de “backlash”¹⁴, que possui dois intentos fundamentais: a construção de uma identidade abstracta, afastada de quaisquer origens históricas ou políticas concretas (ocultar nosso multiculturalismo) e a invenção de origens identitárias que não se contraponham aos interesses e medos do presente (ocultar a possibilidade de descobrirmos em nós, o “outro”).

¹³ Trecho da música “Todo Cambia”, de Mercedes Sosa.

¹⁴ **“backlash”** - A strong but usu. delayed feeling of opposition among many people toward a belief or practice, esp. towards a political or social development (...) a sudden violent backward movement (Longman Dictionary of Contemporary English, 1992).

Esta reacção se torna o substrato a partir do qual construímos a idéia de nossa superioridade cultural e encontramos justificativa para a intervenção na demais culturas. Isso porque, na medida em que não nos enxergamos como multiculturais, que não nos vemos no “outro”, mas participantes de uma cultura abstracta, não compreendemos o modo de vida “deles” e nos achamos no direito de interferir em outros povos de forma a expandir nossa própria Cultura e sufocar suas “estranhas” formas de viver e de pensar, e mesmo que isso signifique protestos, desespero, doenças e mortes, no interior dessas sociedades, estamos prontos a pôr em prática nosso aparato “humanitário” para curar as feridas que produzimos, e assim, nos sentimos ainda mais superiores e não somos capazes de compreender a negativa de certos povos em aceitar tantos benefícios que a eles concedemos (FLORES, 2006:25-26).

A respeito dessa questão o autor traça uma analogia riquíssima:

“Estamos como aquellos indígenas amazónicos o aquellos esquimales canadienses que a causa de las continuas invasiones de sus territorios por occidentales cayeron enfermos de males hasta entonces desconocidos por su chamanes. A partir de ahí de nada valían los conocimientos tradicionales; solo podían curarse acudiendo a la medicina y a los hospitales de aquellos que les habían introducido la enfermedad (FLORES, 2006:26).”

Ora, os indígenas brasileiros continuam a sofrer desses mesmos males ainda hoje. Ao terem seu modo de vida drasticamente transformado a partir da colonização européia da América, e seu espaço progressivamente ocupado por outra Cultura radicalmente diferente das suas, vêem-se cada vez mais sujeitos à necessidade de protestarem, segundo as regras estabelecidas pela sociedade dominadora, a fim de garantirem, segundo as leis do Estado Nacional dentro do qual habitam, a posse e o uso das terras que tradicionalmente ocuparam, o direito a um tipo de educação voltado para suas expectativas e necessidades, e de viverem segundo suas próprias lógicas e crenças.

A Etnoarqueologia, como ciência que busca alcançar conhecimento arqueológico através de estudos de cunho etnográfico, não pode se abster do facto de que para além de construir conhecimentos abstractos a respeito da trajectória humana e de sua produção artefactual/cultural, estão a tratar de questões que dizem respeito à história e à Cultura de povos contemporâneos, que podem ter nessas informações, subsídios para a defesa dos direitos que buscam alcançar na sociedade nacional.

Neste ponto a Etnoarqueologia brasileira não tem se posto a parte das urgências das questões por ela levantadas a respeito dos povos indígenas brasileiros, e mantém fortemente presente, no decorrer das pesquisas aqui analisadas, não só o denunciar das situações de dominação e de colonização sofridas pelos povos pesquisados no decorrer de suas histórias, como as necessidades e reivindicações desses povos no presente.

Mas novas contingências apontam para o alargamento dos horizontes desse campo científico no Brasil. Outros grupos étnicos, que também constituem comunidades em maior e em menor grau afastadas das lógicas culturais da sociedade ocidental, e que, também possuem grande potencial científico, na busca de analogias arqueológicas, e grande potencial sócio-político, como participantes na trama étnico-cultural que constitui o povo brasileiro, tomam cada vez mais visibilidade no cenário nacional e despertam a atenção para o estudo de suas trajectórias históricas e culturais e para o discutir de suas lógicas, visões de mundo e reivindicações.

Em particular, destaca-se a importância das comunidades Quilombolas no alertar para o reescrever de uma história que não aponta somente para a dominação e a escravidão de

povos africanos no Brasil, mas também para formas de luta e de resistência, na tentativa de preservação de um modo de vida alternativo às imposições das elites dominantes.

Por outro lado, a análise de Joaquín Herrera Flores acerca de nossa visão cultural homogénea acerca de nós mesmos e dos outros, incapaz de ver os multiculturalismos presentes em qualquer comunidade humana e cegos tanto para os nossos defeitos quanto para as qualidades do “outro” no conviver com grupos culturais diferentes, toma uma dimensão importante em duas vertentes.

Em termos de posicionamento ético, que não só desafia cientistas de todas as áreas, mas toda a sociedade, a desenvolver um olhar polissémico acerca do “outro”, que seja capaz, não só de relativizar nossos próprios princípios e visões acerca do mundo, de perceber que não são os únicos possíveis, e que não são homogéneos, mesmo no interior da nossa sociedade, mas também de perceber que os modos de viver diferentes das outras sociedades, não significa que esses sejam inferiores, exóticos ou desprezíveis, mas que são outras visões, igualmente válidas e com valor equiparável às nossas próprias, e que, para além disso, essas outras sociedades também não são, elas próprias, homogéneas, e que há diferenças no interior de todos os grupos humanos.

Em termos de posicionamento científico, oferece ao Etnoarqueólogo um desafio e uma importante crítica: é preciso estar atento para o facto de que o seu trabalho não deve servir de substrato para esse tipo de homogeneização cultural e que o olhar desse cientista deve estar sempre preparado para observar os povos que estuda, não só pela perspectiva das tipologias, dos fósseis-directores, enfim, das semelhanças e

permanências, mas também para perceber as culturas que estuda, como elementos que são compostos de pluralidades e que se transformam no tempo.

A cerca disso, fala-nos Solange Schiavetto, em seu livro *“A arqueologia Guarani. Construção e desconstrução da identidade indígena”*:

“Não se trata de simplesmente desvincular cultura material e grupos étnicos, dizendo, por exemplo, que os Guarani pré-históricos nada têm a ver com os Guarani conhecidos ou com os actuais (...) Trata-se, ao contrário, de aceitar a possibilidade de os grupos étnicos serem vistos como entidades dotadas de um carácter situacional e fluido, repensando as tradições e subtradições utilizadas na arqueologia até o momento” (SCHIAVETTO, 2003: 101).

Ora, tal questão não abarca somente a Cultura Guarani, mas todas as culturas estudadas cientificamente, bem como a Cultura daqueles que as estudam, e é preciso que tenhamos o cuidado de perceber tais questões, mesmo que elas nos levem a repensar os objectivos de nossos trabalhos, a buscar novas vias e novos questionamentos, que nos levem a ampliar os olhares e os horizontes dos estudos que se referem a grupos étnicos em todas as partes do mundo, e em especial, no Brasil.

Trata-se de abordar, nos estudos étnicos, entre os quais os Etnoarqueológicos, a fluidez de todas as culturas, sua não homogeneidade, quer interna, quer histórica, e ver a cultura sob uma perspectiva mais humanizada, mais atenta a própria natureza humana em seu viés auto-transformador e por isso mesmo também transformador do ambiente, quer físico, quer social no qual se insere. Acerca disso ainda nos fala Schiavetto:

“Ao definir uma “cultura arqueológica” com base nos traços materiais das sociedades indígenas, cria-se por meio da delimitação conceptual, categorias imutáveis, seguindo padrões de vida social (assentamento, religião, adaptação ao meio, confecção de cultura material) cujas variantes culturais acabam por ser “mascaradas pela busca de uma grande nação guarani” (...) Dessa forma, o guarani foi, no decorrer da história do pensamento arqueológico, incessantemente criado por arqueólogos (...)” (SCHIAVETTO, 2003: 119).

É claro que não se trata de desvalorizar a importância das categorias para a Arqueologia e para o estudo do Homem em sua relação com seu meio circundante, tanto humano quanto natural, tanto quanto também não se trata de esquecermos que, em última instância, qualquer estudo é uma construção, uma visão de um cientista e de uma ciência acerca de seu objecto, e que independente da abrangência e do enfoque escolhido, o discurso que se constrói acerca dele nunca abrangerá a sua complexidade por completo.

Trata-se, entretanto, de termos a consciência de que as categorias que escolhemos analisar nos trabalhos em Arqueologia, e em especial nos estudos Etnoarqueológicos, não podem servir para subjugar as diferenças, ou para ignorá-las, obrigando o quotidiano estudado a forçosamente ser compatível com as categorias estudadas, quando nos deparamos com situações que ponham em questão nossas escolhas e classificações, mas de admitirmos que as teorias, métodos e técnicas que usamos nos trabalhos científicos são somente opções de análise e ângulos de visão de uma realidade cuja complexidade nunca poderá ser completamente percebida, e de que não podemos sujeitar essa complexidade às nossas opções de análise quando a realidade nos impõe que nossas opções sejam reavaliadas, ou que simplesmente possamos admitir nossos limites na análise de determinado objecto.

Enfim, que tenhamos como horizonte teórico e social da Etnoarqueologia brasileira, o compromisso de contribuirmos, para, nas palavras de Cornelius Castoriadis, apreendidas por Joaquín Herrera Flores, combater “a essencial inconvertibilidade do Outro” (FLORES, 2006, 34), ou seja, superarmos uma visão estreita das outras culturas,

que nos impede de nos convertermos nos “outros” ou de convertê-los em nós mesmos, de percebermos o quanto nenhuma cultura é homogénea ou superior, de quão multicultural e polissémico todos nós somos, em como as estranhezas de outras culturas se aproximam das nossas próprias, e de, assim, podermos fazer uma ciência mais próxima do quotidiano que a inspira e a constitui, quer através de seus agentes, quer através dos seus objectos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA GERAL

ARISTÓTELES

1998. *Política*. edição bilingue. Vega, Lisboa.

AULETE, FRANCISCO J. CALDAS, VALENTE, ANTONIO LOPES DOS SANTOS

Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete (DIGITAL), Edição brasileira original: Hamílcar de Garcia.

BENASSAR, BARTOLOMÉ & MARIN, BENASSAR.

2000. *História do Brasil*. Teorema, Lisboa.

BINFORD, L.

1967. Smudge pits and hide smoking. The use of analogy in archaeological reasoning. *American Antiquity*, n. 32, p. 1-12

1978. *Nunamiut ethnoarchaeology*. New York: Academic Press.

DAVID, NICHOLAS & KRAMER, CAROL

1979. *Ethnoarchaeology in Action*. Cambridge University Press, Cambridge.

FERREIRA, António Gomes.

1996. *Dicionário de Latim Português*, Porto, Porto editora.

FLORES, JOAQUÍN HERRERA

2006. *Colonialismo y violencia. Bases para una reflexión pos-colonial desde lo derechos humanos*. Revista crítica de ciências sociais, 75, Outubro de 2006: 21-40.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)

<http://www.funai.gov.br/> [Acessado em 15/07/2007].

FUNARI, PEDRO P. A. & NOELLI, FRANCISCO SILVA

2006. *Pré-História do Brasil*. São Paulo: Contexto.

FUNARI, PEDRO P. A.

2000. *Como se tornar Arqueólogo no Brasil*. Revista USP, 44, 74-85. São Paulo.

2001. *Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil*. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 41, 23-32. Porto.

2002. *A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial*. En: Senatores, Maria X. & Zarankin, Andrés. *Sociedade moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas*, 107-116. Buenos Aires.

2002. *Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na Arqueologia Brasileira*. Horizontes Antropológico, 18, 131-154. São Paulo.

2005a. (Org.) *Identities, discurso e poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea*. São Paulo, Fapesp.

2005b – *Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica*. Mneme: Revista de Humanidades. Dossiê Arqueologias Brasileiras, v.6, n. 13, dez.2004/jan.2005

2006 - *The World Archaeological Congress from a Critical and Personal Perspective*. Archaeologies, Blue Ridge Summit, USA, v. 2, n. 1-2006, p. 73-79.

2007 - *O papel estratégico da Arqueologia na delimitação de terras indígenas e quilombolas*. VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos da Previdência da República. Brasília, 08/11/2007.

GOULD, R.

1978. *The anthropology of human residues*. American Anthropologist, n. 80, p. 815-835.

1980. *Living Archaeology*. New York: Cambridge University Press.

HODDER, IAN.

1985. *Postprocessual Archaeology*. Advances in Archaeological Method and Theory, v.8, Michael B. Schiffer, ed. Orlando: Academic Press.

KRAMER, CAROL

1979. *Ethno-archaeology: Implications of Ethnography for Archaeology*. Columbia University Press, Nova Iorque.

LEITE, MARCELO. 2000. *"A falha arqueológica do Brasil"*. **Folha de São Paulo**, 19/03/2000. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/ofjor/ofc05042000.htm>. [Acessado em 28/05/2007].

LONGMAN DICTIONARY OF CONTEMPORARY ENGLISH

1992. England by Clays Ltd, St. Ives Pic.

MORIN, EDGAR

1990. *Ciência com Consciência*. Publicações Europa-América, Lda.

RIBEIRO, BERTA G. & VELTHEM, LUCIA H.

1997. *Coleções Etnográficas: Documentos materiais para a História indígena e a Etnologia*. En: Cunha, Manuela C. *História dos Índios no Brasil*, p.104-112. São Paulo.

PLATÃO

2003. *O Banquete*. Virtual Books Online M&M Editores Ltda.

POLITIS, GUSTAVO G.

2002. *Acerca de la Etnoarqueología en América del Sur*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 61-91.

PROUS, ANDRÉ.

1992. *Arqueologia Brasileira*. Editora Universidade de Brasília.

SCHIAVETTO, SOLANGE NUNES DE OLIVEIRA

2003. *A arqueologia Guarani. Construção e desconstrução da identidade indígena*. Annablume editora.

STEGLICH, JULIO MEIRELLES.

2003. *Arqueologia e Imperialismo Ianque na Amazônia. A nova Democracia* [On-line].

Ano1, nº 7, Março. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/07/29.htm>

[Acessado em 28/05/2007].

YELLEN, J.

1977. *Archaeological approaches to the present. Models for reconstructing the past.*

New York: Academic Press.

WORLD ARCHAEOLOGICAL CONGRESS (WAC)

<http://www.worldarchaeologicalcongress.org/site/home.php>

[Acessado em 15/07/2007].

TESES UTILIZADAS COMO BASE DESTA PESQUISA

MOI, FLÁVIA PRADO

2003. *Organização e Uso do Espaço em duas Aldeias Xerente: Uma Abordagem Etnoarqueológica.* Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Tese de Mestrado

NOELLI, FRANCISCO S.

1993. *Sem Tekohá não há Tekó: Em Busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí-RS.* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC – RS). Tese de Mestrado.

OLIVEIRA, LUCIANE MONTEIRO

1999. *A Produção Cerâmica como Reafirmação de Identidade Étnica Maxakali: Um Estudo Etnoarqueológico*. Universidade de São Paulo (USP). Tese de Mestrado.

RODRIGUES, ROBSON ANTONIO

2001. *Cenários da Ocupação Guarani na Calha do Alto Paraná: um Estudo Etnoarqueológico*. MAE-USP. Tese de Mestrado.

2007. *Os caçadores Ceramistas do Sertão Paulista: Um Estudo Etnoarqueológico da Ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio/Aguapeí*. MAE-USP. Tese de Doutorado.

SILVA, FABÍOLA ANDREA

2000. *A Tecnologia e seus Significados. Um Estudo da Cerâmica dos Asuriní do Xingu e da Cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma Perspectiva Etnoarqueológica*. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.

SILVA, SERGIO BATISTA DA

2001. *Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang: Um Modelo para a Compreensão das Sociedades Proto-Jê Meridionais*. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.